

RIO PARDO

prof. Otelo Rosa

As duas cartas que se vão ler, escreveu-as nosso confrade OTELO ROSA para o CORREIO DO POVO que as divulgou. De sua leitura conheceremos logo o motivo que as ditou: o amor à tradição e a defesa de um nome que é um legado e um símbolo: Rio Pardo. Ai ficam elas, — como a página sobre Taquari — para atestar o amor do riograndense à sua história e, em particular à grande História do Brasil da qual a do Rio Grande do Sul é, sem favor, a mais brilhante.

— I —

“Meu caro dr. Glicério Alves — Devoto da sua terra natal — a histórica e veneranda Rio Pardo — não se poude V. conformar com a idéia de lhe substituirem o nome, pela simples circunstância de existirem, em outros Estados do Brasil, uma, ou mais cidades, com a mesma denominação. E porque me presumisse sabedor de coisas do nosso passado, pediu-me V. o meu parecer, sobre o caso. Eu não sei história, como, de resto, não sei nada. A sua atitude, porém, saindo em defesa da tradição do seu berço, que envolve e compreende a própria tradição do Rio Grande do Sul, é-me de todo o ponto simpática. Como sócio do Instituto Histórico e Geográfico aderí plenamente à moção votada pelos meus confrades, e já divulgada pela imprensa; sobre o meu pensamento sobre o assunto não pode assim haver dúvida nenhuma. E vou agora fazer o mais, que me é possível: colher nos alfarrábios, e livros, e memórias, dos competentes e doutos, elementos e provas do que significa e representa esse nome de Rio Pardo na evolução da terra gaúcha.

Aurélio Porto, nas suas eruditas notas ao “Processo dos Farrapos”, 1.º vol., pags. 324 e 325, dá-nos sobre Rio Pardo as seguintes informações:

— “Com fim de aprovisionar as forças da demarcação, resolveu Gomes Freire se constituíssem armazens e quartéis, protegidos por um forte, em Rio Pardo, magnífica posição estratégica, fronteira às Missões, ocupadas pelos jesuitas com suas aldeias de índios. Para ali seguiu Francisco Pinto Bandeira, em companhia do ajudante de Dragões, engenheiro

João Gomes de Melo, erguendo em pouco tempo as construções determinadas, de modo que em 1754, quando atacados pelos índios comandados por Sepé Tiarajú, puderam os defensores da Tranqueira do Rio Pardo opôr resistência vitoriosa a seus inimigos, em número consideravelmente maior. Querendo Gomes Freire entregar a praça a homem de valor que pudesse resistir a todos os choques dos castelhanos, elegeu para isso o capitão Francisco Barreto, que comandava o posto de Vião, nomeando-o comandante do Rio Pardo, em 1755. Não cabem nesta nota ligeira os serviços inolvidáveis prestados por Barreto, nessa difícil comissão. Sempre na estacada, à frente de seus dragões, presidindo a formação dessa gente heróica que teve no Rio Pardo, a gloriosa tarimba de que se levantava para defender a integridade da Pátria, Barreto excele em atividade, bravura, e jamais da modesta fortaleza de taipa, que se ergue no alto raiano da vila, o inimigo, embora numeroso, tenta se aproximar que não seja repellido com a energia que a bravura multiplica. D. Antônio Gomes, Catani, e outros experimentaram, com revez, a formidável resistência da modesta tranqueira, mal provida de armas de defesa e de homens de combate”.

O fato teria se dado aí por 1751; o forte seria o de Jesús, Maria, José — (A. G. Lima, “Cronologia da história riograndense”; De Paranhos Antunes, “História de Rio Pardo”; Milliet de Saint Adolphe, “Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil”; Otávio de Faria, “Dicionário geográfico, histórico e estatístico do Rio Grande do Sul”).

Da passagem de Gomes Freire pelo Rio Pardo, em 1754, o general Borges Fortes, em “Casaes”, escreve estas linhas, que diretamente interessam à fundação do povoado:

“— Demorou-se algum tempo Gomes Freire no Rio Pardo, que com a presença do elevado representante do monarca, alcançou excepcional importância, séde que foi da mais alta autoridade no sul do Brasil. Na fortaleza de Jesús, Maria, José foram assinados nessa época muitos atos de governo do grande general e governador. — À sua presença foram levados alguns casais das ilhas, dos que eram remetidos pelo comandante militar do Rio Grande, mandando o general que o capitão do Regimento de Dragões, Francisco Barreto Pereira Pinto os instalasse nas proximidades da povoação. — Foram eles arrancar-se nas terras situadas entre dois arroios, um que veio a denominar-se do Couto e outro o Diogo Trilha, colocando-se preferentemente nas proximidades da margem do rio Jacuí”.

A tranqueira ali estava no alto, a cumprir o seu fado, o seu grande e glorioso fado, de sentinela perdida de uma civilização, de atalaia de um destino e de um futuro: o nosso destino e o nosso futuro. E de como o cumpriu, integral e vitoriosamente, disse-o o general Souza Doca, nestas expressivas palavras:

— “Nos fluxos e refluxos de nossas fronteiras, pelos nossos embates com os filhos de Castela, estes jamais conseguiram transpor as barreiras do Jacuí, em cujas margens se alteava, como um desafio, a tranqueira do Rio Pardo — reduto invencível das armas brasileiras”. Em torno da fortaleza, ia crescendo o povoado. Em 1762, informa o padre Teschauer, uma portaria declarava capela curada a igreja de Santo Angelo do Rio Pardo, que os habitantes haviam construído em 1759; em 15 de dezembro de 1763, era freguezia; e pela provisão de 8 de maio de 1769, Rio Pardo era elevado à paróquia, tendo como capelas: 1 — S. Francisco de Assiz; 2 — Senhor Bom Jesus dos Passos; e 3 — S. Nicolau. O orago já era N. S. do Rosário porque, conta-nos o mesmo padre Teschauer — “no livro do tombo da igreja encontra-se um documento, segundo o qual se pediu ao governador eclesiástico do Rio de Janeiro o favor de poder-se mudar o orago de Santo Anjo para o de N. S. do Rosário por terem os moradores uma grande devoção a esta invocação; graça que lhes foi concedida”. (“Poranduba riograndense”, pág. 28). Em 27 de abril de 1809, segundo Otávio de Faria, — ou carta régia de 7 de outubro de 1809, conforme Milliet de Saint Adolphe — era a povoação declarada vila; e o alvará de 26 de agosto de 1819 colocava na vila um juiz de fóra.

Aí estão, delineados à larga, os traços de fundação do povoado, freguezia, paróquia, vila, comarca do Rio Pardo — tudo isso compreendido naquela vasta “fronteira do Rio Pardo”, de tanta relevância e projeção na história do Rio Grande do Sul que o nome **Rio Pardo**, em certos documentos antigos, aparece quasi como designação do próprio continente.

No “Extrato das cartas do Marquez do Lavrado”, por exemplo, lê-se — “Com o despacho do vice-rei vem outra carta, escrita do continente do Rio Grande e Rio Pardo por José Marcelino de Figueiredo, governador daquele continente, datada de Porto Alegre em 12 de novembro de 1773, em que diz que faz a dita carta de volta da fronteira do Rio Pardo para o Rio Grande, não tendo tempo para mais, que remeter as cartas e respostas do comandante do forte de S. José do Norte, Roberto Rodrigues da Costa, e as do comandante castelhano do forte do sul, José de Molina”.

Respiremos, ainda, em velhos papeis, referências a Rio Pardo. Esses excertos valem mais do que qualquer comentário nosso.

Nos “Documentos sobre a perda do Rio Grande de São Pedro” encontra-se a comunicação que sobre o fato fizeram ao governo da Metrópole, por intermédio do Conselho Ultramarino, os governadores interinos do Brasil. Fr. bispo do Rio de Janeiro, João Alberto de Castelbranco e José Fernandes Pinto Alpoim, em 26 de agosto de 1763, no qual escrevem: “...e mandamos tomar o governo do que ainda estava por nós ao tenente-coronel de dragões Francisco Barreto Pereira Pinto, que se achava comandando o quartel do Rio Pardo. Este tenente-coronel na

duração da guerra teve duas ocasiões de vitória: a primeira mandando atacar nos campos das aldeias do Uruguai um reduto, que comandava um capitão de infantaria espanhol com bastantes soldados e índios, e não só os desalojou como lhes ganhou a artilharia, munições e vívires, uma grande porção de gado e cavalos, e trouxe prisioneiros alguns oficiais, e um padre da companhia, que faleceu de uma ferida que recebeu no choque; a segunda de mandar surpreender uma aldeia das do mesmo rio Uruguai, da qual se conduziram 700 e tantos índios, bastante gado e cavalos, e mais coisas que nela havia e outro padre da companhia prisioneiro, que se acha no mosteiro de São Bento desta cidade”.

Nas instruções do Marquez do Lavradio, datadas de 9 de julho de 1774, do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, o ministro português, depois de referir-se aos “outros fatos da ação do bom capitão Rafael Pinto Bandeira no dia 3 de janeiro próximo passado junto do rio Piquirí,” transcreve tópicos de uma carta, de 30 de dezembro de 1773, do “advertido e valoroso coronel José Marcelino de Figueiredo”, em que alude à situação militar de Rio Pardo, nesses termos: “Tenho acautelado com partidas de auxiliares, e alguns pagos, os dificultosos passos do Camaquã, que são cinco, e tenho guarnecido os principais e fortificado-os; como são parte ulterior deste rio o de Guaíba, o de Piquirí, o de Iruí, o de Tabatinguá e deste lado o de Jacuí, com duas peças de artilharia; e o de Butucaraí, com outras duas; os de São Lourenço, Viuva, Fandango, Romão, Pederneiras, etc. com menos gente de cavalaria e dragões. Este do Rio Pardo com artilharia de seis e três, que mandei vir de Jacuí, e com um morteiro de seis polegadas, que fiz montar em forma de obuz, que é como nos pode servir”.

No “Inventário de todos os papeis oficiais do governador do Continente do Rio Grande de São Pedro”, papeis que ficaram a cargo do sargento-mor ajudante de ordens José Inácio da Silva, por morte do tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, encontra-se ainda: um officio de 27 de setembro de 1780 determinando a criação de dois escriturários para as fronteiras do Rio Grande e Rio Pardo”, e um aviso, de 10 de fevereiro de 1800, “com um requerimento dos moradores deste continente para informar, em que pretendem que os três almoxarifes de Porto Alegre, Rio Pardo e Rio Grande, não sejam obrigados a ir dar contas ao Rio de Janeiro, podendo-se estas legalizar na provedoria do dito continente”.

Rio Pardo! Tão grande era o prestígio desse nome que um dia lhe conferiram as prerrogativas de condado!... Aquele bom, às vezes ingênuo, Aires de Casal, presbítero secular do grão-priorato do Crato, na sua clássica “Corografia Brasílica” de 1817, entendeu que município, comarca, fronteira, não eram designações à altura de Rio Pardo; e textualmente escreveu, a páginas 101 e 102 do 1.º volume do seu notável trabalho: “8 léguas ao poente de Santo Amaro está a considerável e abastada vila de Rio Pardo, sobre a embocadura do rio que lhe empresta

o nome, ornada com uma igreja paroquial de Nossa Senhora do Rosário, e duas capelas; ocupa quatro pequenas colinas contíguas. Teve princípio com um forte dedicado a São Lourenço, o título de vila em 1812, e o de condado em 1815".

Não há que sorrir do amavel presbítero, apesar dos seus enganos, desculpáveis em quem dispunha de tão poucos elementos de consulta e de estudo. E isso porque, nas "Memórias ecônomo-políticas", de Antônio José Gonçalves Chaves, "no Mapa ou Divisão Estatística da Província do Rio Grande de São Pedro em quatro Comarcas Eleitorais no ano de 1822", lemos também: "Cabeças de Comarca: — Porto-Alegre — cidade; — Rio Pardo — condado". Fácil a explicação: aí por 1815, João VI conferira a D. Diogo de Souza, que fôra prestimoso governador do Rio Grande do Sul, o título de Conde de Rio Pardo. Daí, o condado. Não se compreendia o brazão, sem a terra de que tirara o nome, tão alta e tão pura era a glória da terra.

Vão longas demais estas notas, e o tempo vai escasso. Amanhã concluiremos.

Cordialmente,
(a.) Otelo Rosa.

— II —

"Meu caro dr. Glicério Alves — As impressões dos viajantes, maxime de viajantes estrangeiros, são sempre de interesse e de valor. Eles contam as coisas, ou descrevem-nas, livres de quaisquer preocupações; exteriorisam os seus juízos, às vezes com injustiça, mas sempre com um certo cunho de verdade, que advem do próprio fato da sua nenhuma ligação com as terras e com as pessoas a que se referem.

No meu trabalho de citações — pois eu sou, neste caso, um méro informante — vou enumerar os conceitos de alguns itinerantes, sobre Rio Pardo. Começarei com Saint Hilaire. "Viagem ao Rio Grande do Sul", que por aqui passou pelos anos de 1820 e 1821. As observações do sábio francês merecem ser recordadas:

"Vila do Rio Pardo, 29 de abril — Acompanhado do sargento-mór José Joaquim de Figueiredo Neves e de seu irmão, o capitão Tomas Aquino de Figueiredo Neves, fui hoje fazer várias visitas. Fui apresentado ao tenente-general Patrício José Correia da Câmara, outrora servindo na Índia, e que há muitos anos comanda nesta parte da província onde ele nasceu.

Apesar de quasi centenário, esse velho denota juízo e vivacidade. De sua casa fomos à de seu filho, Bento Correia da Câmara, o qual fez carreira muito rápida, devido à proteção do último ministro, Tomas Antonio de Vilanova e Portugal. Enfim, achei ser um dever visitar o marechal João de Deus Mena Barreto, um dos primeiros comandantes da província das Missões, hoje inspetor-geral das tropas desta Capitania.

Em toda parte falou-se muito dos últimos acontecimentos. Todo mundo está contente de ter uma Constituição: todos estão prontos a jurar-lhe fidelidade, embora não esteja ainda feita. Contudo, ninguém se mostra entusiasmado. Quanto ao que se passou em Porto Alegre, fazem motivo de riso, como si fosse um gracejo sem consequência. Não me canso de admirar a calma com a qual essa gente faz revoluções”.

“Vila de Rio Pardo, 10 de maio — A Vila de Rio Pardo é inteiramente nova. Todos os que aqui vieram se estabelecer há menos de trinta anos, contam-me que, na ocasião, só se viam choupanas na localidade. A princípio, para aqui vieram juizes regulares, após substituídos por juizes de fóra. A cidade também séde de uma paróquia, fica em terreno acidentado, à confluência do rio que lhe dá nome e o Jacuí. Sobre a crista de elevada colina, corre a principal rua, ficando as demais nos flancos dessa e de outras colinas, adjacentes. A maior parte das ruas não se comunicam diretamente umas com as outras; por assim dizer, não passam de grupos de casas, atiradas aqui e ali, entremeadas de gramados, terrenos baldios e de cercados plantados com laranjeiras; conjunto variado e agradável à vista. A praça pública é pequena. A igreja paroquial forma um de seus lados e não está ainda acabada, o mesmo acontecendo a duas outras pequenas igrejas existentes na cidade. A casa da Câmara, tendo anexa a cadeia, é um edificio terreo. A rua principal é, em parte, calçada e as demais ainda não o são.

Todas as casas de Rio Pardo, são cobertas de telhas; várias grandes e bem construídas. Contam-se em grande número as assobradadas, de um e mesmo dois andares e quasi todas que anunciam abastança têm sacadas envidraçadas. E' na rua principal que se vêem lojas e armazens de comestiveis, uns e outros bem sortidos”.

Nicolau Dreys, na “Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul”, publicada em 1839, faz de Rio Pardo essa incisiva descrição:

“Mais antiga e muito tempo rival de Porto-Alegre, a vila de Rio Pardo ainda é, depois da capital, o mais consideravel ponto habitado da parte setentrional da província; levanta-se na margem esquerda do Jacuí no ângulo formado pela junção do Rio Pardo, que desce das alturas contíguas ao N., com a serra geral. O terreno em que está edificada vila importante; a rua de S. Anjo, aberta sobre uma linha quasi perpendicular do Jacuí, inclinando-se gradualmente a O. até o vale, bastante escavado, em que corre o Rio Pardo; da parte de E., seguindo o curso do Jacuí o declive é quasi insensível, e da parte do N. a planura comunica-se com uma cadeia de outeiros que se dirige para a serra geral. Para quem navega pelo Jacuí a vila fica escondida; veem-se somente duas ou três casas insignificantes na encosta do rio, pelas quais o viajante longe está de adivinhar que ali existe uma grande povoação; precisa caminhar 400 a 500 braças antes de chegar à vista dos edificios; são eles bastante numerosos; alguns apresentam-se com construção mo-

derna, e geralmente o aspeto do todo dá imediatamente a idéia de uma vila mpportante; a rua de S. Anjo, aberta sobre uma linha quasi perpendicular ao Jacuí, quando a maior parte das outras corre paralelamente a ele, não deixaria certamente de aformosear qualquer das grandes cidades do Brasil; ela forma, por sua disposição particular, como um bairro separado. aonde residem os principais negociantes, em proporções com a população do país; pode-se dizer que o comércio é florescente, ou pelo menos assim estava, antes que a guerra levasse ali o luto e a desolação”.

Não transcreverei, por que é longa, a descrição que de Rio Pardo faz um outro francês, Arséne Isabelle, em seu livro “Viagem a Argentina, Uruguai e Brasil em 1830”, edição nova, de 1942, da Argentina. Com uma observação feliz, corrige Saint Hilaire: a cidade não é nova. Parece ser, dado o número de construções modernas “pero avanzando por el lado sud este, o del puerto, se reconoce pronto que es vieja a la vista de esas casas antiguas, bajas e ahumeadas, provistas todavia de “rotulas” (celosias) enrejadas. Rio Pardo, efetivamente, cuenta com más de doscientos años de existencia; creo que los jesuitas teniam ali um colegio”. Encarece a importância comercial de Rio Pardo, por ser o entreposto das cidades e povoados do norte e do oeste. Afirma que as comunicações com Porto Alegre são rápidas e fáceis. Descreve a topografia do local, que compara a uma península, e dá, do conjunto, essa impressão: “Casas de un piso (sobre el nivel de la calzada, se entiende) exteriormente blanqueadas, de graciosa architectura y cubiertas por tejas redondas y rojas; iglesias sobre los puntos más elevados; jardines plantados con naranjos, bananos y cocoteros; “chácaras” y “fazendas” bien cultivadas: he aqui la vista de la ciudad desde las alturas del oeste”.

— Os imperantes, no Brasil, em fins de 1845 e princípios de 1846, visitaram Rio Pardo; e a boníssima D. Tereza Cristina deve ter aí passado muitos dias, segundo essa nota, que se encontra nas “Memórias” do Visconde de São Leopoldo: “Chegando à vila do Rio Pardo, e sentindo incomodos Sua Magestade a Imperatriz, ficou ali, onde esperou a tornada do Imperador, que seguiu até o Quartel de São Gabriel”. Dessa excursão, porém, D. Pedro II não deixou impressões escritas, como faria, em 1865, o Conde D’Eu, seu genro.

Consignemos, ainda, para concluir, uma evocação da vida de Rio Pardo — esta de gente de casa, Hemeterio José Veloso da Silveira, em “As Missões Orientais”: — “Ouvimos alguns dos poucos velhos, que conseguiram transpor várias décadas após aquele período revolucionário contar as grandezas da opulenta vila de Rio Pardo, a vida expansiva, a união íntima de seus mais antigos habitantes. Eram aparatosas e completas as festas, nas igrejas e fóra, com os competentes torneios das cavallhadas.

Eram ainda animados os repetidos saráus familiares com as dansas do sólo inglês, do minueto afandangado, da gavota, da cachuxa

e da contra-dansa antiga, desbancada pelas quadrilhas. Eram bem desempenhados os espetáculos teatrais, em que brilharam Felipe Néri Melo e Albuquerque, Borba e outros jovens amadores, mais tarde chamados para representar papel saliente na política riograndense.

Reinava uma excepcional atividade no comércio. Era este abundante em todos os gêneros, era o fornecedor do município e até da maior parte dos negociantes da campanha e da região serrana.

Estes e aqueles aí vinham comprar mercadorias e transportá-las para, lá Inoge, revendê-las com avultado lucro. E todos ganhavam bom dinheiro, as onças de ouro, os "patações" formigavam".

Dos documentos que indiquei, das opiniões que transcreví, sem medo ao número nem à longura das citações, ressalta evidentemente a significação profunda que tem Rio Pardo na formação e na evolução do Rio Grande do Sul. E quanta coisa haveria ainda a dizer sobre a materia... O papel de Rio Pardo na preparação, e no decurso da epopéia farroupilha... A família Amaral Sramento Menna... A pleide de grandes homens que em Rio Pardo nasceram, gravando assim, imperecivelmente, com os seus nomes, o nome de Rio Pardo nas páginas da história nacional...

Não é necessário, nem me seria possível, citar a todos eles. Mas procuremos símbolos: entre os guerreiros — ao lado de homens de duas estirpes gloriosas, Correia da Câmara e Mena Barreto — não está Andrade Neves, o vanguardeiro homérico, expressão magnífica da bravura gaúcha? Entre os marinheiros, Alexandrino de Alencar?

Entre os cientistas, o dr. José Martins da Cruz Jobim, o criador de designação científica adotada universalmente, ou o dr. Frnascisco Ferreira de Abreu, o primeiro aemricano inscrito na lista dos "savants étrangers" da Faculdade de Ciências de Paris?

Na arte, Manoel de Araujo Porto Alegre? No humanismo, Benjamim Franklin Ramiz Galvão? Entre os oradores, Ernesto Alves, o propagandista da República? E quantos, quantos mais?

Seria realmente pena que Rio Pardo perdesse um nome que é, para o Rio Grande do Sul, um título de orgulho, uma esplendente e luminosa tradição. Defendendo esse legado V. cumpre, meu caro Gli-cério Alves, um dever inviolável. — Cordealmente

OTELLO ROSA".

MAMÍFEROS FÓSSEIS DO BRASIL

Carlos de Paula Couto

Em nosso último artigo, publicado em o número 89, desta revista, continuamos o estudo que vimos fazendo sobre os mamíferos fósseis do Brasil, com a família dos **Canidae**.

Prosseguiremos hoje o nosso estudo, com as famílias dos **Procyonidae**, **Ursidae** e **Mustelidae**, para, em nosso próximo trabalho, terminarmos as nossas considerações sobre a ordem dos carnívoros, com a família dos **Felidae**, segundo a chave taxinômica já indicada.

— Antes, porém, de entrarmos no estudo a que hoje nos propu-
zemos, vamos fazer, a seguir, uma errata para o artigo anterior, tendo
em vista não só a necessidade de corrigir erros tipográficos que passa-
ram despercebidos aos revisores, como modificar, de acôrdo com a
atual nomenclatura científica, os nomes de alguns dos animais a que
nos referimos em nosso trabalho anterior.

Assim sendo, em vez de

Procreodi, leia-se **Procreodi**,

Arcotyonoireia leia-se **Arctocyonoidea**,

Querrytherium, leia-se **Quercytherium**,

Pteradon, leia-se **Pterodon**,

Oligobunia, leia-se **Oligobunis**,

Prometes, leia-se **Promeles**,

Palacocyon, leia-se **Palaeocyon**,

Canis Azarae von Wied, leia-se **Dusicyon thous azarae** Wied,

Canis robustior Lund, leia-se **Dusicyon thous azarae** Wied,

Canis aff. vetulus, leia-se **Dusicyon (Lycalopex) vetulus** Ld.,

Canis aff. fulvicaudus Lund, leia-se **Dusicyon (Lycalopex) vetu-
lus** Lund,

Canis protalopex Lund, leia-se **Dusicyon gymnocereus gymnocer-
eus** Fischer,

Canis aff. brasiliensis, leia-se **Dusicyon gymnosereus gymnocereus
Fischer**,

Canis jubatus, **Chrysocyon jubatus**, leia-se **Chrysocyon brachyurus
Illiger**.

Pôrto Alegre, Novembro de 1943.

O Autor.

B — **FAMÍLIA PROCYONIDAE**, GRAY, 1825
(= **SUBURSI**, DE BLAINVILLE)

Fórmula dentária: 3/31; 1/1 C; 3-4/3-4 Pm; 2/2 ou 2/3 M. Todas as formas atuais e a grande maioria das formas fósseis, extintas, apresentam somente um par de verdadeiros molares (M), tuberculados, no maxilar e mandíbula (2/2 M). Dentes carneiros não típicos, sendo o superior (4.º Pm) curto e largo, semelhante aos M, com dois tubérculos externos e dois internos ou três externos e um interno. Molares (M) superiores largos, de coroa baixa, tetra ou tritubercular. Molares inferiores quadriláteros, com talon bitubercular. Crânio curto e largo. Cristas temporais não reunidas numa crista sagital. Caixa timpânica pouco arqueada e indivisa. Forâmen post-glenóide inexistente. Canal alisfenóide presente apenas em um gênero (*Ailurus*). Apófise paroccipital e apófise mastóide bem desenvolvidas. Algumas formas apresentam forâmen entepicondiloídeo, no humerus. Cauda longa, de pelo geralmente anelado. Membros pentadactilos e plantigrados.

A história paleontológica desta família, embora ainda obscura, parece indicar sua maior afinidade com os Cães, a despeito de serem os procionídeos plantigrados, como os Ursos, razão que levou De Blainville a estabelecer, para eles, um grupo particular, que aproximou do dos Ursídeos e que, por tal motivo, denominou de **Subursi**.

E' possível que os Procionídeos derivem dos **Miacidae** ou dos **Cynodontinae**, especialmente de **Pachycynodon**, segundo Teilhard.

A família é tipicamente americana, pois apenas o gênero **Ailurus** ou **Elurus**, de Cuvier, o vulgar Panda, vive fóra da América, nas Índias meridionais. O **Parailurus** Schlosser, extinto, do Plioceno da Europa, parece ser, até agora, o único gênero fóssil, conhecido, extra-americano.

Os Procionídeos são carnívoros onívoros, de grandes molares tuberculados, que se nutrem de frutos, mel, ovos, insectos, escorpiões, aves e pequenos mamíferos. São animais inofensivos, para o homem, e geralmente arborícolas, na maioria de talhe médio.

O gênero mais antigo da família parece ser o **Phlaocyon** Matthew, do Mioceno inferior do Colorado (E.U.U.), muito semelhante ao atual **Procyon**. Seus dentes assemelham-se aos do **Cynodictis** mas o último Pm é mais complexo (4/4 Pm; 2/3 M). Seguem-se, no Mioceno superior dos Estados Unidos, o **Cynarctos** Matthew (2/3 M) e **Leptarctus** Leidy, conhecido por uma mandíbula, com 3 I; 1 C; 3 Pm; 2 M, mas algo duvidoso. Os **Cyonasua**, muito semelhante aos Coatis atuais mas com 2/3 M, e **Pachynasua**, de Ameghino, são da formação Paraná e o **Amphinasua** Moreno é dos estratos araucanenses do Plioceno argentino. Dos gêneros hodiernos, o **Bassariscus** Coues ou **Bassariscus** Licht., da America do Norte, parece ser o mais antigo, pois já foram encontrados restos fósseis que a ele são atribuídos, desde o Plioceno, enquanto que os seus

contemporâneos, na fauna atual da America, como o **Procyon** Storr, da America do Norte e do Sul, e **Nasúa**, da America do Sul, são conhecidos apenas a partir do Pleistoceno do mesmo continente. Os outros gêneros atuais, da America (**Bassaricyon**, da America Central; **Cercoleptes** ou **Potos**, da Guiana; **Wagneria**, do Mexico) não são conhecidos no estado fóssil.

Nasua Storr (Coatí). Formula dentária: $3/3$ I; $1/1$ C; $3/3$ Pm; $2/2$ M, ao todo 36 dentes. Dentição como no **Procyon** mas caninos superiores mais largos e mais fortemente comprimidos e molares menores. Focinho mais alongado e mais estreito que o do **Procyon**. Coluna vertebral composta de 52-53 vertebrae, sendo C 7, D 14, L 6, S 3 e C 22 ou 23. Cauda anelada, pontuda, não prensil.

Estes animais, vulgarmente chamados Coatí ou Coatí Mundéo, vivem em pequenas varas, de 8 a 20 indivíduos, e são principalmente arborícolas. Segundo R. von Ihering (29), os caçadores distinguem o "coatí mundéo" (coatí solitário) dos "coatís de vara" (coatí social) mas aquêle não é senão o macho velho da mesma espécie, que vive desgarrado da vara.

O **Nasua nasua** L. (**N. narica** L.) (Fig. 10 — III) vive atualmente no México, onde é conhecido pelo nome nativo de "Quanhpecoptli", na America Central e na America do Sul, e o **N. nasua rufa** (Fig. 10 — II) é unicamente sulamericano. Fóssil no Pleistoceno do Brasil (**N. nasua rufa** Desmarest).

O **Nasua brasiliensis** ou **Nasua ursina**, assinalado por Lund, em seu "Catalogo dos fósseis do Brasil", foi determinado, posteriormente, pelo proprio Lund, como um Ursídeo (**Arctotherium brasiliensis**).

Procyon Storr. Formula dentária: $3/3$ I; $1/1$ C; $4/4$ Pm; $2/2$ M. Dentes molares largos e tuberculados. Carniceiro superior ($4.^\circ$ Pm) com três tuberculos, ao longo da margem externa, e um largo tuberculo interno, de duas pontas, dando uma forma quasi quadrada à corôa. Primeiro molar com corôa de largos tubérculos, mais largo que longo; segundo molar consideravelmente pequeno, com corôa oblonga transversalmente. Carniceiro inferior ($1.^\circ$ M) com uma lâmina muito pequena e mal definida, colocada transversalmente, na frente, e um largo tuberculo interno e talon posterior. Segundo molar tão longo quanto o primeiro mais estreito posteriormente, com cinco tuberculos obtusos. Corpo robusto. Cabeça larga atrás, com focinho pequeno e pontudo; orelhas arredondadas e laterais. Unhas curvas, pontudas, não retracteis e comprimidas lateralmente. Patas plantígradas mas, na marcha, a planta dos pés não é aplicada inteiramente no solo, como acontece quando o animal está parado, razão por que alguns autores, como E'. Périer, por exemplo, consideram os animais deste gênero como digitígrados, quando são plantígrados, embora incompletamente. Dêdos, especialmente os das patas anteriores, bem livres e capazes de estenderem-se separadamente. Cauda moderadamente longa, cilíndrica, densamente co-

berta de pêlos espessos, anelada, não preensil. O *Procyon lotor* Linneu (Raccoon ou coati de focinho curto), da América do Norte, é o tipo do gênero e distribue-se desde o Alasca até a América Central, onde atinge seu tamanho máximo (Fig. 10 — I). Na América do Sul, o gênero é representado pela espécie *Procyon cancrivorus* Cuvier (Fig. 8 — II), o popular “Mão pelada”, “Guaxinim” ou “Jaguacinim”, que é muito parecido com o *Procyon lotor*, norte e centro-americano, mas dêle difere por diversos caracteres, como sejam maior tamanho, dentes proporcionalmente mais fortes, etc. Os seus hábitos são, entretanto, semelhantes. Habita toda a América do Sul, principalmente o Brasil. O *Procyon lotor* é fóssil no Pleistoceno da América do Norte, assim como uma espécie extinta — *P. nanus*. Quanto ao *Procyon cancrivorus*, consta ter sido encontrado já, como fóssil, nos depósitos pleistocênicos das cavernas do Brasil.

C — FAMILIA URSIDAE, FISCHER, 1817

Corpo pesado e robusto. Cabeça arredondada, de focinho mais ou menos alongado e truncado. Pescoço curto. Fórmula dentária: 3/3 I; 1/1 C; 4-1/4-1 Pm; 2/3 M. Caninos fortes e largos. Premolares (Pm) sempre pequenos, em comparação com os molares. Não ha carniceros propriamente ditos 4.º Pm superior curto, com dois tubérculos externos, em forma de cônes embotados, e um tubérculo interno, fortemente dobrado para traz, tubérculo esse não provido de raiz especial. Os Pm anteriores são muito pequenos e caducos e faltam frequentemente. Molares (M) superiores quadráticos ou oblongos, multituberculados, crescendo, em dimensões, do primeiro ao último. 1.º M inferior quadrilátero alongado, tritubercular na metade anterior, de talon muito grande e limitado, do lado de fóra, por um tuberculo, e, do lado interno, por dois tubérculos. 2.º M multitubercular, maior que o 1.º M; último M triangular, oval ou arredondado. Crânio alongado. Caixa timpânica muito fracamente arqueada e indivisa. Foramen condilóide assaz afastado do foramen lacerum, sendo os outros orifícios e o canal do alisfenóide, exceto em *AEluropus*, como nos Canídeos. Apófise paroccipital e apófise mastóide muito desenvolvidas. Membros pesados; humerus comumente desprovido de foramen entepicondilóideo; patas anteriores e patas posteriores pentadactilos e plantigrados, sendo o quinto dedo tão grande e tão forte quanto os outros. Dedos providos de garras fortes, recurvadas, não retracteis. Cauda curta. Osso penial grande.

Carnívoros onívoros, que se nutrem de carne, frutos, raízes, mel, etc. Distinguem-se de todos os outros carnívoros por seus grandes molares quadráticos, em forma de quadriláteros alongados, multituberculares, e pela ausência de carniceros típicos. Seu esqueleto é muito visinho do dos Cães, mas é mais pesado e mais curto, relativamente. As patas plantigradas têm, tanto as anteriores como as posteriores, cinco

dedos e são adaptadas para agarrar e excavar. Os metápodos são assás curtos e arredondados. O penis possui um osso forte.

A despeito da diferença notável do aspecto externo e do gênero de vida dos ursos e dos cães, esses animais são, porém, extraordinariamente visinhos uns aos outros tão intimamente, pelos *Amphicyoninae* fósseis, que se torna difícil estabelecer uma separação entre eles. Lydekker reúne-os, por isso, numa mesma família. Os Ursídeos representam um ramo lateral, mais recente, dos Canídeos, muito mais especialmente diferenciado, entretanto, do que os últimos, ramo esse que se separou dos *Amphicyoninae* já no Mioceno e atingiu seu desenvolvimento máximo no período atual. Entre as formas vivas, é o *Ailuropus* que mais intimamente se liga ao gênero fóssil *Hyaenaretos*. Os Ursídeos habitam atualmente a Europa (*Ursus arctos*), Ásia (*Ursus arctos*, do norte, *Me-lursus ursinus*, da Índia e Ceilão; *Ailuropus melanoleucus*, do Tibet oriental), África setentrional, América do Norte (*Ursus horribilis*, do N. E.) e América do Sul (*Tremarectos frugilegus*, do Perú, e *T. ornatus*, dos Andes). As ilhas de Sonda abrigam o *Ursus* (*Helarectos*) *malayanus*, o pequeno Urso dos Coqueiros que, por certos característicos, se assemelha ao *Tremarectos* sul-americano. O *Ursus* (*Thalassarectos*) *maritimus* é espalhado em todas as regiões árticas. As formas fósseis repartem-se pela mesma área de distribuição.

Na origem, o tipo dos Ursos confunde-se com o dos Cães. Na América, o seu primeiro aparecimento deu-se no Plioceno, originando-se primeiro na Europa, talvez como um ramo dos *Cynodontinae* (x), no Oligoceno, os quais, por seu turno, derivaram provavelmente de um tronco *Miacideo* (*Creodonte*) (xx).

“Ossadas fósseis de Ursos encontram-se nas brechas de ossos do litoral do Mediterrâneo, nas fendas das rochas e no diluvium; mas é principalmente nas numerosas cavernas das rochas calcáreas que se encontra um número tão grande delas que, durante séculos, se retiraram das cavernas da Alemanha, sob a denominação de *Licorne fóssil*, dentes que se utilizavam na antiga farmacopéia”.

“A despeito, porém, da grande quantidade de ossadas fósseis encontradas, não se admite a existência senão de um pequeno número de espécies (*Chénu*)”.

Uma das espécies mais notáveis é o *Ursus speloeus*, de Blumen-

(x) — Os gêneros *Dinocyon* e *Cephalogale*, principalmente, apresentam grandes relações com o *Hyaenaretos* que constitui o tipo primitivo dos Ursídeos.

(xx) — Segundo Trouessart, as espécies trepadoras e florestais mais primitivas teriam constituído a família dos Ursídeos, enquanto que as espécies mais adaptadas à corrida e habitantes das planícies teriam formado a família dos Canídeos. O gênero *Hyaenaretos* distingue-se dos Ursos, propriamente ditos, por seus molares de corôa subtriangular e por outros aspectos. É do Plioceno da Europa, Ásia e América do Norte (diversas espécies).

bach, o gigantesco e vigoroso "Urso das Cavernas" que abundou, durante o período Pleistoceno, em toda a Europa.

Arctotherium Bravard (sinonímia: **Arctodus** Leidy). Fórmula dentária: $3/3$ I; $1/1$ C; $3-4/4$ Pm; $2/3$ M. Este gênero compreende ursos de face curta. Sua dentição afasta-se menos de um tipo carnívoro normal que a dos verdadeiros **Ursus**, apresentando-se os dentes em série quasi fechada. No maxilar, falta geralmente o 1.º Pm, sendo o 2.º pequeno, o 3.º provido de duas raízes e o 4.º (carniceiro) com o tubérculo interno quasi no meio, relativamente maior que em **Ursus** (Fig. 11). As corôas dos molares superiores são alargadas e curtas. Devido ao encurtamento do maxilar e do focinho e ao desenvolvimento avantajado dos molares, os premolares, apertando-se, desviam-se frequentemente da linha dentária, com exceção do 4.º Pm, do que resulta um agrupamento, muito característico, dos três primeiros premolares superiores. O 1.º M superior é quadrático, o 2.º M é estreitado para traz e consideravelmente mais largo que o dente correspondente dos **Ursus**. Na mandíbula, nota-se sempre a presença dos quatro premolares, bem desenvolvidos, sendo o último muito massiço, de uma só cúspide e duas raízes. 1.º e 2.º molares inferiores mais curtos e mais largos que nos ursos propriamente ditos; 3.º M inferior oval. Por sua dentição, o **Arctotherium** é mais primitivo que os verdadeiros ursos. Humerus provido de forâmen entepicondilóideo.

Segundo Boule, é bem possível que o gênero **Arctotherium** tenha tido por ancestral algum **Hyaenarctos** asiático, tendo o grupo passado, mais tarde, para a América do Norte. Alguns de seus representantes teriam emigrado, daí, para a América do Sul, enquanto que outros continuaram sua evolução no hemisfério boreal. Pleistoceno da América do Norte e do Sul. Na América do Norte, ossadas de **Arctotherium** foram encontradas nas "Megalonyx beds" (**A. pristinus** Leidy) e nas cavernas de Port Kennedy, de Frankstown, Pensilvania (**A. haplodon** Cope), do Monte Shasta, em Pottercreek, California (**A. simum** Cope — Amer. N. 1891, Fig. 14), no Pleistoceno do México. Na América do Sul, o **A. bonaerense** (Figs. 11 e 13), de Gervais, e **A. angustidens**, de Bravard, são da formação pampeana. Ameghino descreveu, sob o nome de **A. tarijense**, uma espécie conhecida por um fragmento de mandíbula, com 2 dentes conservados, procedente do planalto boliviano (Tarija), espécie essa que — segundo o mesmo autor — é visinha do **A. bonaerense** mas que Kraglievich prefere colocar num gênero distinto — **Proarctotherium**, no qual o mesmo autor coloca também as espécies **A. vetustum** Ameghino e **A. simum** Cope e, duvidosamente, a espécie **A. haplodon** Cope, as duas últimas da América do Norte.

Peter W. Lund descobriu, no diluvium das cavernas de ossadas do vale do Rio das Velhas, em Minas Gerais, restos muito incompletos de ursídeos (Fig. 12), que atribuiu primeiramente ao gênero **Nasua** (Coatí) mas que verificou, por achados posteriores, pertencerem a um ursídeo

que denominou de *Ursus brasiliensis*, o qual, por seu talhe e por outras particularidades do esqueleto, principalmente pela conformação especial do humerus, provido de forâmen entepicondilóideo, se assemelha muito ao atual *Tremarectos ornatus* Cuvier, da cordilheira dos Andes, cujo humerus é também provido de forâmen supra-condilóideo, que falta a quasi todos os outros ursos.

“Com respeito à propriedade do nome *Ursus brasiliensis*, escreve Kraglievich, devemos assinalar, sem embargo, que, segundo Winge (1), este nome já fôra empregado com muita antecedência por Thunberg (2), para designar o mustelídeo *Galictis vittata* (Schreber), com o que, segundo as regras da nomenclatura, universalmente adotadas, não pode aplicar-se ao ursídeo fóssil do Brasil, para o qual propomos trocar o nome da espécie pelo de **Lundi**, para dedicá-la, assim, ao eminente sábio dinamarquês que obteve seus restos, nas cavernas brasileiras”.

“A descrição dos restos desse animal foi dada a conhecer por Winge (1895 a 1896). Seu trabalho contém valiosas informações anatômicas e medidas dos dentes e ossos do esqueleto, em comparação com os ursídeos extintos da região do Prata, de *Ursus spelaeus* e de *Ursus arctos*, *syriacus* e *Tremarectos ornatus* atual”.

“Não ha certeza, sem embargo, de que todos os restos pertencem à espécie *brasiliensis*, de Lund, pois nem todos procedem de uma só caverna. Em todo o caso, pertencem a animais de pequeno tamanho, comparavel ao do *Ursus tibetanus*, mas indiscutivelmente aliados dos ursídeos extintos da Argentina”.

“A respeito do gênero, dissentimos com Lund e Winge, que o referiram a *Ursus*, visto que a conformação crâniomandibular, a estrutura dentária e a presença do forâmen supracondilóideo humeral se opõem a este critério. Consideramos, além disso, sem desprezar suas afinidades com *Arctotherium* e *Arctoidotherium* pampeanos, que tão pouco entram neste gênero (*Ursus*) e que o escasso desenvolvimento do talon ou cúspide interna do carniceiro superior (Pm⁴) correspondem melhor aos caracteres deste dente no crânio de *Paractotherium pamparum* Ameghino, em que esse dentículo falta completamente, enquanto que nos outros dois gêneros ele é encontrado bem desenvolvido”.

“Igual sugestão nos dá a relação do comprimento desse molar carniceiro superior a respeito do primeiro tuberculado (M¹). Em *Arctotherium* e *Arctoidotherium*, ambas as longitudes são praticamente iguais ou a primeira é pouco menor que a outra, enquanto que em *brasiliensis* e no crânio de *Paractotherium pamparum* a extensão do quarto premolar é notavelmente menor que a do primeiro tuberculado. *Paracto-*

(1) — H. Winge — 1895 a 1896.

(2) — Thunberg — “Memorias de la Academia Imperial de Ciencias de San Petersburgo”, tomo VII, 1819 (citado por Kraglievich).

therium pamparum é, contudo, muito maior que **Ursus brasiliensis**. Na espécie **simum** e **californicus** o Pm^4 é bem mais curto que o M^1 ."

"Quanto à possibilidade de que haja mais de uma espécie do tipo **brasiliensis**, na fauna extinta do Brasil, assinalaremos o fato de que dos exemplares medidos por Winge, procedentes da caverna Escrivania 5, um joven e outro adulto, os dentes do joven são algo maiores que os do adulto. Assim, por exemplo, Pm^4 daquele tem um comprimento de 18 milímetros contra 15 e $1/3$ no adulto, M^1 27 e $1/2$ contra 24 e M^2 25 contra 22 e $1/2$, respectivamente. Um espécime da caverna do Sumidouro concorda com o joven da Escrivania."

"Como é impossível decidir com certeza se estas diferenças são de índole sexual ou determinadas por uma diferença específica, convém, a nosso ver, separar ambas as formas, dando a uma delas uma denominação subespecífica. Já veremos adiante que as dimensões do molar carniceiro e primeiro tuberculado inferior da espécie recolhida em Tarija, chamada **Wingei**, por Florentino Ameghino, concorda quasi exatamente com as desses dentes no exemplar joven da caverna Escrivania, medido por Winge."

O mesmo Kraglievich, mais adiante, considera os ursídeos fósseis brasileiros, referidos à espécie **brasiliensis** Lund-Winge, como pertencentes a um novo gênero ou sub-gênero — **Pseudarctotherium** (**P. brasiliensis**), cujo tipo é uma pequena mandíbula a que falta o ramo ascendente direito, o 2.º Pm e o I direitos e a corôa dos 1.º, 2.º e 4.º Pm esquerdos, mandíbula essa que fôra, antes, atribuída por Ameghino ao gênero **Pararctotherium** e espécie **P. pamparum**.

Ao gênero ou sub-gênero **Pseudarctotherium** relaciona também Kraglievich a espécie **majus**, de Lund, também brasileira, um pouco maior que a espécie **brasiliensis**, e a espécie **Wingei** Ameghino, de Tarija.

Como a peça em que se baseia o pretenso novo gênero ou sub-gênero **Pseudarctotherium** não está em perfeito estado de conservação mas, pelo contrário, mal conservada, o que — em nossa opinião — deixa certas dúvidas sobre a validade do novo gênero ou sub-gênero que sobre ela se fundou, preferimos continuar a considerar as espécies brasileiras dentro do gênero **Arctotherium**, principalmente tendo em vista os restos recentemente descobertos em Minas Gerais, por H. V. Walter, restos esses muito mais completos, no que diz respeito ao crânio e sistema dentário, que os descobertos por Lund e descritos por Winge, como veremos, a seguir.

Em uma das numerosas e recentes excursões que a Academia de Ciências de Minas Gerais tem realizado pelas regiões de Lagôa Santa, sob os cuidados de H. V. Walter, Dr. Arnaldo Cathoud e prof. Anibal Mattos, foi explorada, em 1937, a caverna conhecida sob a denominação de Lapa da Lagôa Funda, situada a nordeste do morro do mesmo nome, a 55 quilômetros, aproximadamente, de Belo Horizonte. Restos fósseis de **Equus**, **Tapirus**, **Hydrochoerus**, **Chlamydotherium**, etc., foram — segundo

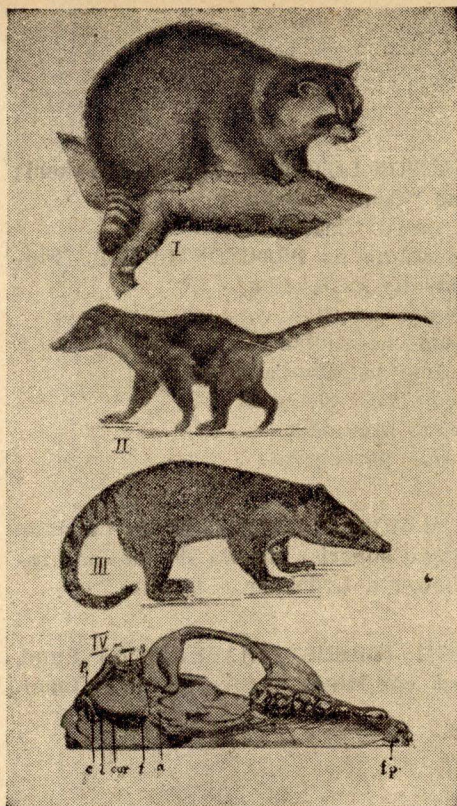


Fig. 10

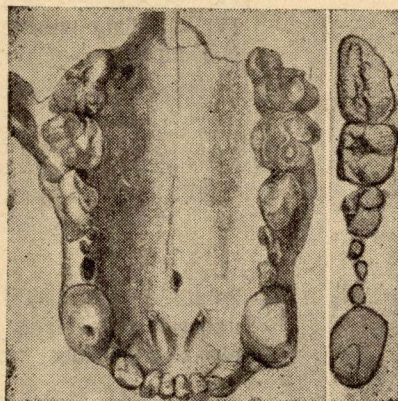


Fig. 11

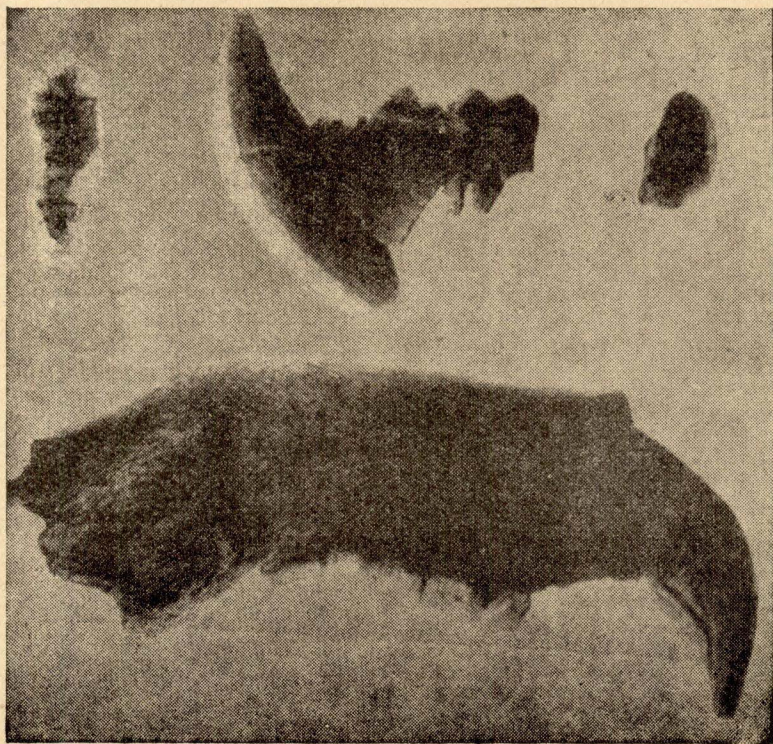
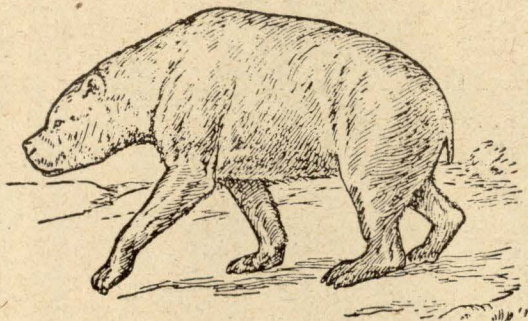


Fig. 12

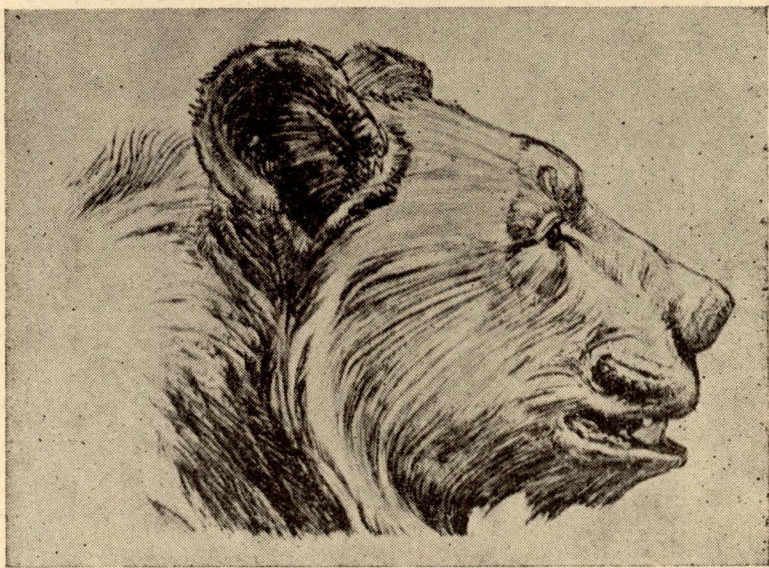
Fig. 10 — Procionídeos. — I) — *PROCYON LOTOR* (Flower e Lydekker);
II) — *NASUA RUFA*, um "Coatí" (Beddard);
III) — *NASUA NARICA*, outro "Coatí";
IV) — Vista palatina do crânio do *PROCYON LOTOR* (Flower-Zittel). — a) — Canal do alisfenóide;
am) — Meáto auditivo;
c) — Forame carotidiano;
fp) — forame palatino anterior;
g) — forame post-glenóide;
m) — apófise mastoide;
p) — apófise parocípital.

Fig. 11 — Palato de *ARCTOTHERIUM BONAERENSE* (5/28 do tamanho natural) e, ao lado, denteição superior direita do mesmo (incisivos excluidos). (de Flower e Lydekker e Romer).

Fig. 12 — Restos do *ARCTOTHERIUM (URSUS) BRASILIENSIS* Lund, sp., descobertos por Lund, em Minas Gerais (de H. Winge).



**Fig. 13 — Restauração do ARCTOTHE-
RIUM BONAERENSE (de Anibal Matos,
— desenho de P. Magne de la Croix,
para Carlos Rusconi).**



**Fig. 14. — ARCTOTHERIUM SIMUM Cope. Restauração da ca-
beça por Charles R. Knight, sob a direção de John C. Merriam
e Chester Stock (de Merriam e Stock).**

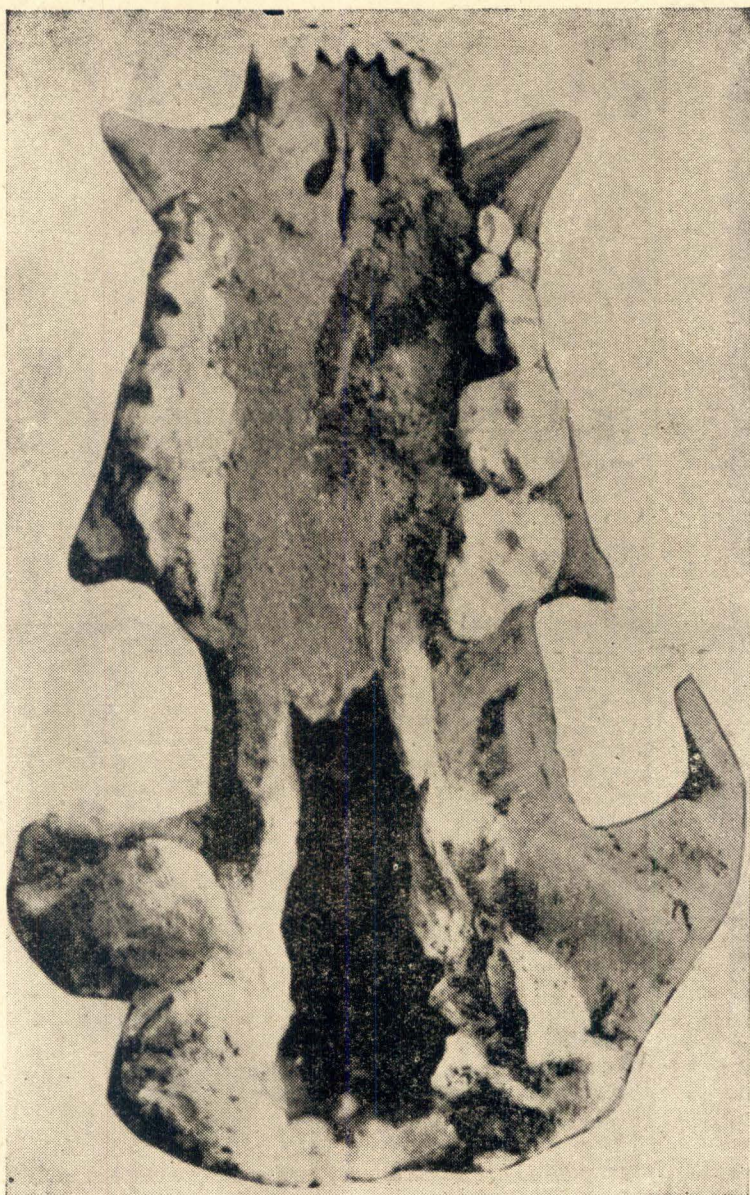


Fig. 15. — Vista palatal do crânio de **ARCTOTHERIUM BRA-SILIENSIS** Lund, descoberto por H. V. Walter, na lapa da Lagôa Funda, em Minas Gerais. (Tamanho reduzido).

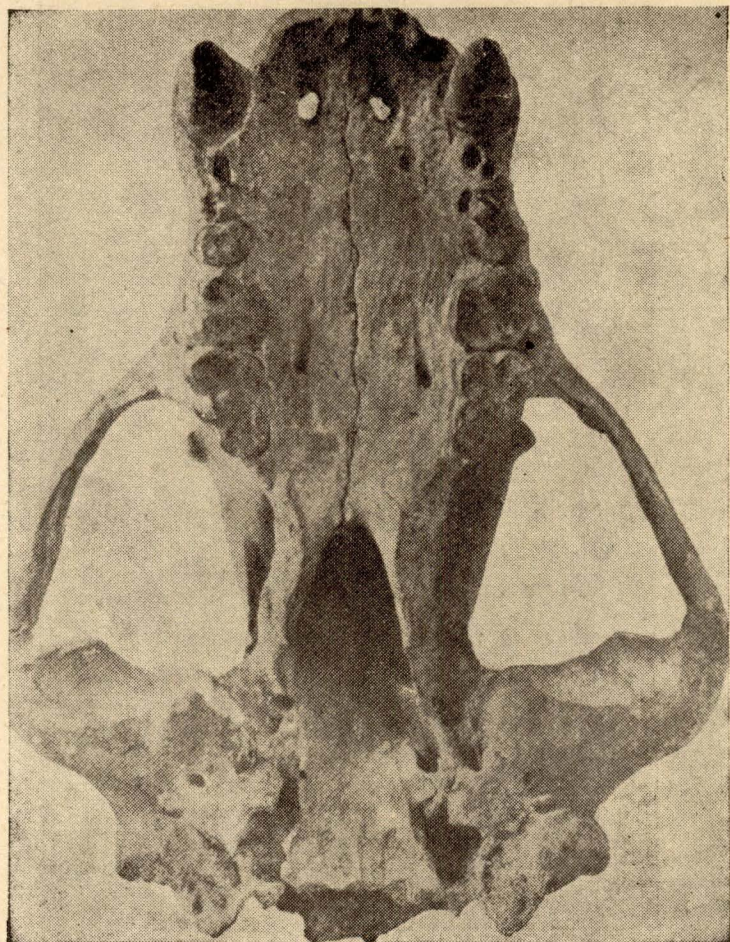
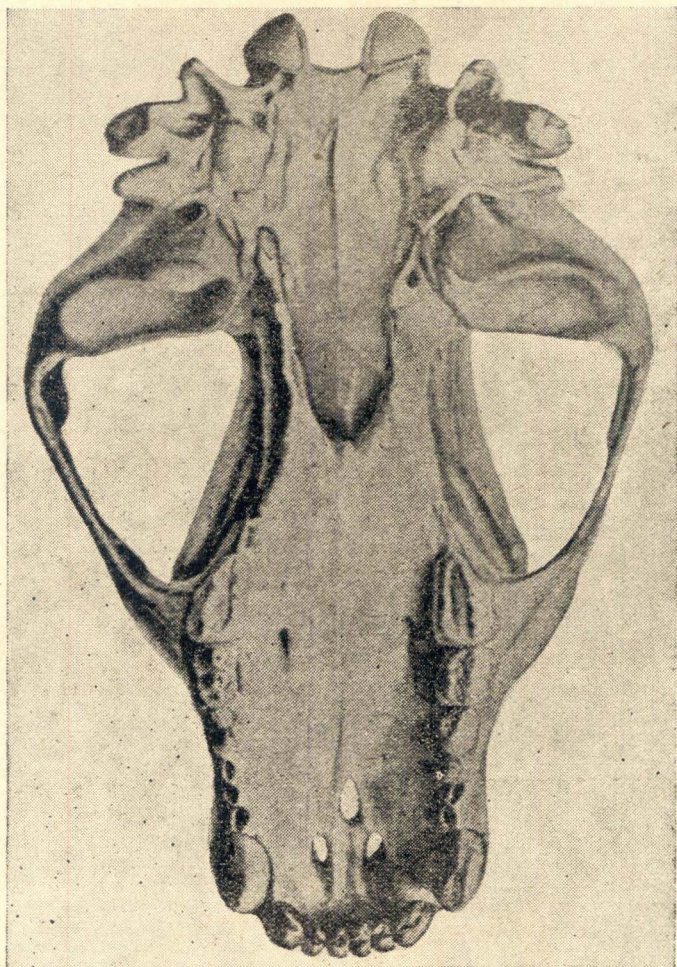


Fig. 16. — ARCTOTHERIUM LATIDENS Bravard. Vista palatina do crânio, reduzida a um terço do tamanho natural. Pampeano inferior da Argentina (Kraglievich).



**Fig. 17. — TREMARCTOTHERIUM CALIFORNICUM Mer-
riam. Vista palatina do crânio, segundo Merriam e Stock.
Um terço do tamanho natural. Pleistoceno dos Estados
Unidos (Kraglievich).**

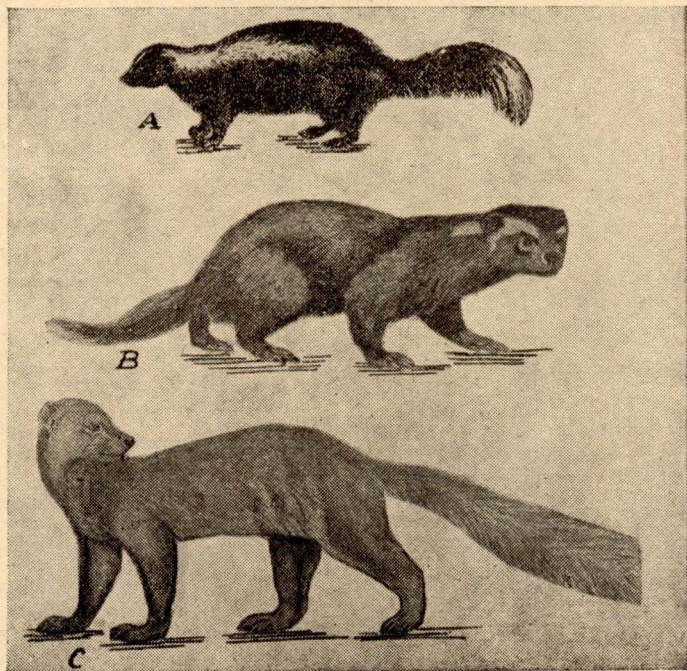


Fig. 18. — Mustelídeos. a) — **CONEPATUS SUFFOCANS** (ou Zorrillo) — (R. v. Ihering); b) — **GALICTIS VITTATA** (Beddard); c) — **GALICTIS (Tayra) BARBARA** (Beddard).

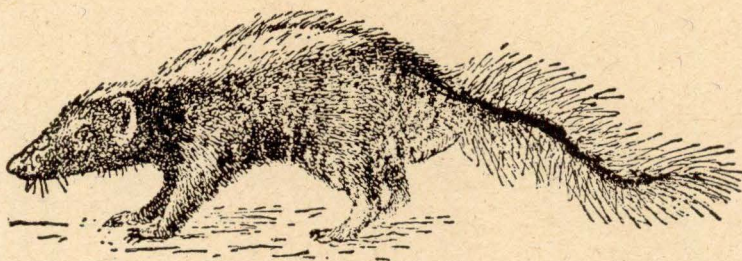


Fig. 19. — **CONEPATUS CHILENSIS** ou "Cangambá"

Walter — descobertos na mesma caverna, assim como parte de um crânio de ursídeo, constante de todo o lado esquerdo, do premaxilar, provido de todos os incisivos, assim como do maxilar, com o canino, pre-molares e molares esquerdos, faltando os premolares e molares direitos, assim como o respectivo canino e quasi toda a secção direita do frontal e também o parietal, esquamosal e occipital. Posteriormente, descobriram-se o canino e os molares direitos e fragmentos do parietal e esquamosal, do mesmo lado, assim como alguns fragmentos do ramo direito da mandíbula, com os 2.^o e 3.^o molares, e outras peças que, possivelmente, pertenceram todas a um só e mesmo indivíduo. Segundo H. V. Walter, quem fez sua descrição, num interessante trabalho, o crânio desse ursídeo pertenceu a um animal novo mas já completamente adulto, “possuindo as características cranianas usuais que separam a família dos ursos típicos, que vivem na América do Norte, dos atuais ursos de face curta que habitam o Perú e Equador”. A presença de um só forâmen infra-orbitário aproxima-o, como também o seu pequeno talhe, do *Tremarctos* atual, do Perú e Equador, mas as suas características mais notáveis, como seja, entre outras, o agrupamento irregular dos premolares, justificam — segundo Walter — a sua inclusão entre os *Arctotherium*. À espécie foi dada a denominação de *A. brasiliensis*, já usada por Lund-Winge, para o seu *Ursus brasiliensis* que era — segundo todas as probabilidades — um *Arctotherium*.

A nosso ver, as razões apresentadas pelo autor, para a inclusão do espécime da Lapa da Lagôa Funda no gênero *Arctotherium* são perfeitamente aceitáveis. Quanto à determinação específica (*A. brasiliensis*), parece-nos também plausível, segundo a descrição dada pelo autor.

Na fotografia palatina do crânio, publicada por Walter (Fig. 15), pudemos observar uma semelhança muito grande com *Arctotherium* é, tanto no *A. brasiliensis* como no *A. latidens*, 3 I; 1 C; 4 Pm; 2 M. Tanto numa como na outra das supra-citadas espécies, o dente incisivo lateral é o mais forte, os caninos são possantes e bem desenvolvidos, sendo os do *A. brasiliensis*, descoberto por Walter, dirigidos, um tanto obliquamente, para fora, enquanto no *A. latidens* eles são perfeitamente verticais, e os três primeiros premolares, dos quais o mais superior é o maior, são agrupados em triângulo, sendo os dois posteriores situados lado a lado, fora da série dentária, um (o 2.^o) do lado externo, o outro (o 3.^o) do lado interno, mas, enquanto no *A. brasiliensis*, descoberto por Walter, os três são agrupados muito intimamente, na frente do 4.^o Pm, no *A. latidens*, o terceiro afasta-se algo dos outros, indo colocar-se no lado interno anterior do 4.^o Pm. Quanto à morfologia dos outros dentes (4.^o Pm, 1.^o e 2.^o M), parece-nos ser idêntica, sob o ponto de vista mais geral, nos dois tipos. Na peça descrita por Walter como *A. brasiliensis*, o 1.^o tuberculado (1.^o M) é de forma sub-quadrada, como no *A. latidens* e nas outras espécies do gênero (exceto no *A. angustidens* Bravard, em que o dito dente é mais estreito que comprido). No *Arctotherium* (Ur-

sus) *brasiliensis*, de Lund, o 1.^o M superior aproxima-se, por sua forma quadrada quasi perfeita (como o da peça descrita por Walter) das espécies norte-americanas mas a diferença entre os seus diâmetros transversal e longitudinal é menos acusada do que naquelas. Entre as espécies de *Arctotherium* sul-americanas, o *A. brasiliensis* Lund é a única que, segundo as ilustrações de Winge, apresenta uma pequena cúspide adicional anterior, externa (parastilo), bem definida, no M¹, como nas espécies norte-americanas. Segundo Kraglievich, em todos os demais casos que pôde examinar, essa cúspide ou falta completamente ou é representada apenas por um vestígio (um ligeiro relêvo de esmalte, indefinido como cúspide). H. Walter, numa comunicação particular que nos fez, participou-nos exibir o M¹ de seu espécime um pequeno vestígio do parastilo, apresentando, pois, o mesmo uma pequena diferença, neste particular, com o espécime de Lund, diferença essa cuja significação nos parece carecer de importância, para o estabelecimento de qualquer distinção entre os dois espécimes em lide. No *A. latidens*, existem dois forâmens palatinos anteriores, enquanto que no crânio descrito por Walter existem três, como no *A. bonaerense* e outras espécies, sendo o médio mais estreito e situado atrás dos outros dois. O crânio do *A. latidens* tem 36 cms. de comprimento côndilo-basal, enquanto que o do *A. brasiliensis*, de Walter, tem 24 cms., aproximadamente, no mesmo sentido. Além disso, é evidente que o crânio do último é mais estreito do que o do primeiro, cuja região facial é relativamente mais curta que a do *A. brasiliensis*.

O fato de que, no crânio descrito por Walter, o palato termina muito atrás dos últimos molares, o que podemos observar na vista palatina do mesmo (Fig. 15), a despeito de estar aquela região do crânio um tanto estragada, é mais uma razão que nos permite aproximá-lo do gênero *Arctotherium*, em que tal caracter é occorrente, em contraposição com os gêneros *Pararctotherium*, extinto, e *Tremarectos*, atual, nos quais o palato termina ao nível dos últimos molares.

A nosso ver, o *Ursus brasiliensis*, de Lund, é, de fato, um *Arctotherium*, da espécie *A. brasiliensis*, identificando-se com o tipo descrito por Walter, embora os seus três primeiros premolares não estejam agrupados exatadamente como os do exemplar descoberto e descrito por Walter, pois os dois primeiros — como já vimos — estão no alinhamento dos outros dentes, estando o 3.^o fora do alinhamento e situado do lado interno do 4.^o Pm, como acontece no *A. latidens*, no qual, entretanto, os dois Pm anteriores se acham também um tanto afastados do alinhamento dos outros dentes. O 4.^o Pm superior do espécime de Lund-Winge apresenta escasso desenvolvimento da cúspide interna (*deuterocono*), o que também acontece com o dente homólogo do espécime da Lapa da Lagoa Funda, de Walter (1). Os doistipos são, neste sentido, interme-

(1) — Walter chama essa cúspide interna do 4.^o Pm superior de *protocône*, designação essa mais usada para os molares. Nos premolares, usa-se, mais frequentemente, designar essa cúspide de *deuterocono*.

diários entre o *Paracetootherium pamparum*, no qual essa cúspide é completamente ausente, e as demais espécies do gênero *Arctotherium*, que têm essa cúspide bem desenvolvida.

Tanto no *Ursus brasiliensis*, de Lund-Winge, como no *Arctotherium brasiliensis*, de Walter, o comprimento ou diâmetro antero-posterior máximo do Pm^4 é bem maior que o do M^1 , como podemos verificar no quadro comparativo, anexo. Nos outros *Arctotherium*, esses diâmetros são quasi equivalentes, como no *Arctodootherium*, mas não damos à divergência que, sob este ponto de vista, apresentam os fósseis brasileiros com os outros *Arctotherium* um valor maior que específico.

O crânio fóssil, descoberto por Lund e descrito por Winge, está tão fragmentado que não se pode concluir se apresentava um ou mais forâmes pré ou infra-orbitários (os ursos de face curta apresentam, geralmente, mais de um, fazendo exceção alguns *Arctotherium* e o *Tremarectos*). No espécime de Walter, existe um só forâme infraorbitário, como já vimos.

O humerus do *Ursus brasiliensis*, de Lund, apresenta, como os de todos os *Arctotherium* e *Tremarectos*, um contraste com os de quasi todos os outros ursídeos, um forâme entepicondilóideo (ou supracondilóideo). Entre os restos descobertos e descritos por Walter, não se acha nenhum do humerus correspondentes.

Assim, pois, sob os dois últimos pontos de vista, não nos é possível fazer uma comparação direta entre o *Ursus brasiliensis*, de Lund, e o *Arctotherium brasiliensis*, descrito por Walter, mas, pela coincidência dos característicos já apontados, acreditamos ser um sinônimo do outro, a despeito das insignificantes divergências que parecem existir entre as peças que serviram de base para os estudos de Lund e Winge e de Walter, entre as quais salientamos a diferença no agrupamento dos três primeiros premolares superiores, supra-citada, diferença essa que, por insignificante, não pode servir de base — em nossa opinião — para uma distinção específica e, muito menos, para uma distinção genérica.

A nosso ver, a denominação genérico-específica de *Ursus brasiliensis*, de Lund-Winge, deve ser substituída pela de *Arctotherium brasiliensis*, de Lund s. p., devendo prevalecer, pelas razões já expostas, a última das supracitadas denominações genéricas (*Arctotherium*).

Damos, no quadro anexo, algumas medidas das peças de Lund-Winge e de Walter, comparando-as com as respectivas medidas dos crânios do *A. latidens* que parece ser a espécie que mais se aproxima do *A. brasiliensis*.

Quadro Comparativo de algumas medidas cranianas de diversos ARCTOTHERIUM

MEDIDA EM MILÍMETROS (a, aproximada; c, calculada)	Arctotherium brasiliensis (Lund), se- gundo H. Win- ge	Arctotherium brasiliensis (Lund), peça descrita por Walter	Arctotherium latidens Bravard		
			Tipo 43 Mus. Arg.	Tipo 2547 Mus. Arg.	Exemplar do Museu de Cope- nhague
Comprimento côndilo-basal do crânio ..	—	237 a	405 a	—	450
Largura máxima do rosto sobre os ca- ninos	—	84 c	140	—	—
Largura máxima sobre as faces externas de ambos os M ¹	—	93 c	145	—	—
Comprimento da série premolar e molar superior	81,7	88 c	127	126	129 a
Distância desde o bordo posterior do ca- nino superior até o anterior do Pm ⁴ ..	10,5	13,6 c	20	22	21
Comprimento de Pm ⁴ +M ¹ +M ²	70 a	73,3 c	107	106	108
Comprimento de Pm ⁴ +M ¹	40,6	42,6 c	64	64	64
Diâmetro antero-posterior máximo do Pm ⁴	18	19	31	31,5	31
Diâmetro transversal máximo do Pm ⁴ ..	—	14	24 c	—	—
Diâmetro antero-posterior máximo do M ¹ ..	22,6	24	33	32,5	33
Diâmetro transversal máximo do M ¹ ..	22	21,5	36	35	34
Diâmetro antero-posterior máximo do M ² ..	30,6	30	48	45	46,5
Diâmetro transversal máximo do M ² ..	20	23	33	32	—

— É possível que, pelo menos no sul do Brasil (Rio Grande do Sul), ainda venham a ser descobertos restos das espécies de *Arctotherium* do pampeano argentino, entre elas o *Arctotherium bonaerense*, dada a vizinhança dos territórios e o fato de terem sido descobertos, ultimamente, nos terrenos equivalente do Rio Grande do Sul, despojos de de outros mamíferos pampeanos, como *Megatherium*, *Lestodon*, *Glyptodon*, *Toxodon* e *Mastodon*.

Carlos Rusconi descreveu e figurou, sob a denominação de *Pseudarctotherium brasiliensis* (Lund), um fragmento anterior de um 1.º molar verdadeiro inferior, do lado direito, dizendo que “embóra a êste dente falte tódo o talon, o restante não revela diferenças apreciáveis com o mesmo órgão de *Pseudarctotherium* (*Arctotherium*) Wingei, descrito por Ameghino, em 1902, que, como se sabe, era um animal de talhe mais ou menos similar a *P. brasiliensis*, segundo Kraglievich”.

O fragmento de dente, em questão, procede do Brasil e foi descoberto, com restos de *Tapirus* e *Agouti*, na Lapa do Gaetano, Fazenda do Mocambo (Minas Gerais?), segundo Rusconi.

D — FAMILIA MUSTELIDAE, FISCHER, 1817

Formula dentária: 3/3 I; 1/1 C; 3-4/3-4 Pm; 2-1/2-1. M. Carniceiro superior (4.º Pm) com dois tuberculos externos, cortantes, e um forte tuberculo interno. Carniceiro inferior (1.º M) grande, de talon excavado, muito desenvolvido, com muralha externa cortante e mais alta que a muralha interna. 1.º M superior alongado transversalmente, tritubercular, pequeno ou grande e quadrilátero. 2.º M superior (existente apenas em certas formas fósseis) muitissimo pequeno e cadúco. 2.º M inferior pequeno e cadúco. Nos M superiores, a porção tubercular interna é sempre mais longa, na direção antero-posterior, que a porção externa, secante. Caixa tímpanica arqueada e sem septo, sendo o seu gráu de inflação muito reduzido. O palato é geralmente muito prolongado posteriormente aos últimos molares, como nos Procyonidae. Desprovidos de canal alisfenoidal. Orifício postglenóide e orifício carotidiano desenvolvides separadamente; foramen condilóide aproximado do foramen lacerum. Apófise post-glenóide do crânio geralmente muito curvada sôbre a fossa glenóide, de maneira a manter muito firmemente o condilo articular da mandíbula. Humerus provido ou não de foramen entepicondilóideo. Corpo alongado. Patas comumente pentadactilas, plantigradas ou digitigradas; dedos curtos e palmados na base, com garras curtas e recurvadas, agudas e muitas vezes um pouco retracteis.

“Os Mustelídeos — escreve Zittel — são Carnívoros pequenos ou de talhe médio, adelgaçados, móveis, na maioria sanguínários, espalhados atualmente por toda a Terra, com exceção da Austrália; o maior número habita o hemisfério setentrional. O mesmo acontece com os precursôres fósseis do Terciário e do diluvium, que se encontram na

Europa, Ásia, norte da África, nas duas Américas; os mais antigos são encontrados no Eoceno superior da Europa. Flower e Mivart, apoiando-se na constituição da base do crânio, colocaram os Mustelídeos entre os Arctoides, reunindo-os, num grande grupo, com os Ursídeos e Procionídeos; mas seus precursôres fósseis possuem, como foi perfeitamente demonstrado por Schlosser, relações tão estreitas com os antigos Viverrídeos que é tão sómente já no Eoceno que se pôde traçar um limite nitido entre essas duas famílias. Os Mustelídeos, no decorrer do desenvolvimento do seu phylum, apresentam, entretanto, uma acentuada tendência para uma mais forte redução e uma maior especialização de seus dentes tuberculados, mas, em sua estrutura e sua disposição, conservam o caracter de Viverrídeos e de Canídeos. O 2.^o M inferior é, na origem (nas antigas formas fósseis), ainda um tanto grande e de duas raízes, possuindo, em sua metade anterior, três ou dois tuberculos, seguidos de um talon excavado; nas formas mais diferenciadas, torna-se êle estilóide e de uma só raiz. O carniceiro inferior ou apresenta, em sua metade anterior, três pontas ou a ponta interna é atrofiada; possui um talon excavado, limitado exteriormente por uma ponta cortante. Os Pm anteriores assemelham-se aos dos Viverrídeos, nas formas antigas, exatamente como nos *Cynodictis* ou *Viverra*, e sua diferenciação exprime-se pelo espessamento e alargamento do tuberculo interno, ao qual se junta ainda, às vezes, um pequeno tuberculo secundário”.

“No crânio dos Mustelídeos — continúa Zittel — a parte facial é mais frequentemente um pouco encurtada, principalmente nas formas modernas, e a cavidade cerebral, comprimida lateralmente, na origem, como nos Viverrídeos e Canídeos, torna-se mais ampla, atraz, nos Lutrineos, e estende-se em largura. A caixa timpânica, indivisa, apresenta variações consideráveis, nas diversas sub-famílias; o conduto auditivo externo é um pouco alongado, a apófise paroccipital e a apófise mastóide, contrariamente com o que se verifica nos Viverrídeos, são sempre bem desenvolvidas. A cavidade articular, alongada em direção transversal, para a mandíbula, é fortificada adeante e atraz por uma intumescência óssea proeminente. O resto do esqueleto oferece poucas particularidades características; conserva caracteres primitivos e, nisso, assemelha-se muito ao dos Viverrídeos. Algumas formas fósseis (*Palaeoprionodon*, *Stenoplesictis*) são caracterizadas por seus membros altos mas, na maioria dos casos, os membros são assaz curtos, de cinco dedos, mais raramente digitigrados. Nos Lutrineos, os ossos dos membros são grosseiros, grossos e curtos, muito arqueados. Os Mustelídeos foram divididospor Mivart em três sub-famílias (*Mustelinae*, *Mellinae* e *Lutrinae*), cada uma das quais possui um número maior ou menor de precursores fósseis.”

a) Sub-família *Martinae* (= *Mustelinae*)

(Martas e Doninhas)

Crânio alongado, focinho um pouco encurtado. Caixa timpânica muito volumosa. Carniceiro superior (4.º Pm) triangular-alongado, com forte tuberculo interno, no bordo anterior. 1.º M alongado transversalmente, mais curto que largo e tritubercular. 2.º M (quando existente) exíguo. Tuberculado inferior (2.º M) pequeno. Carniceiro inferior (1.º M) com talon excavado ou cortante, mediocrementemente desenvolvido. Membros assaz longos e delgados. Dedos curtos, parcialmente palmados em sua base, dotados de garras curtas, comprimidas, curvas, cortantes, não retracteis ou, às vezes, semi-retracteis. Hábitos terrestres e arborícolas.

Vivos e fósseis na Europa, Ásia e América do Norte e do Sul. O gênero *Mustela*, que compreende as atuais Martas, Zibelinas e Fuinhas, é conhecido desde o Mioceno superior da Europa e da América do Norte, sendo também fóssil no Plioceno das mesmas regiões e da Índia e no Pleistoceno da Inglaterra.

Galictis Bell (sinonímia: *Galera*, *Grisonia* Gray; *Tayra* Oken). 3/3 I; 1/1 C; 3/3 Pm; 1/2 M, ao todo 34 dentes. Caninos fortes. Incisivos externos superiores semelhantes a caninos. Molares pequenos mas fortes. Carniceiro superior (4.º Pm) com o tuberculo interno nas proximidades do meio do bordo interno do dente. Carniceiro inferior (1.º M) com pequeno talon e tuberculo interno pequeno ou ausente. Corpo alongado. Patas curtas, com garras de comprimento médio, não retracteis. Dedos reunidos, em parte. Palmas e sólas das patas nús. Cabeça larga e deprimida. Cauda de comprimento moderado, igualando os 3/4 do comprimento do corpo, pouco peluda. Atual, na América do Sul (*G. vittata*, o vulgar "Furão"; *G. allamandi*; *G. furax*; *G. huronax*; *G. melina*; *G. barbara*) e México (*G. barbara*). As espécies melhor conhecidas são *Galictis vittata* Schreb., o "Furão" ou "Grison" (gênero *Grisonia*, Gray) (Fig. 18 — B) e *Galictis barbara* (ou *Tayra tayra*), o "Papa-mel", "Irara" ou Taira (gênero *Galera*, Gray, ou *Tayra*) (Fig. 18 — C). A espécie *Galictis allamandi*, mais rara e um pouco maior que o *G. vittata*, é uma forma intermediária.

Restos de *Galictis* ocorrem nos depósitos pleistocênicos das cavernas do Brasil, onde Lund encontrou as espécies seguintes:

- G. major* Lund,
- G. (Grisonia) vittata* Schreb.,
- G. intermedia* Lund e
- G. (Galera ou Tayra) barbara* Linneu.

A espécie *Galictis intermedia* é intermediária entre *G. barbara* e *G. vittata*. Talvez seja sinônima do *G. allamandi*.

Duas espécies fósseis no diluvium de Maryland, Estados Unidos (*Galiotis macrodon* e *G. perdicida* Cope).

b) Sub-família Melinae

(Texugos e Mofêtas)

Focinho encurtado. Caixa timpânica mediocrementemente convexa. Carniceiro superior (4.º Pm) curto e triangular, com tuberculo interno consideravelmente aumentado em tamanho e dobrado geralmente no meio. Tuberculado superior muito grande, quasi quadrático, tri, tetra ou politubercular. Carniceiro inferior com grande talon excavado. 2.º M pequeno. Membros curtos e plantigrados; dedos retos, com garras não retrácteis, pouco curvas, embotadas, sendo as das patas anteriores especialmente longas e dispostas para cavar. Hábitos principalmente terrestres e fossadores.

Atuais, na Europa, Ásia e América. Fósseis no Terciário e diluvium das mesmas regiões.

Os mais antigos melineos até hoje conhecidos são do Mioceno superior da Europa. Tais são os gêneros *Trochitis* H. von Meyer, *Trochotherium* O. Fraas e *Trocharion* Forsyth Major O *Promeles* Zittel é do Plioceno inferior de Pikermi (Grécia), assim como o *Promephitis* Gaudry. O *Brachypotoma* Brown é do Pleistoceno da América do Norte. Dos gêneros atuais, o *Meles* Storr (Texugo), da Eurásia, já foi encontrado, como fóssil, no Plioceno inferior de Maragha (Pérsia) e da China e no Pleistoceno da Europa; o *Taxidea* Waterhouse (Carcajú), da América do Norte, é fóssil no Plioceno e Pleistoceno da mesma região; o *Mellivora* Storr, da Ásia meridional e sudéste africano, deixou restos no Plioceno dos montes Siwalik (Índias orientais); o *Mephitis* Cuvier (Mofeta ou Zorrilho do norte), habitante do Canadá e Estados Unidos, é fóssil no Pleistoceno norte-americano e suas ossadas acham-se nas cavernas da Pensilvânia, juntamente com as de mamíferos cujos gêneros são comuns também no Pampeano argentino (*Myiodon*, *Arctotherium*, *Tapir*), com todo um conjunto de animais que Osborn considera como constituintes duma "fauna de floresta"; o *Conepatus* Gray (Cangambá ou Zorrilho), da América do Sul, deixou restos no diluvium das cavernas brasileiras e nos limos pampeanos. Quanto aos *Arctonyx* Cuvier, das ilhas de Sonda, *Galeriscus* Thomas, da África oriental, *Helictis* Saint-Hilaire, do sul da China, *Zorilla* Saint-Hilaire, da África setentrional e meridional, *Poecilogale* Thomas, do sul da África, *Spilogale* Gray, da América do Norte, não foram ainda citados como fósseis.

Conepatus Gray (sinonímia: *Triodon*, *Mephitis* Ameghino não Cuvier). Fórmula dentária: 3/3 I; 1/1 C; 2/3 Pm; 1/2 M, ao todo 32 dentes. Muito semelhante, na coloração do pelo, ao *Mephitis* Cuvier, norte-americano, a cuja espécie mais comum é precisamente similar, concordando com a mesma na variação do relativo desenvolvimento do preto e bran-

co, mas é maior e mais reforçado que os *Mephitis*. O focinho alongado e a cabeça teem uma forma mais aproximada dos órgãos correspondentes do Porco; os nostrils abrem-se para baixo e para frente, em vez de lateralmente. O crânio apresenta também muitos característicos peculiares. 4 espécies atuais, na América do Sul, das quais as mais conhecidas são o *Conepatus chilensis* ("Maritataca", "Jeretataca", "Jaritataca", "Cangambá") (Fig. 19), de 45 cms. de comprimento, além de 30 cms. de cauda, que, no Brasil, se estende desde a Amazonia até à região serrana do Rio Grande do Sul, e o *C. suffocans* Illiger ("Zorrilho", propriamente dito) (Fig. 18 — A), um pouco menor que o anterior, que vive desde o Paraguai, Grande Chaco e Rio Grande do Sul até a Patagonia. O *C. macpaco* distribue-se, segundo Flower e Lydekker, do Texas ao Chile e Patagonia.

Boule indica a presença, no Pleistoceno de Tarija (planalto boliviano), de um mustelídeo muito visinho do *Conepatus suffocans* atual, identificado por uma mandíbula que denota um animal exatamente do talhe da mencionada espécie moderna (8-B). Burmeister e Ameghino indicaram a existência de uma série de espécies do mesmo gênero (*C. primaevus*, *C. mercedensis*, *C. cordubensis*), nos limos dos Pampas argentinos. Nos depósitos diluvianos das cavernas de Minas Gerais, foram encontrados restos fósseis que Lund e Winge atribuíram a uma espécie ou variedade muito visinha do atual *C. suffocans*, à qual denominaram de *C. aff. suffocans* ou *C. suffocans fossilis*.

c) Sub-família Lutrinae

(Lontras)

Crânio largo atrás mas estreitado na região orbitária e muito comprimido. Cavidade cerebral grande. Focinho curto. Caixa timpânica pouco volumosa, não indo até a apófise paroccipital. Incisivos quasi iguais. Caninos em gancho. $1/2$ M ou, raramente, $2/2$ M. Carniceiro superior ($4.^{\circ}$ Pm) curto e triangular, com tuberculo interno muito grande, situado no meio do dente e, às vezes, fortificado por um ou dois pequenos tuberculos acessórios. $1.^{\circ}$ M tão largo quanto longo e tuberculado. Membrós curtos. Dedos reunidos por uma membrana palmar (sindactilos), com garras curvas, pequenas, embotadas. Talhe médio. Hábitos aquáticos.

Atuais, nos rios, lagos e no mar (*Enhydria*), na Europa, Ásia e América. Fósseis desde o Oligoceno da Europa, onde a sub-família é representada pelos gêneros *Plesiocyon* Schlosser ($2/3$ M) e *Amphictis* Pomel ($2/2$ M), o último referido por Teilhard aos *Cynodontinae*. O gênero *Potamotherium* Geoffroy ($2/2$ M) é do Mioceno da Europa e América do Norte; o *Brachypsalis* Cope, do Mioceno de Nebraska (EE. UU.) e o *Enhydriodon* Falconner representa a sub-família, no Plioceno inferior do Monte Bamboli e dos Siwalik. O gênero *Lutra* Erxleben, atual, a

vulgar Lontra, do hemisfério boreal (Eurásia) (1/2 M), é fóssil no Mioceno, Plioceno e Pleistoceno da Europa, norte da África (Egito), Ásia e América do Norte. O gênero *Enhydra* Fleming (1/2 M), a única lontra marinha atual, do Pacífico setentrional, hoje em plena via de extinção, não é conhecida em estado fóssil.

As lontras sulamericanas, atuais, que muitos autores chamam de *Lutra paranensis* e *Lutra brasiliensis* são, por outros autores, separadas em gêneros distintos. A primeira distribue-se do sul do Brasil à Argentina e a *L. brasiliensis* habita todo o Brasil, sendo conhecida no Uruguai, onde também é comum, por "Lobo de pecho blanco". É a nossa vulgar "Ariranha" que tem fama de muito feroz.

Muitos autores separam a *Lutra brasiliensis* em um gênero à parte — *Pteronura*. Admitindo para a Lontra brasileira esta denominação genérica, devemos denominar, neste caso, a espécie de *Pteronura brasiliensis*. A "Ariranha" é maior que a *Lutra paranensis*, pois, enquanto a última mede 70 cms. de comprimento, exclui-se a cauda, que atinge a 30 cms. de comprimento, aquela chega a atingir 2,40 mts. de comprimento, inclusive a cauda.

Lund atribuiu à *Pteronura brasiliensis* restos fósseis que descobriu nos depósitos pleistocênicos das cavernas de Minas Gerais. Os restos em questão permitem afirmar que o animal a que pertenceram tinha o mesmo tamanho da atual Ariranha.

PECUÁRIA, CHARQUE E CHARQUE- ADORES NO RIO GRANDE DO SUL

prof. Walter Spalding

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi a que em último lugar chamou a atenção dos governadores do Brasil, e isto mesmo não pela Província em si, mas pela sua proximidade com a Colônia do Sacramento, motivo de tantas e tão sangrentas e inúteis lutas com espanhóis e platinos.

Por "Carta Patente" dada na "cidade de Lisboa a oito de outubro de ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e setenta e oito" foi nomeado Dom Miguel Manuel Lobo governador do Rio de Janeiro, e a 18 de novembro desse mesmo ano ordenou-lhe o príncipe regente de Portugal tratasse da fundação e defesa da Colônia do Sacramento.

A 22 de fevereiro de 1680, lê-se em officio do governador de Buenos Aires, Dom José de Garro, ao mestre de campo Antônio de Vêras Múxica, a ordem de "rechazar la poblacion que se ha entendido estan ha-ciendo en tierra firme de las islas de San Gabriel los portugueses del Brasil".

Foi, pois, este, o início das hostilidades luso-espanholas na América do Sul, motivadas pela posse da Cisplatina.

Sendo um mal essa rivalidade que tantas vidas custou, foi, ao mesmo tempo, um bem. Não para Portugal, porém. E também não para a Espanha.

Estes somente tiveram prejuizos, pois que, além das preciosas vidas que tombaram nas contínuas e constantes escaramuças, muito despenderam e sem qualquer resultado prático.

Nessa luta contínua de século e meio na Cisplatina, o único a

(*) — Este trabalho foi publicado no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, do Rio, n.º 66 e 67 (fevereiro e março de 1938) e reeditado agora com correções e acréscimos do autor.

lucrar verdadeiramente foi o Brasil e, mormente, o Rio Grande do Sul, pois foi devido à Cisplatina que Francisco de Brito e seus homens, depois de fundada a vila da Laguna, em 1684, atravessaram por via terrestre o Rio Grande do Sul, nele mais tarde se instalando e o defendendo das repetidas incursões, com a sua constância e vontade viril, entrincheirados nos pequenos feudos democráticos chamados “estancias” (1).

Foi também graças às lutas na Cisplatina que a 19 de fevereiro de 1737 o brigadeiro José da Silva Paes desembarcou com sua gente na margem do canal do Rio Grande, fundando aí o primeiro presídio da província, sob a invocação “Jesús, Maria, José”.

E foi ainda, graças às lutas na Cisplatina, e à consequente travessia de Francisco de Brito, e mais à fundação do presídio da província, pelo Brigadeiro Paes, que aí se instalou com sua gente, que deve o Rio Grande a primeira leva de imigrantes que vieram estabelecer-se na margem esquerda do Guaíba até o Viamão, isto é, do Porto dos Casais ao Viamão, Santo Antônio da Patrulha aquém e além dos rios Gravataí e dos Sinos, ponta do Itapuã, ponta do Abreu e toda a redondeza.

Com a fundação do presídio do Rio Grande e as levas de imigrantes que se foram espalhando por todo o estado, aos poucos, não tardou, também, em ser fundada a cidade de Pelotas, graças, principalmente, ao cearense José Pinto Martins.

Para mais fácil compreensão do que era o Rio Grande do Sul nos três séculos primeiros após o descobrimento do Brasil, basta fixar a lista cronológica seguinte:

1628 — Entram no Rio Grande do Sul, pelo país dos Tapes, os primeiros civilizados, os jesuitas Roque Gonzales de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e João Castilho, que nesse mesmo ano, a 15 e 17 de novembro, sofrem crudelíssima morte por mãos dos indígenas.

1690 — (Mais ou menos) — Francisco de Brito e sua gente abrem o primeiro caminho através o Rio Grande até a Colônia do Sacramento, fundando a primeira “vacariá”, a de Cima da Serra, em 1692.

Pelo menos tal é de supor-se pelo marco encontrado no atual município de Vacaria, a não ser que tal marco represente apenas uma marca aí colocada pelos civilizadores Jesuitas das Missões, que pretendessem fundar alguma redução.

Temos, porém, como mais plausível a primeira opinião. (Veja-se “A estância na formação do Rio Grande”, do autor, in “À luz da História”).

(1) — Possuimos em nosso arquivo particular o original, 1.^a via, da mais antiga, a nosso ver, carta de sesmaria do Rio Grande do Sul. Refere-se a “passagem chamada as Conchas”; “nos campos de Tremandy”, e foi passado ao Capitão Manoel Gonçalves Ribeyro, em 8 de Novembro de 1734, confirmando a do cap.-mor de São Paulo, datada de 25 de Outubro de 1732 com a rubrica “El Rey”.

Devido a essas incursões e travessias de Francisco de Brito e sua gente, e suas respectivas consequências, a 22 de março de 1736 D. João V escreve a Gomes Freire de Andrade que procure pôr em execução o projeto de povoamento do Rio Grande de São Pedro.

1737 — José da Silva Paes desembarca no Rio Grande (Saco da Mangueira) e funda o presídio "Jesus, Maria, José", muito trabalhando pelo povoamento do solo da antiga Província d'el Rei.

1740 — A 5 de novembro D. Luiz de Mascarenhas concede a Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos as terras em que hoje repousa Porto Alegre, dando origem à futura capital da Província (2).

1741 — E' expedida provisão para a ereção da capela do Viamão, e, também, nesse mesmo ano, é fundada a Capela de Conceição do Arroio (hoje Osório).

1751 — E' instalada a vila de São Pedro (hoje cidade do Rio Grande).

1752 — Sob a invocação de São Francisco é definitivamente povoada pelos casais açoritas, a área da hodierna Porto Alegre. Os primeiros passos da futura capital da Província foram dados por Manuel Jorge Gomes de Sepulveda (José Marcelino de Figueiredo), português de ilustre família, si bem um tanto atrabiliário. Foi, contudo, administrador de muito mérito (3).

1754 — E' criada a vila de Bom Jesús do Triunfo que até então pertencia à capela do Viamão. — Em julho desse mesmo ano chega ao Porto de Viamão a comitiva de Gomes Freire e é feita a primeira descrição do lugar.

1761 — Portaria criando a capela curada de N. S. das Oliveiras da Vacaria (Cima da Serra).

1763 — Santo Antônio da Patrulha, fundado muito antes da conquista portuguesa, é elevada à freguesia.

Neste mesmo ano é criado o curato de Santo Amaro, e a vila do Rio Grande é invadida pelos espanhois, formando em Rio Pardo, provavelmente, assento a Câmara e o governo, até 1766, quando se instala no Viamão.

Foi na reconquista da vila do Rio Grande que Marcelino de Figueiredo criou fama sob esse nome substituindo, em 1769, o chefe da região, coronel José Custódio de Sá Faria.

1764 — E' criado o curato de São José de Taquarí.

1765 — O povo do Estreito, iniciado em 1750, é elevado à categoria de freguesia.

1766 — E' criada a capela de São Nicolau do Rio Pardo, povoado que teve início muito antes da conquista portuguesa de 1751.

(2) — Veja-se nosso "Esboço Histórico do Municipio de Porto Alegre", — Porto Alegre, 1940.

(3) — Veja-se o estudo citado na nota anterior.

1773 — As capelas de Conceição do Arroio, São Luiz de Mostardas e Santo Amaro (esta por ter sido desmembrada da freguesia do Triunfo) são elevadas à freguesia.

1779 — Por provisão de 11 de julho, é a incipiente povoação da capela de São Nicolau do Jacuí elevada à freguesia com o nome de Virgem da Conceição Imaculada da Cachoeira, e é criada, solenemente, a freguesia de N. S. do Rosario do Rio Pardo.

Todas estas notas, prolixas, desnecessárias à primeira vista, para o assunto, são, contudo, essenciais para provar a incuria da metrópole com relação a tudo quanto se referia a esta longínqua província que hoje é o que é graças aos seus primeiros invasores lagunistas e vicentistas, e só mais tarde ao grande impulso que lhe trouxeram os obscuros filhos da super-populosa Açores.

Parece que já em 1628 havia gado alçado na abandonada Província d'el Rei, (Veja-se Nota 5) e tanto assim que quando os primeiros civilizados, os abnegados Jesuitas, fundaram as Missões Orientais do Uruguai, puderam, ao mesmo tempo, fundar suas estâncias e charqueadas.

O gado "vacum" vivia bravio, (4) pelas campinas do Uruguai e já se havia entranhado pelas do Rio Grande graças aos "caçadores de gado" e aos selvícolas charruas e minuanos que desde as primeiras "tropilhas" entradas foram espalhando representantes por todos os re-
cantos (5).

(4) — Existe no Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre) interessante peça anatômica, cabeça de boi, com chifre de estrutura anômala, que está sendo objeto de estudo por parte do prof. Tupí Caldas que a considera peça fóssil, de indivíduo "autoctone" da América: supõe esse fóssil de espécie contemporânea do pleistoceno.

(5) — A respeito da origem do gado na América, escrevemos algures ("Brasile", Anno III, n. 9-10, Milano, 1-30 Maggio 1938) "Paulo Rivet, famoso etnólogo e etnógrafo francês, afirma categoricamente que muito antes de Colombo já existiam relações entre a Oceania e a América do Sul, através o Pacífico". ("Relaciones comerciales precolombianas entre Oceania Y America — 1928").

Há, de fato, muita coisa de verdadeiro na afirmativa de Rivet. Em sua obra indica ele curiosas coincidências pelas quais se vê o porque de muitos historiadores encontrarem origens européias e asiáticas em nossos selvícolas. Daí também a crença da origem européia de animais, cavalares e bovinos, e especialmente aos cavalos que foram denominados "autoctones" e dos quais se encontram vestígios na América do Sul, não só na Costa do Pacífico, como no Brasil, (Veja-se in "Rev. do Inst. Hist. e Geográfico do Rio Grande do Sul, o estudo do prof. Tupí Caldas sobre "o cavalo fóssil de Farroupilha", I trim. 1939), contestado, aliás, por C. Paula Couto (Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul — IV trim. de 1942).

Essa crença no "cavalo autoctone", deve-se, de início, á descoberta feita pelos colonizadores espanhóis de verdadeiras manadas de cavalos selvagens nas vizinhanças dos Andes, no hodierno Perú.

Devemos, porém, notar que essa descoberta foi feita mais de um século após o descobrimento e que, portanto, poderiam, tais espécimes do gênero

Em fins do século XVII tão grande era já o número de animais alçados por coxilhas e canhadas do Uruguai e do Rio Grande, — apesar do enorme desperdício que então se fazia, matando unicamente pelo couro e sem o mínimo cuidado, irracionalmente, pode-se dizer que os lagunistas João de Magalhães e sua gente de mais ou menos 1690 em diante atravessavam o Rio Grande de norte a sul em busca do gado vacum para povoar os campos da Laguna e de São Paulo.

“equos” terem sido produtos europeus fugidos ou dispersos nos primeiros anos da conquista, nas cruas guerras ali sustentadas entre espanhóis e indígenas.

E o que se deu com os cavaleiros também se deu com os bovinos.

O Cônego João Pedro Gay em sua confusa e difusa “História da República Jesuitica do Paraguai”, diz:

“A Corte de Espanha, tendo desterrado a Alvar Nunes para Africa, nomeou para o substituir no governo do Paraguai a Jaime Resquem e depois de João Sanabria que nunca foram tomar posse do governo. “Sem embargo de despachou para tesoureiro geral do Paraguai a João Salazar o qual tocou na ilha de Santa Catarina onde deixou uns companheiros descontentes que escolhendo por chefe a Hernando de Treixo, fundaram S. Francisco de Cananéa e povoaram a ilha de Santa Catarina em 1553; e foi chegar em 1555 a Assunção com sua comitiva. Esta expedição trouxe da Europa o primeiro touro e as primeiras vacas, em número de sete, — que se viram no Paraguai”.

Não pomos em dúvida tal fato, mas não nos convencemos que foram somente aqueles animais em número tão reduzido que povoaram os campos do Paraguai, Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul.

Este povoamento teve lugar mais tarde, em especial com os bovinos que Hernandárias trouxe da Europa em 1611 e 1617.

A propósito, em interessante e erudito trabalho diz o ilustre historiador uruguaio Dr. Buenaventura Caviglia (filho):

“Nuestros ganados de Castillos, pudieron proceder, en gran parte de las famosas vacas Hernandárias; que en el decenio del Siglo XVII, y por su iniciativa, habian sido desembarcadas, según la leyenda, sobre la margen del Arroyo desde entonces y por tal motivo. “Arroyo de las Vacas”, como lo piensa Isidoro De Maria y suele admitir-se entre nosotros (“Geog. Elem. de La Rep. del Urug.” 1890, etc.)

E continua o citado dr. Caviglia:

“Daría pábulo a la supuesta tradicion, cuanto Ordonana, y transcribo de cita del Senor Emilio A. Coni: “Las hangadas salieron de Zarate dirigidas por el paraguayano Antonio Salinas y siguiendo las naves de descenso el delta del Paraná inferior, llegaron a la Boca del Guazú, o sean cabeceras del Rio del la Plata que forman angulo y seno inmenso con las Puntas Gordas, Martin Chico y Martin Garcia, de donde fueron arrastadas por las remolineadoras corrientes de la confluencia y bifurcación del Uruguai, hasta varar en los remansos que precipitan y forman los arroyos de Viboras y Santo Domingo (“La introduc., del Ganado Vacuno en el Uruguay — 1611-1626” — 1929”). He aqui ahora como continua Ordonana el paráfo citado parcialmente por Coni: “...y Santo Domingo amurallados por la Isla de Solis en la boca de un arroyo que desde entonces habia de llamarse y se llama hoy de las Vacas, etc.” (D. Ordonana, — Conferencias Soc. y Econ. — 1883) Ahora bien: — continua o Dr. Caviglia hijo, — el Arroyo de las Vacas tiene efetivamente al Norte el de las Viboras y bastante

E, fundado o Rio Grande, os “Trobeiros” aumentavam consideravelmente, estabelecendo-se guardas, como a de Santo Antônio da Patrulha e do Tramandaí para cobranças dos impostos.

Foi o início da indústria pastoril na incipiente Província, indústria que aumentaria consideravelmente e se iria transformar em verdadeira fonte de riqueza com a instalação definitiva das fazendas e, como veremos mais adiante, a industrialização sistemática do charque.

Para a criação, transporte e mais serviços concernentes à vida campeira, tornavam-se necessários além do homem, animais muares e cavalaes.

al Sur, el de Santo Domingo: los tres pertenecen al actual departamento de Colonia”.

El após uma série de considerações de caráter geográfico, termina o citado Dr. Buenaventura Caviglia (hijo):

“Como Hernandarias era propietario de “dos islas” en aquella boca, la logica impondria que escojese para echar la segunda remesa, la costa frente a ellas, en terrenos muy fertiles y sobre sus albardones, con posibilidad de resguardo, contra la creciente”. (“Sobre la diffusion del bovino en nuestro Uruguay” — 1935).

Foi, pois, dessa zona e dessa leva de bovinos que o gado se espalhou por todo o Uruguai, Argentina e Rio Grande do Sul e, destas provincias, para boa parte do Brasil, graças, primeiramente, ás “frotas” dos lagunistas, por volta de 1690, e, depois, aos exploradores e tropeiros de São Paulo. Foram, porem, os Jesuitas que deram maior incremento á criação bovina organizando as “estancias” onde reuniam os animais em estado selvagem para domesticar em parte, e, em parte, abater afim de proverem as necessidades das “missões” e das populações em geral, incrementando a “caça” dos animais selvagens, a criação e a indústria pastoril.

* * *

A propósito do gado diz o sr. Emilio A. Coni, em *Historia de las Vaquerías de Rio de la Plata* (1555-1750):

“Según se desprende de varios documentos, parece que en 1552 habían salido ciertos espanholes de la Asunción, en viaje a San Vicente, en la costa del Brasil, con el fin de traer vacas, inexistentes hasta entonces en el Paraguay. Llevaban para la compra cantidad de piezas labradas de oro y plata tomadas a los indios y provenientes del Perú. No era cuestión de llevar para la compra moneda de la corriente entonces en la Asunción: cuñas de hierro o varas de lienzo, siendo necesario ofrecer a los protugueses algo más positivo. (Segundo Carta al Rey del Capitan Juan de Salazar, Villa de San Vicente y Puerto de Santes, 30 de junio de 1553).

Las vacas de San Vicente debían valer un Perú entonces, y además la rivalidad hispano-portuguesa no podia ver con buenos ojos el hecho de que se llevaran los espanholes un factor de progreso como el vacuno, y por esto el Gobernador del Brasil manifestó a los expedicionarios que sin licencia expresa del Rey de Portugal no se movia ni una vaca.

Parece que los espanholes resolvieron prescindir de la licencia y traerlas sin ella, según de desprende del siguiente párrafo de una carta del

ERRATA

No estudo

— Pecuária, Charque e Charqueadores no Rio Grande do Sul —
devem ser corrigidos, por essenciais, os seguintes erros tipográficos :

Pag. 129 — NOTA in fine : onde se lê Nordeste leia-se **NOROESTE**.

Pag. 139 — 2.^a linha : onde se lê : Francisco de Magalhães Ferreira, leia-se :
Francisco Xavier Ferreira.

E realmente, si destes já há muito existiam verdadeiras manadas, até mesmo em estado bravoio (chimarrão), feroz, as bestas, entretanto, só por meados do século XVIII tiveram foros especiais, sobretudo no que dizia respeito aos serviços do exército.

E' interessante, sobre este assunto, o documento abaixo, do gover-

clérigo Martin Gonzales fechada en la Asunción a 3 de enero de 1559, que dice así: "Otro sy esta mandado por el dicho (el Rey de Portugal) que no saquen bacas ni otro ganado ninguno de sus tierras para otras partes so pena de la vida y asy los espanholes que vinieron de San Vicente las truxeron su voluntad". (Requerimiento del Clérigo Martin Gonzales al Gobernador Francisco de Vergara. Asunción, 3 de enero 1559).

E, mais adiante, diz o sr. Coni:

"A pesar de que los primeros conquistadores iban corriendo tras la quimera del oro, la plata o las perlas, no faltó quien supiera apreciar las perspectivas ganaderas de las pampas portenhas y santafesinas. Fué uno de ellos Jaime Rasquín, quien dos décadas después de la primera fundación de Buenos Aires decia de la entrada del Rio de la Plata: "Será lo mejor, pues tendran deshesas para criar infinitos ganados...; hay en esta provincia tantos campos y dehesas, que tendria por imposible poblarlos en doscientos años". (Carta de Jaime Rasquín al Rey (1557-8) — Archivo de Indias).

Quince años antes que se fundara Santa Fé, veintitrés años antes que Garay repoblara a Buenos Aires, Rasquin tuvo una visión que el porvenir habia de confirmar y aun superar.

Poco antes de la fundación de Santa Fe en 1573, un redactor anónimo pondera el porvenir ganadero de las comarcas de Sancti Spiritu, donde podrán fundarse "dehesas de inmensa grandeza por ser tierra rasa en la cual por maravilla se hallarán árboles", y termina diciendo que para poblar de ganados la tierra "podrán traerse del Perú y de Tucumán y de ciudades de la asunción tanto número dellos que diez años su multiplico hinchará toda aquella tierra". (Archivo de Indias). Siete años después de fundada Santa Fe, Garay quebra de nuevo a Buenos Aires, abandonada desde 1541, y lleva de la Asunción 300 cabezas vacunas, segun unos, 500, segun otros (Archivo de Indias), y posteriormente unos vecinos traen nuevas partidas de Cordoba para reforzar el rodeo porteño."

Segundo o Rev. P. Luiz G. Jaeger, foi o padre Cristovão de Mendoza, martirizado em Santa Lucia do Pirai (Rio Grande do Sul) a 26-4-1635, o introdutor do gado no Rio Grande do Sul (Veja-se: "O Herói de Ibia" — Porto Alegre — 1943, — e "História da Introdução do Gado no Rio Grande do Sul", Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Gr. do Sul — II Trim. 1943). Aliás, esse erudito parecer do Rev. padre Jaeger confirma o que diz Emilio A. Coni (ob. cit.) quanto á introdução do gado no Rio da Prata, deixando, apenas, a duvida: si já havia gado no século XVI em S. Vicente, não teria esse gado, por dispersão, desido para o sul? — Não é de duvidar tenha sido essa a origem do que foi denominado "boi autoctone" — talvez um tanto raro, e que passasse desapercibido dos beneméritos civilizadores jesuitas então recém radicados no Nordeste (zona de Missões). Em todo caso, o primeiro documento oficial que fala do gado vacum no Rio Grande do Sul, refere-se ao gado introduzido pelo "primeiro tropeiro gaúcho" — o padre Cristovão de Mendoza.

nador da Província aos officiaes e Juiz da Câmara da vila do Rio Grande, referente a uma reclamação por eles feita em nome dos criadores do Rio Grande:

Diz o officio;

“Faço resposta a inconsiderada carta que vmces. me escrevem com datta de 13 do corrente, pela qual vejo me requerem dé eu axecoução os Reays Decretos de S. Mage. de 22 e 24 de Dezembro de 1764, sobre as crias das Bestas Muares, que S. Mage. facultou aos Fazendeiros deste Continente, esobre o impedimento das que viessem de fora que omesmo Sn. não permite.

Os dittos Decretos se executão com todas as suas forças, pois se não impedem as Crias aos moradores, nem se admite o Contrabando dos animais deste genero, que he ofim principal dos dittos Decretos e sobre se matarem as dittas Bestas, ou se confiscarem para a Real Fazenda, não tenho obrigação de expressar as ordens que tenho para ofazer; sendo indeferente aos Castelhanos aquem se confisco o materemse, ou confiscarem-se, pois de qualquer das sortes as perdem; por que de nenhúa se extrahe oseu valor, p.^a os Dominios de Espanha, e estes são os remedios para que não as introdução.

Reparo em que as peçoas que fizerão a Vmces. o requerimento me não tem feito a mim a qm. os dittos Decretos vierão remetidos para ofazer cumprir, se Vmces. me mandassem a Copia, e assignados dellas, talves que nelle achasse algum de Vmces. que tenha cahido na Culpa de concorrer para osdittos Contrabandos, quando devia procurar evittalos, e dar-me parte dos que vem de fora, o que nenhu temfeito, para o que eu darey as providencias que cabem na minha jurisdição.

Os Castelhanos Logo que tiverem noticia, que se confisco as dittas Bestas, estou certo suspenderão aconducção dellas, pois hé claro q lhe não há de fazer conta o trazerem-nas a esta Província para as perderem, as quais lhe levarão aqueles aquem se tem tomado.

Deos Ge. a VMces. Ms. Ans., Viamão, 14 de Janeiro de 1768. Sres. Juís, e mais Officiaes da Camara da V.^a do R.^o Grande de S. Pedro. José Custodio de Sá e Faria. (Original do arquivo do autor).

O documento supra não deixa entrever claramente qual a queixa e seu real motivo. Possivelmente se refere aos muares tomados aos espanhóis e contrabandeados.

Sá e Faria põe, como se vê, claramente em dúvida a honorabilidade administrativa dos officiaes da Câmara.

Fosse, porém, como fosse. Existia motivo para queixa, e motivo sério sempre existiu, tanto assim que em outro documento de nosso Arquivo, provavelmente de principios do século XIX (6), pois não traz data, as mesmas queixas se formularam, com agravantes bastante sérias, como se verá:

Senhores do Illustre Senado. Os Habitantes do Rio Grande moradores no Povo Novo, e Costa de Pelotas, se apresentam diante do muito nobre, e Illustre Senado a formar as suas queixas, originadas pelas mais tristes circumstancias em que se pode ver qual quer Colonia das mais abatidas, e flageladas. O Continente do Rio Grande povoado em 36, do Seculo passado tem sido sempre atormentado com despezas, e com impostos exorbitantes, e de nenhum modo proporcionados às suas riquezas. Logo no seu principio teve de contribuir com Cavalos, Bois, Piaens, e tudo o mais necessario para a expedição de Limites de que foi encarregado o General Gomes Freire d'Andrade. Mallograda esta empreza por motivos a nós desconhecidos, tendo se movido a guerra de 62, as numerosas familias dos Indios que até então estavam em Rio Pardo, se reconcentrarão no numero de mais de quatro mil, e forão sustentadas á custa dos poucos fazendeiros que havia. Em 1763 Pedro Cevalhos se apoderou do Rio Grande, mandou os habitantes que não poderão fugir, carregados de grilhoens e algemas apovoar Maldonado, e as outras Colonias Hespanholas: Oresto, huns embarcarão para o Rio de Janeiro a onde chegarão mortos de fome, e de nudez, e outros finalmente se meterão á os Certoens de São Paulo, e Laguna, e pelo caminho perecerão todos de fome, e de canção. Em 1777, reconquistou o General João Henriques Boeme esta Colonia sobre os Hespanhoes, e os nossos maiores vierão de novo povoar este Continente. Mas se o flagelo da guerra cessou de atormentar o Continente, não faltou o dos impostos que cairão em grande numero sobre húa Colonia que apenas nascida estava precisando dos mais promptos, e decididos socorros para que algum dia se podessem colher abundantes frutos. Vimo-nos obrigados a pagar os Dizimos, e não obstante isto, estamos sustentando os Ministros do Culto Religioso: Somos obrigados apagar immenços Direitos pelas mulas inviadas a São Paulo, e Minas. Seguece o sempre fatal, e pernicioso Contracto dos coiros, fomos pois obrigados a pagar a razão de vinte e cinco por cento este tributo dos coiros a favor de huns homens, que vexando cruelmente os inte-

(6) — Após uma das assinaturas do documento figura: 1804.

resses do Continente, são igualmente prejudiciais a Fazenda Real pois que em 1786 se arrematou o fraudolento Contrato por trinta mil cruzados no espaço de tres annos, quando em cada hum rendia quarenta e nove mil. Para remediar e obviar os grandes, e repetidos naufragios que havia na barra, visto que o governo não dava providencias algumas, nós dâmos vinte mil reis por cada huma embarcação que sahe deste Porto, afim deque se possa sustentar o Pratico, e mais marinheiros necessarios a este fim. Damesma sorte cada Hua embarcação hé obrigada a dar seis mil reis para a concervação da ponte e não obstante está cahindo em pedacos.

Veio a ultima guerra, que não fazendo despeza alguma a Fazenda Real, se sustentou sempre á custa dos Comerciantes, e Lavradores: Dinheiro, fardamentos, Cavalos, Carretas, Hia-tes, Escravos, para a construção dos fortes da Villa, tudo foi a nossa custa, e os prejuizos que daqui se originarão aos habitantes importão em somas prodigiosas. Acabada a guerra, em vez de nos deixarem respirar livres, e resarcir as nossas perdas, então hé que cahio sobre nós o maior dos males que podia vir a esta Colonia:

Alem de sermos obrigados a pagar trezentos e vinte reis pela passagem para a parte do Norte até qui livre, e dezem-barassada, fomos agora atormentados com a não esperada Alfandega, que vindo sorver o ultimo real deixará dentro de dous anos inteiramente perdido este paiz. Illudidos por Mapas notavelmente errados no que diz respeito a os interesses do Rio Grande, julgão que nós podemos sustentar o enorme pezo de tão exorbitantes impostos: por hum Escravo se deve pagar doze mil quatro centos reis, imposto excessivo, ede que não há exemplo nem ainda nas mais florescentes Colonias do Brasil como são a Bahia, e o Rio de Janeiro. Por hua pipa de agoa ardente de cana se deve pagar quatro mil reis, quando todas as vendas já pagão dezeseis mil reis impostos sobre as mesmas aguas ardentes. Huma arroba de tabaco em rolo quatro centos e oitenta reis, e hum a d'assucar trezentos e vinte, quanto todos estes generos já tem pago os competentes direitos nos Portos donde vem.

Emfim por não falarmos com mais diffusão, até amesma farinha de mandioca, que como alimento ordinario do rico, e do pobre, deve ser izenta de Direitos, assim mesmo foi multada em cem reis por sacco.

Todos estes impostos, já renderão no espaço de dous mezes oito mil cruzados, e isto em hu Paiz á onde não entra senão algum numerario Hespanhol: por isso em menos de

dous annos será necessario dar a propria fazenda em pagamento dos ditos impostos, más este remedio será mais fatal que a mesma infernidade. Conhecendo nós porem o dever e a obrigação inaltravel que tem o muito nobre e Illustre Senado de cuidar nos interesses dos Povos, lhe suplicamos pelos intereces do Rey e do Estado, pelo bem das nossas familias, e geralmente pela felicidade de todo o Continente; lhe suplicamos tornamos a dizer de representar a Junta da Real Fazenda, ao Vice-Rey do Estado, e ao Principe Regente as nossas tão bem fundadas queixas, de representar o miseravel e lastimozo estado de hua Colonia aberta por toda a parte sem Fortes, sem armas, e sem tropas satisfeitas, e pagas que nos possam defender no tempo da guerra, e manter a boa ordem no tempo da paz. O Illustre Senado tem originariamente este dever, esta obrigação Sagrada, e quando isto não fosse bastava o amor do Rey, e da Patria o amor da humanidade afflicta para fazer o que a obrigação já tem determinado. Nós estamos altamente persuadidos que as representações do Illustre Senado, terão a mayor aceitação na prezença do Principe Nosso Senhor que amando os seus Vassallos como o mais temo dos Pays ama a seus filhos, não quer d'alguma sorte que elles padeçam nem dezeja tão pouco que o Fisco se enriqueça com o nosso suor, com o nosso sangue, nem tão pouco com o dinheiro necessario para manter as nossas familias, e protestando ao mesmo tempo a nossa obediencia as ordens Sagradas de Sua Alteza Real e o nosso amor athe dar a ultima gota do nosso sangue para manter e sustentar a gloria do nome Portuguez por tanto.

P. ao muito Nobre e Illustre Senado que animado das mais ternas intenções queira interceder por nos junto do nosso Soberano para nos vermos livres de hum pezo tão oneroso, pedindo ao mesmo tempo a Real Junta que mande suspender a cobrança dos ditos impostos.

E. R. Mee.

(Seguem-se 61 assinaturas entre as quais a do cearense José Pinto Martins).

Este documento, como se vê, é um grito de desespero que, entretanto, nada adiantou, pois, como veremos mais adiante, tudo, ou quasi tudo peorou, especialmente no que concerne à indústria do charque.

Há, no documento transcritto, muita coisa a respigar, especialmente no que diz respeito à parte histórica, quer corrigindo algumas datas quer demonstrando a justeza dos conceitos emitidos que provam, e com pleno conhecimento de causa, o "vasto quartel" que então era, fôra e seria ainda por longos annos o Rio Grande do Sul, com prejuizos de toda espécie, intellectuais, culturais, e commerciaes.

E fica, também, mais uma vez provado que o Rio Grande foi, sempre, a província mais abandonada do Brasil, embora a que mais trabalhasse pela manutenção e conservação da integridade do solo pátrio.

Em 1780, junto ao arroio Pelotas, em terrenos cedidos pelo governador da capitania do Rio Grande, José Marcelino de Figueiredo, a Manoel Carvalho de Souza, o cearense José Pinto Martins funda uma pequena charqueada, — a primeira de que se tem notícia, — dando, assim, origem a cidade de Pelotas.

E', pois, esta, a primeira charqueada regular, com fins industriais, estabelecida no Rio Grande do Sul.

Foi, como se vê, um filho de outra gleba, diversa da do Rio Grande, mas não menos nobre, grandiosa e heróica, — o Ceará, quem se lembrou de estabelecer uma charqueada em regra, embora pequena, e explorar comercialmente este produto riograndense que até então era usado unicamente como alimento para as tropas e talvez comércio interno a que pouca importância davam.

Queremos crer que não tanto por ignorância do valor do charque como artigo de exportação, mas principalmente por falta de tempo para dedicarem-se os fazendeiros e estancieiros a essa indústria próspera já em outras terras estrangeiras, devido às constantes guerras e incursões de que era vítima o solo do Rio Grande quer contra os espanhóis, quer quanto aos aborígenas.

Preferiam, por isso, vender o gado em pé. Era mais fácil transportar uma tropa do que uma tonelada de charque.

Mas, aos poucos, os tempos mudaram. O porto do Rio Grande embora mau e traiçoeiro, era uma formidável vantagem para o comércio. Em breve tempo em torno da pequena charqueada de José Pinto Martins, “e de outras que se criaram logo depois, — escreve Alfredo Ferreira Rodrigues, — foram se estabelecendo diversos moradores que, espalhando-se pelo interior, fixaram-se mais tarde no sítio onde está hoje a cidade de Pelotas. A nova povoação prosperou e cresceu rapidamente, sendo, a 14 de agosto de 1812, desmembrada da freguesia do Rio Grande e elevada a paróquia com o nome de São Francisco de Paula. Em 7 de dezembro de 1830 passou à categoria de vila, sendo-lhe em 27 de junho de 1835, por lei da nossa primeira Assembléia Provincial, concedidos os foros de cidade com o nome de Pelotas, ao mesmo tempo que ao velho Rio Grande, a que em seus princípios estivera incorporada (7).

(7) — Como complemento ao que ficou dito, damos a seguir as notas, de Augusto Porto Alegre sobre o primeiro charqueador, José Pinto Martins:

“Prosperando os negócios aquele industrialista teve necessidade de aumentar o estabelecimento (duma construção paupérrima), assim como o capital para girar, pelo que pouco depois constituiu a firma José Pinto Martins & C.º Dentro de breve espaço no mesmo município surgem outras charqueadas nos lugares chamados Saco de Pelotas, Santa Barbara, São Gonçalo e outros sítios ribeirinhos. Indústria lucrativa, sua expansão aumen-

Dai para deante marchou Pelotas firme na senda do Progresso.

Pelotas, porém, não pode esquecer que deve a sua origem aos esforços de um cearense inteligente, embora pequeno e humilde charqueador.

Mas nem tudo foram rosas para a indústria do charque que, aliás, logo de início deu grandes resultados, chamando a atenção de fazendeiros e estancieiros.

Quarenta anos após a iniciativa de José Pinto Martins, isto é, lá por 1822, mais ou menos, Francisco Xavier Ferreira, membro do governo provisório da Capitania do Rio Grande do Sul, em deputação do mesmo governo na Corte do Rio de Janeiro em representação que levou à presença de S.A.R., dizia, no § 3.º:

“O charque é um dos gêneros de maior exportação da Província; os estrangeiros vinham em grande número de embarcações buscá-lo, e para sua compra traziam dinheiro e algum sal. Nunca a Província floresceu tanto como nos poucos anos que durou este comércio; o qual acabou logo pelo grande imposto de seiscentos réis que se pôs em cada arroba de carne que se exportasse em navio estrangeiro, cujo imposto naquele tempo excedia o valor da carne. Isto fez com que os estrangeiros deixassem de trazer-nos o numerário por gênero de tanta corrupção e que os poucos que ainda vêm procuram fazer contrabando, não lucrando o comércio nacional melhoramento, porque, si quisesse exportá-los nos seus navios, encontrava logo mil obstáculos, sendo o principal o grande número de piratas que infestavam as nossas costas”.

(Xavier Ferreira (Francisco) — “Representação” que levou à presença de S.A.R., publicada no “Almanaque do Rio Grande do Sul”, para 1903. Infelizmente esta representação não traz data. Deve ser, porém, de princípios de 1822).

E a indústria do charque foi decrescendo, graças à ambição do governo central que não poudé ver sem cubiça a prosperidade da província.

E com referência ao charque acrescia a circunstância da matança e produção excessiva, sem método e sem regulamentação, como se nota

tava: em 1794 mais perto da capital estabelece-se outra nas margens do Jacuí, no sitio que por isso ficou sendo chamado Charqueada Velha. Pouco depois de 1800 a própria capital teve duas charqueadas: no Morro do Cristal e Ponta do Dionisio”.

Desse cearense-gaúcho existem ainda hoje descendentes espalhados por quasi todo o Estado.

do documento abaixo, de 1805, firmado por 15 fazendeiros do município do Rio Grande (Pelotas incluído):

Senhores do Senado.

Dizem os Comerciantes, e Fazendeiros interessados nas Carnificinas de que abunda esta Província, e de que nella se fáz o artigo principal, o maior de todo o Commercio, que tendo a experiencia de successivos, e continuados annos mostrado, que hua perda eminente, irreparavel, e successiva, que tem experimentado os fatores, e contractantes das Carnes secas salgadas, que desta mesma Provincia se exportão effetiva e annualmente para todos os Portos do Brasil comprehendidos desde Ilha Santa de Santa Catharina ao de Pernambuco, tem tido e continuam a ter a sua principal origem na irregularidade, e multiplicidade, com que diaria, mensal, e anualmente se fabricão as mesmas Carnes, sem escolha de tempo de estação propria, e de suficientes gados, de que vem a resultar ser indivisivel a profusão que nos referidos Portos se ajunta do sobre-dito genero de Carne seca salgada, confundindo-se a sua boa com a pessima, e má qualidade, vindo por este modo a perder a boa aestimação no preço, e a ruim a alcançalo tal, que huns e outros preço vem a mais das vezes anão produzir rendimento liquido que compense os fretes perdendo-se por semelhante modo hum cabedal imenso, cujo mal continua a ser a cauza principal do decahimento, ruina, equazi total desolação deste Paiz, ao qual pello contrario em tempo que a matança dos gados só se fazia nos mezes, ena estação da verdadeira safra, vinhão comprar, e carregar a maior parte das referidas Carnes os contractantes dos sobreditos diversos Portos, deixando a Provincia abundante de numerario, de que aliás he no prezente tempo hum dos territorios mais estereis: Dizem, e suplicão em summa os infra-escriptos, que o omittindo algumas outras razoens, com que poderião exornar este seu justo requerimento, elles se cingem ao ponto principal de recorrerem aeste Magistrado para que se digne ordenar por seus Editaes de justa, e mera providencia com as comminaçoens, que parecerem adequadas, que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, foro ou condição que seja possa fabricar Carnes secas salgadas fora do prazo de seis mezes inclusive de Janeiro a Junho de cada anno. eque sendo necessario se recorra ao poder dominal para fazer com que nos respectivos Destritos haja uma inteira, e exata observancia tendente á atilados, e experientes do Commercio ver renascer novamente aprompta, epingue saida do referido genero, bem como acontecia em tempos, que semelhante fabrica de Carnes só sepunha em pratica desde Ja-

neiro, ou Fevereiro de cada hum anno até aentrada dos respectivos Invernros, cujo melhoramento desapareceo, e se confundio desde a infausta quadra, em que começarão alguns mais ambiciosos negociantes, e Fazendeiros a charquear effectivamente em toda a rigorosa estação do Inverno, com cujas Carnes a titulo de mais novas, ainda que pessimas, e magras passarão aconfundir a numeroza quantidade daquellas, que apezar de sans, eperfeitas ficão deslustradas, e decahidas de preço pela sobredita novidade das mais modernas. Epór que este novo Plano, que se espera conseguir sobre semelhante artigo de Commercio, não só se espera venha a redundar em bem comum de todo o resto dos habitantes deste Paiz, por motivos que por si mesmo se fazem palpaveis. Sendo que ao mesmo passo não haja nas Monarquias, e Povos mais iluminados objeto algum mais interessante de prover, facilitar, proteger, e amparar o Commercio, como aquella fonte, que induz, aumenta, e reanima a todas as mais Classes. Os Suppes. acolhidos ao que dispõem as leys de 30 de setembro do anno de 1755, e de 30 de Agosto de 1770, dando de mão a outras muitas com que o Supremo poder do Principado tem favorecido, e ilustrado o Commercio nos seus Reynos, e Dominios, tem todo o Direito de esperar, que, este nobre, evigilante Senado tomará sobre si o dar as referidas supplicadas, e mais serias providencias, no que fará hum distincto eparticular serviço ao Principe Regente Nosso Senhor, e hum bem de incomparavel estima aos habitantes em geral desta Capitania.

E. R. M.

Desta Praça do Riodge. só se assignão para se principiar a charquear no principio de Dezembro os segtes. O Fazendeiro Franc.^o Marques Lx.^a Franc.^o da S.^a Sunção. João Franc.^o V.^a Braga. José Vieira Lima. Manoel Albino Rodr. de Carv.^o José Roiz Martinz. Antonio Roiz Barbosa. Nicolau Cosme do Reis. João Cardoso da S.^a 1805. José Duarte Nunes. Thomaz Felis de Aquino. Carlos Cosme de Rs. Antonio de Sá Ar. Serafim da S.^a Ferr.^a Jozé Carneiro Geraldez.

Reconheço verdadeiras catorze assignaturas acima, não incluindo neste numero a de Seraphim da Silva Ferreira pr. não ter dela conhecimento. Porto Alegre, 24 de 7bro. de 1805.

Em test.^o (signal publico). da verde.

Antonio Mel. de Jezus de Andre. (Gratis).

Tudo, como se vê, parecia combinar-se contra as indústrias do charque, e a-pesar-de todas essas reclamações já apontadas, a situação agravava-se dia a dia como se verá.

Manoel Antônio de Magalhães em seu "Almanaque de Porto Alegre", com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul, (que não é, como à primeira vista se pensa, um calendário, mas simplesmente uma "notícia" ou "relatório"), escrito com data de 20 de julho de 1808, e consagrado a D. Fernando de Portugal, assim se refere à indústria do charque:

"Seja-me igualmente licito dizer o que sinto sobre a exportação que presentemente se está fazendo de Montiveideu para todas as nossas colônias da América, e principalmente para a corte do Rio de Janeiro; falo tão somente no artigo de carne salgada, que tudo o mais se pode consentir. Todos sabem que uma arroba de carne salgada nesta capitania custa mais barata 440, a 480, nem os charqueadores podem dar por menos, paga de frete e direitos 280, por consequencia para se não perder deve dar nessa cidade 720, mas chegando todos os dias barcos de Montevidéu, que pela necessidade que tem de botar aquele genero para fora o vendem nessa a 400 e 480, por ém precipicio todo o comércio desta capitania, que bem se sabe ser a maior força dele a carne, por isso parece que a exportação deste genero de um país estrangeiro deve ser proibida, a querer salvar esta capitania do abismo em que se vai precipitar, continuando a entrar nessa sobredita carne: parece que S. A. R. cheio de piedade para com seus vassallos, e melhor informado do que tenho ponderado, não convirá em que por vinte ou trinta mil cruzados, que se podem lucrar nos direitos das carnes de Montevidéu se perca e atraze um comercio de tanta ponderação como é o desta capitania, a ponto de ser mais facil acrescentar os direitos á sobredita carne daqui do que consentir a exportação da estrangeira (8).

-
- (8) — Magalhães, Manoel Antonio — "Almanaque da vila de Porto Alegre" — 1808 — Publicado por Augusto Porto Alegre, 1908. — Foi, antes, publicado na Rev. do Inst. Hist. Brasileiro, Tomo XXX, parte primeira, Rio, 1867, e, depois, no "Boletim Municipal", n.º 5, Vol. III, 1940, e "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do R. G. do Sul, n.º 79, 1940, ambos de Porto Alegre. Na "Relação dos Comerciantes da Capitania de todo o Rio Grande de São Pedro do Sul", que acompanha o seu "Almanaque" Manoel Antonio de Magalhães, descendente de João de Magalhães, que segundo o general João Borges Fortes "tem a primazia dos povoadores" do Rio Grande, inclui o seu próprio nome entre os comerciantes da vila de Porto Alegre. A relação dos comerciantes é deveras interessante, porque nela figuram nomes de grande relevo mais tarde, como o Visconde de Piratini na vila do Rio Grande e outros. Manuel Antonio de Magalhães, ilustre autor do valioso "Almanaque da Vila de Porto Alegre", foi, segundo Augusto Porto Alegre em comentário ao sobredito "Almanaque", administrador do quinto e décimo município das tropas da Capitania do Rio Grande do Sul, durante vários anos, desde fins do século XVIII até principios do XIX.

Como se vê, a queixa levada à corte do Rio de Janeiro por Francisco de Magalhães Ferreira, já é uma repetição da de Manuel Antonio de Magalhães, feita cerca de 14 anos antes, que, por sua vez, é uma repetição da de 1804.

Naquela época custava a arroba de charque 440 a 480 réis, elevando-se os direitos e os fretes a 280 réis, isto é, valor de meia arroba, ou sejam 50%.

Era uma majoração realmente excessiva porque Montevidéu, verdade é que devido ao excesso de produção, colocava o charque no Rio de Janeiro a 400 e 480 réis. A diferença era grande, uma pequena fortuna para aquelas priscas éras.

Si, porém, em 1808 o imposto com o frete para o Rio importava em 280 réis, prejudicando, por isso, o comércio, o maior comércio da capitania, que diezr, então da majoração de 600 réis por arroba, de que nos fala Xavier Ferreira? Não é pois de se estranhar a decadência do comércio e da própria capitania tão mal servida e maltratada desde o seu início, enquanto que outras, as vizinhas colônias espanholas, prosperavam dia a dia, invadindo com seu produto protegido por uma política inteligente os mercados brasileiros, concorrendo não dizemos em qualidade, que devera ser idêntica, talvez, mas em preço, 50% mais barato. E' que a Metrópole, o já velho e gasto Portugal, não protegia, amordaçava por todos os meios. Pouco se lhe dava progredisse ou não.

Só lhe interessava o ouro, o ouro para os seus faustos, para as grandezas deslumbradoras que, afinal, o deixaram pobre e cheio de dívidas, podendo ter sido o reino mais rico do mundo só com o ouro estorquido ao Brasil.

E assim há de ser sempre. O que a ambição estorquir do pobre jamais prosperaá.

O Rio Grande, pois, nasceu nas estâncias e cresceu nas charqueadas.

Aquelas serviram-lhe de berço e arrimo, estas de alimento e força, infelizmente pouco aproveitado e menos ainda compreendido pelos poderes supremos. E não se diga que faltassem reclamações nesse sentido.

A-pesar-disso, de todas as dificuldades, a industria do charque progrediu, sendo sempre, e ainda hoje, em parte, a maior do Estado.

A estatística de 1927 demonstra uma produção de 76.500 toneladas num valor de 91.637 contos de réis, isto é, quasi 10% do valor da produção industrial do Estado, conforme a estatística referida, e que foi de 914.000 contos de réis.

E em 1938, onze anos mais tarde, a estatística nos revela o seguinte na exportação unicamente: Charque: kgs. 44.661.500 — 91.000 contos de réis.

Tendo sido a exportação total do Estado no valor de

830.160:548\$000 a do charque corresponde, portanto, a mais de 10% do valor total.

Entretanto, razões várias fizeram com que houvesse baixas consideráveis na exportação do charque que de 59.959.000 Kgs., em 1937 passou a ser de 44.661.500 Kgs. em 1938; 34.161.600 em 1939; 33.293.300 em 1940; 25.011.200 Kgs. em 1941, e 16.752.200 em 1942.

O valor, contudo, permaneceu mais ou menos elevado: 106.878:200\$ em 1937; 91.009:400\$ em 1938; 78.318:500\$ em 1939; 92.357:802\$ em 1940; 78.349:100\$ em 1941, e Cr\$ 56.339,00 em 1942. Isso apenas quanto ao charque em "mantas", pois ha, ainda, charque em pedaços — "cavacos de charque" cuja exportação atinge mais ou menos 7,5% do em mantas.

A queda, foi enorme, pois em 1941 o valor total da exportação do charque não atinge sequer a 7% do da exportação total. Isso significa que o produto está decaindo bastante, não só em consequência da alta enorme de seu preço, conforme se poderá verificar pelo confronto da estatística acima referida, como também pela exportação da carne congelada e pelas enormes restrições feitas aos pequenos charqueadores cuja maioria deixou já de existir...

E' lamentavel, e tanto mais que o "charque de verdade", que foi a grande riqueza de nosso Estado, mais cedo ou mais tarde desaparecera, conservando-se dele, apenas, a tradição, a saudade longinqua de um tempo que passou...

LENDA SACRÍLEGA

dr. Manuel Duarte

Conta-se que entre os primeiros possesores sedentários no Planalto do Nordeste, era costume atribuir todos os desenganos do infortúnio, — insulamento sem tréguas no desterro segral daquela solidão, calamidades desferidas, de ora em quando, à provança dos pecadores tementes, — como destinados à justa expiação de nefanda impiedade cometida por insanos ou ineréus, no início do curato da Freguesia daquele longínquo Distrito. Daí, a origem prosaica de vetusta lenda sobre maldição inexorável, lançada em castigo de hediondo sacrilégio, de que teria sido vítima o primitivo sacerdote residente.

Assim que durante mais de centúria, campearia o látego de imaginária excomunhão regional, cujos vínculos punitivos se alongariam implacáveis na descendência daquele soberbo nódulo tribal de povoadores desabalados. Inútil, a esperança de satisfazer sobejos de arrependimento: — penitência não haveria bastante a aplacar a perpétua cólera divina, que o pecado era mortal e a pena, arquimerecida...

Sob a trepidação merencórea dessa angústia inalienável, de condenação coletiva, forja-se-lhe errônea concepção supersfíciosa, de fatalista sem remissão, na progénie planalteana. Estava escrito: — teriam de cumprir, até à consumação dos séculos, as gerações inocentes a culpa herége dos antepassados, que pagam os filhos os crimes dos pais...

De feito, o inexplicavel segredo desse falso estigma hereditário, de perdimento sem remédio, geraria no ingênito feitio moral da estirpe da gloriosa antiguidade nordestina, o estóico sentimento, que se adentraria na posteridade, de conformação e fatalidade sem pessimismo. Em verdade, ele ha no gesto imperturbavel do autóctono daquele quadrante maravilhoso, o hábito imemorial de renúncia e desassombro, no sacrificio; desapêgo e resignação, no sofrimento. Herói ou mártir, infeliz ou bem-aventurado, o nordestense afronta as mais imprevistas adversidades do destino, sem queixume nem temor: conformado e animoso sempre. Porque ele sabe, da infância, que "ninguem põe na porta do vizinho os trabalhos por que tem de passar". Humildade e temperança, religião e bravura cívica, contrição e destemor, paciencia evangélica, na desven-

tura, e tocante solidariedade social, no padecimento: — eis as reservas inesgotáveis, de equilíbrio, sobriedade e altivez, feitiados ao velho modelo do remoto aglomerado racial do Nordeste serrano.

— Manda quem pode; seja feita a vontade de Deus; Deus é pai, não é padraсто; Deus, quando tarda, sai no caminho; ninguém morre na véspera; Deus sabe o que faz, — são preceitos correntios, fortalezas morais de resistência, consolação e moderantismo inalterável, no ânimo viril do filho autêntico do Planalto.

Ha qualquer coisa divinatório e impenetrável no misterioso prestígio da superstição do ignoto, ossificada nos fundos recessos da credence vulgar: — lenda aparentemente superficial e extravagante conserva sempre, na própria razão instintiva da invenção, a essência minúscula de realidade flagrante, envolta na comovente evocatividade mística da tradição. Certo, o secreto fastígio de alguma misticidade legendária mergulha as raízes anônimas no enigma sombrio de episódios reais, cujo enredo se perdeu, ou deturpou na ingênua memória da imaginativa popular.

Ora, a cena dessa agressão brutal ocorreu com o padre dr. João Ferreira Roriz, à noite de 24 de maio de 1783, na Capela de Cima da Serra, e o destino dessa tragédia selvagem malmal se entrevê do precioso manuscrito da correspondência oficial do grande Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara.

A história desse bárbaro insulto ao padre cura é a expressão típica daqueles tempos obscuros, em cujo rude ambiente revólto se insulava improvisa sociedade heterogênea, afeita ao mandonismo autoritário e sem contraste, nos latifúndios desgarrados. Vivia da coragem própria, no império absoluto do arbítrio, da ambição e da violência impune, — sumária espécie de defesa premunitória, que desconhece o contrafreio da advertência ou da censura edificante.

Seria fatalmente agressivo aquele rústico meio tumultuário, e impunha à consciência de cada iniciado bisôño a adaptação preliminar no próprio culto da agressividade permanente.

Naquele incipiente conglomerado amórfico e promíscuo, em que malmal se esboçariam os rudimentos étnicos da futura aristocracia fazendeira do Planalto, encontroavam-se indivíduos de todas as categorias e condições, na infinita dissimilhança de mentalidade, educação e temperamento, nas unidades componentes. Eram restos de nobreza arruinada, entre possesores absentistas, conquistadores heróicos da solidão desconhecida, batedores arrojados das encruzilhadas sertanejas, veteranos fronteiros de todos os caminhos, levas humildes da plêbe incolor e aventureira... Amalgamavam-se lentolento o bandeirante retardatário, provindo das numerosas fundações paulistanas, espalhadas nos confins do território nacional, o sóbrio lagunense agricultor, o português ibérico

e o insulano, das ilhas atlânticas, o retirante da Colonia do Sacramento, emendados em pacientes tropeiros sertanêjos, o indígena e o africano es-crevizados, o miliciano, dispensado ou desertor, o criminoso foragido... Plasmava-se microcósmico instantâneo colonista, na galeria daquele nomadismo coletivo, em que se acotovelavam proteifórmes espécimes errantes, à sófrega procura de fixação e domínio no apossamento do solo derelito.

Assistia-se, naquele entrementes fulgurante, ao derradeiro surto de explícito deslocamento migratório, no ciclo épico de três centúrias de formação territorial da brasilidade.

Nessa ambiência caótica, de desgoverno e licenciosidade soluta, de pouco escrúpulo e escassa observância religiosa, de malcasados e forçado paganismo: foi servir o padre dr. João Ferreira Róriz. Era este prelado homem de ilustração, inteligência brilhante e inquebrável energia. Aceitou a áspera empresa, a instantes rogos do amigo e grande vulto do "Continente", o governador Veiga Cabral, que desenganadamente se empenhava em evitar continuasse o êxodo dos povoadores nordestinos, iniciado anteriormente e, cemdobrado, empós à irrupção gentilíca, em 1779. Dá Veiga Cabral testemunho desta miúça, em carta de 1781, ao próprio padre Róriz:

"...certificando-o que ao depois que a rogos meos aceitou a Igreja e Vara desse Destrito, cuja eleição se dignou confirmar S. Ex. Rma."

Ora, com a elevação à categoria de Capela paroquiada e respectivo clérigo residente, no Distrito, acreditava o imortal administrador pudesse reanimar os povoadores restantes e estimular assídua corrente de pretendores possessivos, na rechã desértica. De feito, véspera de se partir em visita à Vacaria, confessava Cabral a própria confiança na extensão das medidas propostas, em carta ao pároco residente:

"...e logo que chegue a Villa de Porto Alegre faço tenção partir imediatamente para Vacaria, aonde espero dar todas as providencias possiveis em conformidade dos ajustados sentimentos de Vmce. de quem confio todos os acertos principalmente na importante eleição da sua Residencia que servirá de exemplo ao Povo assim como as mais ações que demanarem do discernimento e honra de Vmce."

Transpôs o despachado missionário andante a asperidão intratável da Serra Geral e assumiu, em 1780, a direção da Igreja e Vara do Distrito, dividido em duas Capelas: — N. S. da Conceição da Oliveira e S. Francisco de Cima da Serra.

Cuidou com afincio desempenhar-se do penoso encargo e, juntamente, promover a prosperidade a ambas. Encontrou, todavia, na segunda, reiteradas faltas e vícios veniais, facilmente explicaveis naquela sociedade em formação e sem assistência eclesiástica. De chôfre, procuraria abatê-los com veemência imprópria, em lugar de, com brandura

e persuasão edificante, despertar-lhe a consciência da própria culpa e a confissão do arrependimento sem humilhação. Antes da prédica da virtude, do apêlo à prática do Bem e da obediência, impiedosamente admoestaria, de público, e vergastaria tais pecadilhos contingentes. Asprejaria poderosos contraventores, com severidade e desassombro, o novo pároco, como se conclue desta missiva de Veiga Cabral, cujas advertências teriam o sufrágio mágico de próxima realidade cruenta:

“Mto. Rdo. Sr. Dr. João Ferreira Róriz.

Recebo a carta que Vmce. me dirigio a 19 do mez passado com o alvoroço e satisfação que Vmce. deve supor do meo afeto, e do reconhecimento em que vivo do seo favor. Espero que não chegue a ocasião de Vmce. passar pelo dessabor de lhe ser necessario tratar alguns dos seos Freguezes com a severidade a que tanto repugna a caridade, como o talento com q. a Providencia distinguio a Vmce.; porem caso suceda o contrario estou certo q Vmce. não excederá os limites que prescrevem as leys, e exige a honra da Caza de Deos...”

Permanecia o padre Róriz em Cima da Serra. E essa caridade que o fino tato de Veiga Cabral lhe invocava, não na exercitou o padre recém-chegado. Já contra ele se avolumava onda sinistra de revoltados ameaçativos, dispostos à desfôrta violenta. Tramavam contra aquele sacerdote, que se mantinha intransigente, bemque insulado e malquisto dos pecadores atingidos nas censuras acrimoniosas, e maldosamente insuflados por façanhudos mandonistas. De feição que entre o vigário e paroquianos descontentes se tornaria inconjuravel o dissídio hediondamente aberto: — não se mexe impunemente nas chagas do vício, de praça, diante de arrogantes e subalternos...

Ao parecer, era culto e grande demais o padre Ferreira Róriz, para ser compreendido e benquisto, naquele dissolvente ensino primitivo.

“De ordinario a inveja não tem outra origem que o merecimento, e sendo o de Vmce. não só indisputavel mas destino me pareceo indispensavel tranquilizar a Vmce. a respeito de qualquer falso testemunho que os seos inimigos, e da religião lhe levassem...” — escrevia-lhe o grande estadista e pensador, pouco antes da agressão levada àquele sacerdote, a quem já aconselhára moderação e suavidade para com alguns fregueses pecaminosos, na delicada missão de emendar vêsos antigos.

Entretanto, assumia proporções extremas a futilissima emulação daquela toleima reciprocamente leviana, a ponto de prenunciar desentace iminente. Já Róriz, ao mesmo tempo que afiançava prosseguir sa-neadoramente na campanha lançada, e descrevia a attitude insólita de seus inimigos, lamentava-se de haver perdido apoio e estima do governador Cabral. Em contestação, este lhe assegurava o grande aprêço com

que o distinguia e lhe esclarecia as providências tomadas, para pô-lo a salvo de qualquer violência:

“Meo amigo e Sr. Como a unica desconfiança que Vmce. tem da constante estimação que, sempre fiz, e fasso da sua Pessoa, consiste na concizão de hua carta m.^a: espero dos proprios conhecimentos de Vmce. lhe ditem que as minhas occupaçoens mesmo aquelas sabidas de todos me izentarão deculpa ao dito respeito. Para conservar o de Vmce. tão ilezo, como he justo lhe remeto a sello volante a carta incluza em que ordeno ao comandante do Destrito de Vacaria castigue o minimo insulto contra a Pessoa de Vmce. sua caza e familia, deixando sem nenhum obstaculo servir de Escrivão, e Meirinho da Igreja, e Vara os sujeitos nomeados por Vmce. que sabendo perczamente muito melhor que eu o desprezo que merecem deante de Ministros Eleitos, e tementes a Deos as calunias, e os odios, lhe não deve passar pela imaginação se fassa presentemente injustiça ao seo merecimento”.

Crescente incompatibilidade, porém, entre o cura e paroquianos intolerantes, entaves sucessivos e perfídias à administração eclesiástica do primeiro missionário residente, em Cima da Serra, desenhavam-se no horizonte carregado de nuvens agoirentas, em armas diletas dos vingativos inimigos do padre Róriz.

Parece que à maquinação diabólica, revestida de constantes animosidades contra aquele prelado, não seriam inicialmente estranhos (e foram, de futuro, responsabilizados) vultos de destaque e posição, naquele ambiente serrano. Assim que se salientariam nessa trama impiedosa: — os padres José da Silva Leal Leme e Ambrosio da Silva, o tenente Manoel da Fonseca Pais, o homem de maior confiança de Veiga Cabral, na região, Salvador Rodrigues Penteado e, talvez, Joaquim José Pereira, pois que escravo seu foi comprovado agressor do padre e, depois, teve recursos para se refugiar em Laguna. Pertenciam ambos, respectivamente, tio e sobrinho, à poderosa e tradicional família Chaves. Do primeiro disse D. Luiz Antonio de Souza, evidentemente e tendenciosamente informado pelo seu trêfego lugar tenente, em Lages, o capitão-mór Antonio Correia Pinto, em carta ao vice-rei, Conde da Cunha:

“Além disto tãobem devo informar a V. Ex. que no Cimo da Serra está hum homem chamado Pedro da S.^a Chaves, oposto ao dito Antonio Correa totalmente por inimizades antigas, o qual se acha refugiado naquelas paragens, por crimes segundo se diz, e vivendo a Ley da sua vontade e hé pai de hum clerigo muito revoltoso, que está nesta Cidade, o qual logo disse ao dito Antonio Correa que tirasse o sentido de se estabelecer em taes sitios porque lá estava seo Pay, e que faria com que lá não fosse fazer figura etc., de que me deu conta o dito Antonio Correa... esteve quase irresoluto a deixar a empresa...” (Carta de D. Luiz A.

de Souza para o Vice Rei Conde da Cunha; Docs. Interessantes, vol. 23, p. 149) (1).

Do mesmo padre Leme disse Veiga Cabral, após a agressão ao padre Róriz:

“Em quanto não me chegar as mas. maos aDevassa que oJuiz Ordinario (Antonio Ferreira Leitão, expressamente mandado a Cima da Serra abrir severa devassa. Em sua companhia foi o capitão de Dragões João da Costa Severino, que levou forte destacamento e, ali, assumiu o comando dos distritos de Cima da Serra e Vacaria) auxiliado por Vmce. (Severino) foi tirar a esse Destrito, não posso responder completamente aCarta que Vmce. me dirigio nadata de 16 do prezente mez; oque não obstante farey mensão dealguns particulares sob que Vmce. perciza sem demora ser instruido. Primeiramente, não devia Vmce. por pretexto, ouconselho algum apartarse dainteira execução das minhas ordens as quaes lhe prescrevião não só aprizão dos culpados na dita Devassa sem excepção de Pessoa, ou foro, mas pozetivamente aremeça de todoz ellez aminha Presença; Por ventura ser o Rdo. Vezitador Juiz competente dos Clerigos deste Paiz, izenta aVmce. de observar oque eu lhe detremino dessa sorte o Juiz ordinro. he Privativo dos Paizanos; eeu venho ater autoridade só nos Melitares, enem ainda nesses que excepto por culpas leves não devem ser punidos senão emconsequencia daz Sentenças proferidas pelos Conselhos de Guerra que selles formarem dentro dos seos respectivos Corpos. Alem disso quem sigurou a Vmce. edo Vezitador, que o Pe. Joze daS.^a Leal Leme, aliaz conhecido em todoeste Continte. efora delle por hum espirito revoltoso, edezobediente as Leys de S.Mage. não tenha prezentemente outro delito grave, mais que haver concorrido para oinsulto proximamente cometido contra aPessoa do seo Vigario o Dor. João Ferreira Róriz? Deduaz Hua, ou o Vezitador desconfiou, que eufaltasse ama. obrigação, deixando de lhe entregar os Clerigos culpados, que menão fosse licito reter, ousupos de muy pouco momento a Devaça Geral competente, ea maiz autorizada nas circunstancias presentes, aque mandei proceder por cauza do referido insulto, sem ao menos esperar tranquillo orezultado della, noque longe estava dedetriorar asua jurisdição, que antes seria o unico meyo de aexercitar sem aextranha incurialidade de atropelar asobredita Devassa. Seja como for, este paço torcido está dado, enão he porora tenção minha revogalo, posto que com razoens tão sollidas odezaprove; recomendo porem mto. a Vmce. no cazo que estou prevendo deque otal Pe. Jozé da S. Leal Leme descubra modo para illudir o Juizo do Vezitador, ouescapar daprizão, não escape aVmce. segunda vez remetello

aesta Va. ama. ordem com toda a segurança, e cautela a que obriga a sua sagacidade sem faltar de seu Estado...”

Em resposta a queixumes do padre Róriz contra os referidos sacerdotes, havia respondido Veiga Cabral, muito antes da agressão, que sofreu aquele eclesiástico, o qual pressentia conspiração subterrânea, instigada por ambos:

“...no pouco trato q. tive com o Rdo. Pe. Ambrosio da Sa. assaz conheci a sua nimia senceride., e falta de experiencias; qto. porem a outro heclesiastico seo Tio apenas pude coligir porcartas que não he ignorante...”

E, com referência ao Pe. Leal Leme, escreveu-lhe o brigadeiro Veiga Cabral, nestes termos enérgicos, a seguinte carta, antes ainda, do grave insulto:

Mto. Rdo. Sor. Joze da Silva Leal Leme. Com grande dessabor meu tem chegado a minha presença, repetidas queixas da conduta de v.mce., as quaes repugney por largo tempo dar o menor credito; obrigando-me porem ao contrario a experiencia do despótico prossedimento de v.mce. que em lugar de deservir de seu Carater, edas suas Luzes para dar aos outros vassallos menos instruidos, e decorados os exemplos de desobediência devidos as Leis de sua Mage., tem v.mce. scandalizado todos os moradores desse Destro., sendo a cauza principal da revolta, e de zordem em que labora a sua familia a depois da morte de seo Pay, e chegada de v.mce. a Cima da Serra. Para mim he indifferente que v.mce. qualifique a sua interferencia na administração dos bens que foram de seo Pay, deixando este por inventariante delles a sua filha Cazada, e restando-lhe nesse Paiz outro filho secular o Capm. de Auxiliares Joaquim da Silva Chaves, nem tão pouco me pertence o reconhecimento dos prejuizos que resultão aos mais herdeiros de seo Pay das avultadas somas que em vida d'elle asseverão haver v.mce. percebido da conta do Casal, assim como consecutivos ao seu falecimento varios, e importantissimos creditos, cuja exhibição setem infrutuosamente pertencido de v.mce., não obstante lhe serem confiados debaixo de toda a senceride., e boa fé. Com a mesma imparcialidade, espero qualquer resulta judicial a respeito do litigio que afalta de harmonia e sobejo de ambição substituhio entre a familia de v.mce., declarando só incompativel com a tolerancia do meu lugar a invazão dos meos Ordinarios, a minima desobediencia as Leys, e decisoes que ellas autorizão, e toda a qualidade de insultos particulares, e resistencias a Justiça...”

Preteridos esses dois sacerdotes de parouquiar a Igreja do Distrito, donde era natural Ambrosio, e elemento mandonista e arrogante, Leal Leme, instigariam aos descontentes e revoltados parouquianos o ânimo facilmente suggestionavel à prática daquelle monstruoso despique.

Já de Manoel da Fonseca Pais, não acaba consigo Veiga Cabral crer

na sua convivência em tal delito. Assim se expressa Cabral ao novo comandante do Distrito, Costa Severino:

“V.mce. suspenderá até nova, e expreça detreminação ma. qualquer procedimento, que não for indispensavelmente necessario a respeito do Ten.te Mel da Fonca. Paes, praticando com todos os mais reoz oque lheordeney, eaos Juiz Ordinario nadata de 12 de Junho proximo passado...”.

Foi, pois, nessa ruda atmosfera, igualmente carregada de prevenções intriguistas, de pequeninas parlendas de aldeia, que de rigoridade eclesiástica e reação do despeito conluiado, que desfechou, afinal, a grotesca tragédia contra a vida do missionário residente.

E bem. Demorava-se este em vizitação paroquiana à Capela de São Francisco de Cima da Serra, quando “sopreendendo-o tres individuos mascarados de mão armada para lhe tirarem a vida, na propria Sacristia, que serve de Caza da Sua residencia, ao tempo em que hia deitar-se na sua Cama a vista de alguns escravos; e que não obstante a deligencia que estes fizeram, o evidente perigo em que se meterão para salvar a vida a seo Senhor, e Paroco juntamente/de cuja empresa sahirão assaz maltratados/o não puderam livrar do oprobrio, e da molestia de receber varias feridas na cabeça e no corpo, tanto dentro da dita Sacristia, como na rua, aonde o perseguirão até ganhar a caza de Felipe de Oliveira Fogaça...” — relata o insigne Veiga Cabral, naquele estilo seu, obscuro e revêss.

Concluida a devassa, seguiu-se a apuração e julgamento dos responsaveis: — mandantes, — Os dois sacerdotes referidos e mais Manoel da Fonseca Pais, comandante do Distrito e, veladamente, o capitão Joaquim José Pereira. Mandatários punidos: — Salvador Rodrigues Penteadado (foragido) Antonio de Quadros e Antonio Lopes, escravo do capitão Joaquim José Pereira, preso em Laguna.

O fato mais incrível, nessa dolorosa tragédia sertaneja, foi a convivência ou cumplicidade do comandante Manoel da Fonseca Pais, presente official da Cavalaria Auxiliar do Distrito. Preso e remetido para a vila do Rio Grande, foi mandado recolher à fortaleza da Barra e submetido a conselho de guerra, sob a presidencia do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. Longamente encarcerado, Fonseca só tornaria ao Distrito, vários anos depois.

E' o seguinte o officio, em que Veiga Cabral ordena a Rafael Pinto Bandeira essa missão:

“Avista dos dous Processos juntos formados pelo Vezitador e Juiz Ordinario, será constante a V. Sa. a culpa que deles resultar ao Ten de Cavalra. Manoel da Fonseca Paes, aquem tenho mandado recolher preso aFortaleza da Barra. V. Sa. praticará com este Official oque otempo lhemostrar ser mais conforme as Leys eOrdens de S. Mage., podendo ao depois de punido, e

livre tornar aempregalo se lhe parecer nomesmo Comando da Fronteira da Vacaria, donde sahio”.

Ainda em agosto de 1785 se encontrava preso, na Fortaleza da Barra do Rio Grande, o comandante Fonseca Pais. Porisso, ao capitão Joaquim da Silva Chaves, que o substituiu interinamente, naquele Comando, coube proceder ao recenseamento nos distritos de N. S. da Conceição da Oliveira dos Pinhais e de São Francisco de Paula de Cima da Serra, como explicitamente declara Chaves:

“...no impedimento do atual Tenente Manoel da Fonseca Paes, o qual se acha preso no Rio Grande”. (Não encontrei noticia histórica de que Fonseca Pais e Joaquim José Pereira voltassem a exercer o Comando daquele distrito).

(1) — Curiosa e irreconciliavel, a inimizade entre Antonio Correia Pinto de Macedo, futuro fundador de Lages e seu Regente, e o Capitão Pedro da Silva Chaves, fundador da povoação de Cima da Serra. (São Francisco de Paula).

Das alegações, perfidias e inventivas de Correia Pinto, não concluido historiadores e sociólogos que, à época em que chegou à Lages seu futuro fundador e regente mór, o prepotente Correia Pinto, já ali encontrou Pedro Chaves, “oposto ao dito Antonio Correa totalmente por inimizades antigas, o qual se acha, refugiado naquellas paragens, por crimes segundo se diz, e vivendo a Ley da sua vontade...” Ora, este estribilho, com que a História desfigura a vida e valor de Silva Chaves, é enfadonha repetição das informações tendenciosas, de Correia Pinto a D. Luiz Antonio de Souza, de quem Pinto foi instrumento, na sua incurável megalomania de ampliar os domínios territoriais da Capitania de São Paulo.

De feito, restaurada esta, seu primeiro governador, D. Luiz Antonio empregaria todos os meios, lícitos ou ilícitos, para conquistar novos territórios à sua Capitania. Dir-se-ia retardatário bandeirante a invadir terras do Brasil à suserania paulistana.

Nessa mania progressiva, encontraria D. Luiz o seu lugar-tenente ideal, no prepotente e enérgico Antonio Correia Pinto de Macedo. Inicialmente, porém, de supor é que foi Correia Pinto o grande instigador da empreza inexplicavel a que se consagraria o governador paulistano. Em verdade, do confronto dos documentos revelados, de crer é que Antonio Correia Pinto, vetusto fronteiro do Rio Grande, aqui, em Cima da Serra, onde se alojára com imensa sesmaria, de cuja área adquirida a José Antonio Cardoso se apossearia em 1747, se inimizaria com o capitão Pedro Chaves que já ali era forte estancieiro, desde 1742. Buscaria vingar-se deste, dominá-lo, à custa da autoridade que lhe cometeria o

Governo de São Paulo. Convenceria àquele megalômano governador, da urgência na fundação de Lages, afim de estabelecer o ponto avançado e próprio à defesa da Colônia, contra invasões dos índios missioneiros.

De fato, metidas mãos à obra gigantesca, D. Luiz o apoiaria integralmente, surdo às mais justas reclamações e censuras. E tão longe levaria D. Luiz Antonio a sua vezânica ambição territorial, que muito depois da fundação de Lages, ainda repetiria a insinuação falsíssima de Correia Pinto:

“...que os limites entre Curitiba e Viamão, a jurisdição de S. Paulo ia até o pico da Serra de Viamão (isto é, os fundos de Cima da Serra, para abranger, assim, as grandes fazendas do capitão Pedro Chaves...) ao depois ficou pelo rio das Pelotas, dividindo-se pela Tapera do defunto Carvalho, que hé junto daquele Rio” (D. Inter. vol. XXIII, p. 313) Ainda neste passo, **transferida a Tapera do defunto Carvalho, por obra e graça de Correia Pinto, da margem do rio das Caveiras, para a do rio de Pelotas**, visavam ambos afiançar os domínios paulistas até o vale do grande rio, quinze leguas além dos limites de S. Paulo...

Já Correia Pinto entrou definitivamente na História, como arbitrário, prepotente, enérgico e trêfego mistificador. Ao passo que Pedro Chaves continua envólto nas brumas da lenda e da imaginação parcialíssima de seu terrível inimigo. Desempenharam ambos esses portugueses papel saliente na história da formação territorial e do sucessivo povoamento do Sul. Exerceram ambos grande influência nos destinos do futuro Rio Grande. Ambos, talvez, autoritários e, de futuro, poderosos, cada qual serviu a seu modo a missão que os homens de governo e o imperativo cruelíssimo dos acontecimentos lhes determinaram. De Pedro Chaves se sabe que foi homem ativo, empreendedor e laborioso. Amealhou opulenta fortuna e instruiu extraordinariamente os filhos. Administrou longamente o seu Distrito, de que foi fundador, e o defendeu incansavelmente. Prestaria relevantes serviços à defesa da nova Comandância e mereceu grande confiança de seus administradores. Oportuno é observar que à invejável posição de capitão da Companhia de Cima da Serra, foi guindado por Gomes Freire de Andrada, sempre tão austero e escrupuloso em seus atos, quando ainda fazendeiro e residente em Cima da Serra, o mesmíssimo Correia Pinto.

Estes, os têrmos do ato do grande homem, quando nomeou (17 de março de 1752) a Pedro Chaves:

“Faço saber aos que esta minha Carta Patente virem, que attendendo, a Ser preciso criar hua Companhia de Ordenança em Cima da Serra do Viamão districto do Rio Grande de São Pedro em cuja paragem Se achão estabelecidas varias fazendas e moradores e havendo respeito a Ser o mais abastado delles Pedro da Silva Chavez para melhor exercer o posto de Capm. da ditta Companhia novamente criada para o expediente das Or-

dens e Serviço de S. Mag. e Ser tambem a pessoa de mais pres-timo, Capacidade, ezelo que Se conhece na ditta paragem por cujo Respeito Se lhe tem encarregado varias Ordens e deligen-cias do mesmo Serviço, as quaes sou informado, o executou sem-pre com Louvavel promptidão, e Acerto..." (Rev. do Arq. Públ. Mineiro, ano XXIII, p. 444).

Adentrou-se tranquilamente na História o capitão do Distrito de Cima da Serra, cuja prosperidade tanto o preocupava, que chegou a pre-sentear fazendas a amigos pobres (ex.: ao coronel João da Costa Varela, n. de S. Paulo) A fama que lhe atribuiu Correia Pinto e D. Luiz a re-pete, de oitiva, mais não é que a explosão do despeito, da rancura e da inveja, com que, ao mesmo tempo, buscava justificar-se da invasão co-metida contra os domínios de Viamão. Dir-se-á que tinha Gomes Freire à vista a imagem trêfega de Correia Pinto, como se o definisse nesta máxima: — "Observe quanto os homens se confundem, quando preten-dem dourar o seu desacerto". Porque, em verdade, "oposto foi total-mente a Correia Pinto", não o capitão Pedro Chaves, cujo longínquo Distrito estava livre da influência mandonista do fundador de Lages, mas oposto foi totalmente o Rio Grande à invasão ideada entre D. Luiz e o Regente de Lages. A atitude de Pedro Chaves limitada seria a cum-prir ordem da administração riograndense. Aquela informação de D. Luiz Antonio de Souza mais não seria que obra de despistamento, como hoje se diz.

Verdade é, (e o repete Veiga Cabral) que ao padre Leal Leme, filho de Pedro Chaves, chama D. Luiz Antonio, — "clerigo revoltoso". Entretanto, nesse passo, a revolta do padre Leme era apenas o eco vivo da reação do Rio Grande, contra a planejada conquista de parte de seus domínios, por iniciativa de Correia Pinto, que visava, desse lança, vin-gar-se de Chaves, cujos crimes jamais extra-passariam as fronteiras da maliciosa imaginativa do Regente de Lagens. Sem embargo, essa desen-voltura, sentimento de desobediencia ou de revolta, do padre José da Silva Leal Leme, não atinge, nem mareia a compostura enérgica e a dedicação do pai, no seu devotamento à causa pública, nas posições que exerceu em Cima da Serra. Não é lícito julgar homem, fora do meio e mentalidade coletiva em que viveu. E Chaves viveu intensamente na ambiência que ponteou e dirigiu.

Na defesa das ameaçadas e, enfim, invadidas Fronteiras do Rio Grande, do ciclo Correia Pinto — D. Luiz Antonio de Souza, foi Pedro Chaves destacada sentinela perdida, no Cimo da Serra, onde vigiava pela integridade das divizas do "Continente de Viamão", de cuja administra-ção cumpria as ordens e teve, como auxiliar, o capitão Francisco Gon-çalves Ferreira, de quem o primeiro aviso oficial sôbre a principiada invasão de Correia Pinto, cheio de ódio contra o rival e antigo vizinho, em Cima da Serra. E tão longe levaria ele sua geriza contra Pedro Cha-

ves, que não teve escrúpulo de informar a D. Luiz Antonio absurdidade deste jaez, que D. Luiz, leviano e crédulo, transmitiu ao Conde da Cunha:

“Em Cima da Serra (S. Francisco) não me consta ha moradores por ora, excepto alguns miseraveis que vivem como feras, e só teem a semelhança de homens”. (1768) Ao passo que, desde 1742, se arrolam mais de trinta povoadores residentes nos campos daquela região, entre os quais o próprio “mizeravel” Antonio Correia Pinto, que ali foi estancieiro residente, de 1747 a 1758, quando vendeu a sua estância povoada, para continuar tropeiro, até que, em 1765, fôsse convertido em fundador e regente da povoação de Lagens. Em verdade, Correia Pinto obteve concessão de sesmaria em cima da Serra de Viamão, em 1754, “onde já morava, ha seis para sete anos, em que tinha Cazas, Currais, plantas, e animais creadores, assim Vacuns, como Cavallares...” (Rev. do Arq. Públ. Mineiro, ano XXIV, — 1933, p. 50).

DOCUMENTÁRIO:

a) A Primeira Sesmaria Riograndense

Snr. Capitão Mor

Dis João Rodrigues e Manoel Gonçalves Ribeiro que eles suplicantes ha coatro anos que tem metido gado vacum nos campos de tremandy estando e es devoluto do Rio para o norte sem que lá estivese pesoa algua nem cousa que os ocupase adonde tem o seu gado em te' o presente e com eles suplicantes os querem aver por sismaria o não podem Faz er sem emFormasão de V. Mce. Portanto P.A. V.M. seja servido o pasar lhe por sirtindam do que consta a Referido para os poderem coltivar. E.R.M.

Francisco de Brito Peixoto, Povoador e Fundador da Vila de Santo Antonio dos Anjos e das mais conquistas que tem descobertas... ditta... Rio Grande de São Pedro por Patente de Sua Magestade que...

Sertifico no que diz a petiçam acima que he certo os suplicantes meteram os seus guados no campo nomiados que estavam devolutos no lugar donde declarão e tambem inthe presente de alguns moradores desta vila de terem metido suas criaçoens de guado vacum no mesmo campo que corre para o ditto rumo do norte que vai confinar com outro Rio chamado Boypetuba correndo tambem pela costta da praia enthe chegar neste Rio que Digo que eram quinze ou dezeceis Leguas pouco mais ou menos e declaro que em parte therá huma legua e em outra Legua e meia e meia Legua de Largurra pouco mais ou menos, e como diz na petiçam asima que quer psuir por sismaria consta me não fará prejuizo a terceiro pella Larguesa dos ditos campos pello comodo que team todos os mais que quizerem meter seus guados e vossa emselencia mandará o que for servido e por ser na verdade asim mandey pasar esta sertidam por mim tirada pello juramento que dey, do meu cargo assinado e selado com o sinete de meu uzo oje Laguna quinze de Abril de mil setecentos e trinta e dois annos. Sempre aos Peis de V. Emsellencia humilde Francisco de Britto Peixoto.

Segue-se uma certidão de que o Capitão Manoel Gonçalves Ribeiro paga a dizima dos gados vacum e cavalar que tem nos campos chamados Tramandy. Em 31-8-32. Ass. Francisco Luiz Caldeira.

Senhor Juiz e mais officiais da Camara desta villa de Santo Anto-

nio dos Anjos da Laguna, Diz o Capitam Manoel Gonçalves Ribeiro que elle suplicante he morador nesta ditta Villa, ditta fui para o Rio Grande de São Pedro na era de mil e sete centos e vinte oito anno e trouxe em sua companhia mil e duzentas cabeças de gado bacum e duzentas Cavalgaduras pouco mais ou menos e votou tudo asim gado como cavalgaduras nos campos chamados Taramanda que estavam dezertos e desocupados sem sinhorio nenhum e sem que naqueles tempos pesoa alguma tivesse criação de nenhuma calidade e esse dito suplicante foi o primeiro povoador dos dittos campos adonde está até o presente com seu gado e cavallada e pagando os dizimos a deus e como quer elle suplicante tirar carta de data e sismaria quer que V. Mces. lhe fação merse passar sertidão na verdade do que constar. Portanto Pede a V. Mces. atendendo ao referido do que alega o suplicante em sua petição lhe E.R.M. Passe-se do que constar em verdade. Laguna, 31 de Agosto de 1732. Rodrigues — Gabriel (assignaturas ilegíveis e mais adiante

José Luiz, Dionisio Rodrigues vereadores Manoel da Silva procurador do Conselho que servimos este presente anno de mil setecentos e trinta e dois nesta Vila de Santo Antonio dos Anjos da Laguna comarca da Vila de Pernaguá.

Certificamos em como o que alega o suplicante em sua petição he tanto verdade sem cousa que duvida fasa na sua verdade o referido do que mandamos passar a presente e juramos em fé de nossos nobres cargos e por nos asinada e... valha. Laguna aos trinta e hum dias do mez de Agosto de mil sete centos e trinta e dois annos. E eu Luiz Gomes de Carvalho escrevão que Gabriel Rodrigues (Roiz) — José Luiz da Silveira — Dionisio Rodrigues Mendes.

Exmo. Snr. Diz o Capitão Manoel Gonçalves Ribeiro morador na Villa da Alaguna que elle suplicante povouou os campos chamados Tramanday com gados vacum e cavalgar por estarem desertos como consta das sertidões inclusas do Capitão mor da dita villa e officiaes da Camara e procurador de dizimeiro e porquanto quer haver por carta de data de sismaria tres leguas de terra de comprido e uma de largo por não dar a praia maior largura nos campos de Tramanday na paragem que chamam as Conchas reservando charcos e alagadiços para... ditas tres leguas de terra de comprido e uma de largo na dita paragem das Conchas pelo rumo do Norte cultivar com os gados que o suplicante tem vacum e cavallar e de tudo pagar dizimas a Deus. P. a V. Exa. mandar passar ao suplicante carta de sismaria de tres leguas de terra nos campos de Tramandy na paragem chamada as conchas e uma de largo pela praia não dar mais lugar reservando charcos e alagadiços principiando na dita paragem das conchas e indo correndo pelo rumo do Norte até donde acabar as ditas tres leguas de terra para as cultivar com gados vacum e cavallar e lavours de tudo pagando dizimos a Deus na forma dos Estillos, E.R.M. Despacho do Governador mandando passar carta de sesmaria em São Paulo, 24 de Outubro de 1732.

A carta de sesmaria está publicada em Documentos Interessantes de S. Paulo Vol. XXXVIII pág. 331.E' a Carta de Confirmação já outorgada pelo Rei D. João. O rei assinou em 8 de Novembro de 1734.

Nesse mesmo Vol. estão publicadas as cartas de sesmaria de Francisco Xavier, nas Conchas, assinada pelo Rei em 9 de Novembro de 1734 e a de Francisco Vicente Ferreira, morador em Santos, confirmada pelo Rei em 2 de Dezembro de 1734. Esta sesmaria é nos campos devolutos da ponta do Itapoã.

O processo da sesmaria de Manoel Gonçalves Ribeiro está arquivado no Archivo de São Paulo e foi copiado do próprio original pelo saudoso **general J. Forges Fortes.**

VELHOS DOCUMENTOS RIOGRANDENSES

Copiados e anotados pelo **Dr. Manuel Duarte**

MENSAGEM

do Conde de Caxias à 1.^a Assembléia Provincial, a 1.^o de março de 1845

"Em 9 de novembro de 1842 tomei posse da Presidencia desta Provincia, e do commando em chefe do exercito em operações, para que tinha sido nomeado por carta imperial de 28 de setembro d'aquelle anno. A revolução, que n'esta Provincia fizera sua explosão em 20 de setembro de 1835, por motivos que a historia algum dia relatará, adquiria na sua já tão longa duração novos incrementos, redobrava suas expectativas, e refazia suas forças, sem que nada annunciasse o fim da sua torrente, apesar do muito que para isso se fazia. Assim achei a provincia, como bem sabeis. No campo era o pleito, e o exercito imperial me chamava à sua frente para abrirmos a campanha. Depois de dar todas as providencias para que a minha auzencia da capital da Provincia não tornasse a marcha dos publicos negocios, saí no dia 25 de Janeiro de 1843 para o exercito; e desde logo encetei as operações, não com o unico meio de chamar os dissidentes à ordem, mas como um meio auxiliar da politica de conciliação, que empregava, e que sempre empreguei em iguais casos, para poupar sangue de irmãos, por quanto repetidos exemplos nos tem mostrado, que nascendo a divergencia e a desordem das ideias, e das paixões do tempo, o tempo a gasta, e a palavra, e a persuasão que as propagam, tambem por sua vez se distraem, e por fim reúnem-se os homens numa mesma crença, abjurando seus passados preconceitos, filhos do tempo e da falta de experiencia, e muito mais ainda quando os ligam os santos laços da confraternidade.

"Com este pensamento fiz a guerra, que durou ainda dous annos da minha presidencia; e com este pensamento desenvolvido, e posto em ação, sem jámais ser desmentido, está em paz esta parte do Imperio; e em tão boa, e consolidada paz, que, apoz nove annos e meio de uma guerra, que apenas terminou em 28 de fevereiro de 1845, francamente se pode atravessar toda esta vasta campanha, sem se encontrar um só

homem armado, que ainda dispute sobre exageradas ideias, que já o tempo consumio. Todas as autoridades civis estão restabelecidas, no exercício de suas funções constitucionais; a paz reanima todos os ramos da publica felicidade, nascida do seio da desordem, enriquecida com a dolorosa experiencia do passado, apregôa as vantagens da Monarquia Constitucional Representativa. Esta tão extraordinaria metamorphose é devida em parte ao character que sempre conservaram os legalistas, e os dissidentes. Nos Campos os conheci gente brava, digna de fazer parte da união brasileira! Além de que são todos os brasileiros humanos, sinceros, entusiastas, e aferrados ao seu paiz, faceis em perdoar, a esquecer e a conformar-se com as ocorrencias dos tempos”.

Nótula:

Esses, os tēmos cavalheirescos e nobres, singelos e discretos, da primeira mensagem do presidente da Provincia, o grande Caxias, à Assembléia Provincial, quando ajustada a paz no Rio Grande, que emergia do fulgurante decênio farroupilha.

Era a segunda Assembléia riograndense, que se convocava: — a 1.^a, decorrente do Ato Adicional, inaugurada em 34, seria trepidante rastilho de pólvora que inflamaria as paixões revôltas dos Pampas gaúchos. Terminadas as lutas farrapas, elegia-se a 2.^a, da qual seriam socraticamente excluidos os máximos centauros da Epopéia.

Leem-se, no memoravel documento centenário, palavras sóbrias e moderadas, de fraternidade inteiriça e patriótico esquecimento, que sóem enunciar a supervisão de genuinos estadistas, capazes de sobrepôr aos próprios sentimentos inalienaveis os altos interesses da nacionalidade, de que são tipos representativos.

De feito, invicto cabo de guerra sulamericano, em verdade foi Caxias consumado homem de Estado, e o predestinado nume tutelar da incipiente Nação Brasileira, de que seria seu vulto culminante, na centúria XIX.

Insigne estrategista, vitorioso de todas as batalhas, pacificador de quatro Provincias conflagradas, — o Duque de Caxias foi, juntamente, incessante nucleador de energias benfazentes. Vencedor, exercitaria, de imediato, as armas da própria brandura, persuasão e tolerância, com cujos fatores irresistíveis desarmaria espíritos intransigentes e idealistas exaltados. E' que em Caxias espontava a divina centelha de homem superior ao próprio tempo e meio: — seus gestos lhe traçam a composição do sereno perfil, na magestade olímpica da própria grandeza sem paraláxe. Sua presença imponente soia despertar entusiasmo e confiança comunicativa.

Mas a predestinação do grande homem lhe trouxe do próprio berço o imperativo de supremo fiador da unidade pátria, no tempestuoso século XIX e, por igual, o de perpétuo guardião do exótico trono bragantino.

Em verdade, a consciência viril da nacionalidade tinha crescido para a conquista da própria independência, sob a forma de República federativa, cujo é o inelutável destino geográfico e sociológico da imensa Brasilidade. De modo que a transição pelo Império unitário, sem tradições monárquicas, sem, pois, ambiência propícia, nem o mínimo calor das convicções coletivas, — desfecharia nesse eterno dissídio entre o povo, a realeza adventícia e a postíça nobreza, cujo arremedilho parlamentarista encheria de prosaicos relêvos de utópica vida intensa, de mera fachada litorânea sem fundo, a ilusiva aparência do progresso nacional, apostrofado na eloquência dos oradores oposicionistas...

Deveras, foi a espada invicta e generosa do Condestavel do Império que suavizaria de temperança, moderação e estoicismo, os anseios nacionais, acorrentados na estreiteza irresgatável do monarquismo inexpressivo e retrógrado. Em suas campanhas memoráveis, Caxias restauraria a ordem civil conturbada, mas impulsionaria o sentimento fraterno, de concórdia humana, benevolente e coesiva, na alma vernal do nacionalismo insatisfeito

Assim procederia, marcantemente no Rio Grande, onde o término de sua carreira militar, nas revoluções periódicas, de sumo garante, de invencível e extrênuo sustentáculo da legalidade. Porque no Rio Grande, foi Caxias igualmente guerreiro de pról, que magnânimo pacificador, profundamente nacionalista. A magnífica ofensiva que iniciara, a 25 de janeiro de 43, foi, — ele próprio o disse, — foi “um meio auxiliar da política de conciliação”. E nesse entrementes, foi dominando-os, mais pelo exemplo socrático das virtudes conciliatórias, do que pelo desgaste de vidas de irmãos adversos, imolados na sangueira hedionda das batalhas. E, enfim, venceria heróis indômitos, já ha longos dez anos, insubmissos, “por motivos que a história algum dia relatará”, — como proféticamente escreveu o Lidador excelso, o qual apelaria, assim, para a posteridade insuspeita, donde haveria de descer a decisão condenatória ou a definitiva referenda ao idealismo federativo dos Farroupilhas epopéicos de 35.

Sublime Pacificador da mocidade perêne dos Pampas imortais!

RELAÇÃO

dos que, de 1777 a 1780, abandonaram suas fazendas no Destrito de Vacaria

P.^a o S.or Brigadr.^o Gov.or.....

Lista dos que Se..... odarão (mudaram) antes da Inv.....o (invasão) dos Bugres desta Vacaria.....

O Cap.am (Capitão) Bernardo José Per.^a que extraio todo o Gado, e animais Cavallares, e deixou a Sua Est.^a despovoada, vai a dous annos.

O Coronel Rafael P.to Bandr.^a da mesma Sorte — Vai a Sinco anos pouco mais ou menos.

A Thereza Machada, emquanto a gente, despovoou antes da invasão dos Bugres, e emquanto os animais, depois da dita invasão, a dous anos, e meyo.

O Capp.m Joaq.m Jozê Per.^a.... tudo despovoou antes dos Bugres hav... (haverá) ano e...yo (meyo)

Jozê Roiz' homem cazado modouce para a Laguna, e pello Natal, fez venda da Sua Estancia aos mulatos do Cap.m Jozê Per.^a haverá pouco mais de dois.

Fran.co Roiz' homem cazado tãobem Semodou p.^a Laguna Com toda a Sua familia, evendeo a Fazenda a Seu Irmão Manoel Roiz' este a pouco mais de ano.

Salvador Bueno da Fon.ca Ten.e (tenente) feito pello Capp.m Pedro da S.^a chaves a dois anos pouco mais, ou menos, que fay buscar novo estavelecim.to pelas partes do rio pardo, ou rio grande deixando aqui Sua familia, e faz.da no mesmo estado este a perto de dois annos.

Balthazar Gomes de escobar, e Godoy vendeo ao Cap.m Joaq.m Jozê Per.^a, e este a passou a Joaq.m Anto de Olivr.a (Oliveira) paScanço o dito Balthazar para S.to Anto da Goarda Velha Levando Com Sigo toda a Sua familia este apouco mais de ano.

Jozê Per.^a da S.^a vendeo a Sua Estancia a Joaq.m Anto de Olivr.^a e os animais ao Ten.e APollinario de Almd.^a Roriz' q... (que foi) para a V.^a das Lages; e dipois de todas estas vendas Se auzentou... na ocazião dos Bugres p.^a as partes de Viamão este haverá hú ano.

Ignacio Ant.to Corr.^a.... oq.... Seacha na povação vendeo os animais, e a deixou despovoada haverá hú ano.

Anzelmo Jozê Com Mulher, f.os, e Escravos modouçe p.^a a Laguna deixando a Sua estancia despovoada, e dos animais Senão Sabem Com Certeza adonde Se achão hú ano.

Salvador de Candia Nogr.^a homem Cazado modouçe p.^a as partes do rio tubarão deixando na estancia hú f.^o que tem Cuidado nella este haverá dois anos.

O Cap.m Anto da Costa Ribr.^o (Ribeiro) homem Cazado modouçe p.^a a laguna Com toda Sua familia deixando a Sua est.^a no mesmo estado em poder de Seus escravos este haverá dois anos.

O Ten.e Apollinario de Almd.^a Roriz' haverá tres anos Com pouca diferença foise Cazar e.... guna, (Laguna) e Lá tem estado M.or (morrador) Com Sua familia deixando Sua Est.^a na Costa da Serra em poder de hú Capataz Seu escravo.

Fran.co ALz' (Alves) de Olivr.^a homem Cazado Semodou p.^a as partes de Viamão Com toda Sua familia e vendeo Sua Fazenda a Joaq.m Anto de OLiveira este haverá tres anos.

Vacaria 23 de M.ço de 1781 Manol (Manoel) da Fon.ca Pais
Alf.es da Companhia de Aux.es

Lista dos que Semuda..... dainvazão (se mudaram depois da invazão) dos Bugres f.ta.

Jozê Per.^a mudouçe p.^a a Laguna Com toda Sua familia vendendo os animais, e deixando os Campos de Valutos.

Sipriano da Costa.... (Monteiro) homem Cazado modouçe p.^a as partes de Coritiba, vendendo a Sua fazenda ao Ten.e Apollinario.

O Ten.e Apollinario de Almd.^a Roriz' a Sua Fazd.^a dos fundos retirou a gente deixando todos os Seus animais.

Jozê ALvz', homem Cazado em Sorocaba no tempo em q' vin.... (vinha) p.^a Sua Fazd.^a da... aslh com Sua m.er teve avizo do Suceço de q'.... deixou vendo(?) Só vendeo os animais, e deixou os campos deValuto Cujos animais Seria quinhentos e tantos em numero cuja venda fez indo Co..... (com a tropa) de marcha no destrito das Lages.

Jozê Carn.... (Carneiro) Geraldés retirou Sua gente e animais p.^a as partes de viamão, deixando os Campos deValuto.

Pedro de Barros Leite vendeo a Sua Fazd..^a a Julio da Costa, e eLe foy p.^a S. Paulo Com a Sua tropa deixando a Sua familia.

...dante Jozê Roiz' Betim vendeo a Seu estavelecim.to a Joaq.m Jozê Per.^a e eLe foy p.^a S. Paulo com a tropa. (Comandante José Rodrigues Betim).

An.to Jozê de...taz (Freitas) Cazado semodou p.^a S.to An.to Com Sua familia, e deixou Sua Fazenda entregue a hû Capataz.

Vacaria 23 de M.ço de 1781.

MaoeL da Fon.ca Pais Alferes da Companhia Aux.ar

(Cópia autêntica feita pelo Pe. G. Pauwels, no Arg. Nacional).

NOTA:

Nos recenseamentos a que procederam o capitão Joaquim da Silva Chaves e o provedor da Fazenda Real, Inacio Osorio Vieira, em 4 de agosto de 1785, vem sucessivamente consignada esta observação decepçionante e, em parte, imaginária:

“Os campos que se dão por devolutos e despovoados na Vacaria já houveram nelles Fazendas estabelecidas cujos senhorios as desampararam umas por não crearem animaes por serem os campos agrestes e outras por serem sujeitas as continuadas irrupções que por aquella parte fazem os Indios Bubres das Missões por cujo motivo ja não ha quem queira habitar nellas nem conservar estabelecimento algum”.

Sem dúvida alguma, foram as contínuas irrupções dos índios missioneiros que geraram alarmante principio de êxodo entre os fazendeiros daqueles campos magnificos, que se prestam à criação de toda espécie de semoventes.

Certo, haveria, naqueles tempos longínquos, extrema dificuldade na obtenção de sal, absolutamente indispensavel à alimentação dos gados. Este era, porém, o lado secundário do problema. O capital seria a permanente ameaça e, aié, assalto do gentío vingativo e irreconciliavel com os portugueses, que lhe havia usurpado os domínios povoados de semoventes. A qualidade dos campos ficaria conhecida e julgada, com a presença, naquelas paragens maravilhosas, do grande Veiga Cabral, que as visitou, logo após a violenta incursão do gentío. (Nota curiosa: até hoje, foi Veiga Cabral o único administrador gaúcho que já esteve naquela região) Depois de a inspecionar, assim se expressa ao Vice-Rei o arguto e enérgico Veiga Cabral, que para ali partiu a 15 de março de 1781 e lá chegou a 23 do referido mês:

“Pondo em execução a Revista dos Destrictos de Cima da Serra, Vacaria, observey a desordem que a falta deconhecimento daquele terreno havia ocasionado, e tive a satisfação de deixar algumas providencias a que era imposivel satisfazer por meyo de informações estranhas: dezenganey-me que os campos decima da Serra são bons, eos da Vacaria os mais apraziveis que tenho encontrado...”

Essa falta de garantia inicial ao sossêgo daquela população é que ia despovoando “os mais apraziveis campos que tenho encontrado”. Foram as enérgicas providências tomadas pelo grande administrador, que

evitaram “se evacuassem os districtos de Vacaria e de Sima da Serra, se eu expressamente os não prohibice, prometendo-lhe os socorros de que necessitacem”, ante “o risco imidiato de perder hua das importantes Fronteiras deste Continente”.

Desses primeiros retirantes, o capitão Bernardo José Pereira foi inveterado negociante de terras. Era cunhado de Rafael Pinto Bandeira e com ele teve sociedade pastorfeia na fazenda que cada um possuiu, no Planalto. De Rafael se sabe que, em 1773 vendeu a Antonio Luiz Corrêa de Queiróz a sua estância em Vacaria, a qual apresentava os seguintes limites: Por uma banda o capitão Bernardo José Pereira; por outra, o alferes Manuel da Fonseca Pais; por outra o furriel Lourenço Rocha, fazendo fundo ao rio das Pelotas.

Essa operação foi pela importância de 3.200\$000 réis, e nela estavam incluídos mais: 700 rezes de cria, 4 burros, 2 burras, 170 eguas, 30 cavalos e 3 escravos.

O capitão Bernardo faleceu em s/casa, no rio dos Sinos, a 8-6-1811, O insigne Cabo de guerra Rafael Pinto Bandeira foi outro consumado negociista.

José Rodrigues e Francisco Rodrigues de Jezus, lagunenses, são irmãos de Manoel Rodrigues de Jezus, em cuja companhia vieram povoar o Planalto. Mais tarde ambos venderiam suas terras e tornariam para Laguna.

Inácio Antonio Correia mais tarde continuaria na sua Fazenda.

José Alves de Gusmão era filho de Matias Alves de Gusmão, paulista e grande fazendeiro em Cima da Serra. José casou-se, em 1779, em Sorocaba, com Gertrudes Maria, filha de Manoel Coelho de Seixas e s/m. Luiza Corrêa. A essas núpcias se refere a Relação dos “que se retiraram depois da invazão dos Bugres”.

José Carneiro Geraldês foi grande negocista de terras. Era também oficial de linha.

Comandante José Rodrigues Betim é o genro de Baltazar Gomes, com quem se retirou do Planalto e foi residir em Santo Antonio da Patrulha.

Antonio José de Freitas é o famoso tropeiro e forte estancieiro de Cima da Serra, natural de Braga, filho de Francisco Fagundes e s/m. Maria de Freitas da Alma. Foi c/c. Inacia de Jezus, filha de José Pereira Terra e s/m. Margarida de Jezus. Nasceu na Colônia do Sacramento, e era irmã de José Pereira da Silva, outro genro de Baltazar Gomes de Escobar e Godói.

DeValuto.

A população que formou o cerne inicial da gente do Planalto, viveu no insulamento implacável, sem meios de comunicação e sem contato com os centros litorâneos, onde é incansável a administração, da Colônia à centuria XIX, em facultar amplas condições de desenvolvimento, de progresso e cultura. Naquele ensôo integral se aprimorariam as máximas qualidades de energia, vivacidade e coragem para enfrentar as adversidades do infortúnio sem remissão.

Em compensação, ali se perpetuariam os hábitos, língua e costumes da época remota da migração dos núcleos povoantistas.

Porisso, nota-se, ali, a sobrevivência de vocábulos correntios à era do povoamento. importados da Ibéria. O fenómeno já foi desenvolvido noutro trabalho (no livro — “No Planalto”).

De presente, cumpre referir o termo — DeValuto — que se radiaria no linguajar planalteano, tenazmente, através das gerações que se hão sucedido, naquela esplêndida civilização nacionalista.

Efetivamente, a forma antiga — devaluto, devaluta, contemporânea da migração, é, ali, a forma corrente, popular e insubstituível.

Lembra, também existente, no Planalto, o vocábulo — viso-rei, que o povo não muda para vice, — viso-intendente, viso-presidente, etc.

Este fundo intransigentemente nacionalista é incomparável, no Planalto: — não penetram, ali, esses modernismos que vão corrompendo a língua, mas, acarinhm-se, ali, as palavras que representam as bases mais profundas da nacionalidade, — a pureza indefessa da língua.

MIGUEL PEDROSO LEITE

Do inestimável Recenseamento a que, por iniciativa particular do humilde sacerdote, (Padre Manoel Muniz Simões) se procedeu em Lagos, (1798-1802) verifica-se que o destemido Sargento-mór Miguel Pedroso Leite era, em 1801, residente e fazendeiro estabelecido com fazenda de criar, naquela Vila, fundada pelo português Antonio Correia Pinto de Macedo.

Efetivamente, consta do notável trabalho censitário este assento do insigne sertanista e respectivo solar:

"Miguel Pedroso Leite, sargento-mór reformado das Ordenanças da Villa de Castro, natural de S. Paulo, 67 anos. Casado. Branco. Fazendeiro. — D. Innocencia Maria Pereira Pinto, natural do Rio Grande de S. Pedro do Sul, 53 anos. Casada. Branca.

FILHOS: Escolastica, 14 annos. Solteira. Branca. — Maria, 11 annos. Solteira. Branca.

AGGREGADOS: Severino Alz. 41 annos. Casado. Preto. — Maria, sua mulher, 21 annos. Casada. Preta. — Salvador, seo filho. 1 anno. Solteiro. Preto. — Eva, 8 annos. Solteira. Preta. Anna, gentia, 2 annos, Solteira. Preta. — Manoel Franc.^o da Costa, 32 annos. Casado. Preto. — Izabel, sua mulher, 30 annos. Casada. Preta. — Luzia, sua filha, 14 annos. Solteira. Preta. — Gertrudes, filha dos mesmos, 8 annos. Solteira. Preta. José, seo filho, 5 annos. Solteiro. Preto.

ESCRAVOS: Victorino, crioulo, 37 annos. Casado. Preto. — Maria Angolla, sua mulher, 47 annos. Casada. Preta.

Tem Fazenda de criar animais Vacuns, cavalaes, e mulares, em que marcou no presente anno: Vacuns, 30; Cavalaes, 70; Muales, 32. Hé administrador dos animais de N. S. dos Prazeres Padroeira desta Parochia e marcou no presente anno Vacuns, 14; Cavallares, 16.

Accrescimo-Anna, Gentia 2.^a que foi primeiramente apreendida dentre os Gentios...

De jeito que o grande sertanista que, a 3 de fevereiro de 1773, adquire a Manuel de Barros Pereira a imensa sesmaria que Barros possuia, desde 1743, em Cima da Serra (Fazenda do Menino Diabo) já a 2 de junho de 1782 a vende a Antonio Gonçalves Padilha, povoada de criações.

Afinal, em 1801, é fazendeiro e assistente em Lages, onde só tem em sua companhia as duas filhas menores, — Escolástica, de 14 anos de idade, e Maria, de 11.

Em cabo, em 1811, faleceu, nesta Capital, o famoso sertanista, cuja imensa prole se perpetuaria em famílias ilustres do Rio Grande do Sul.

E' do teor seguinte o seu registo de óbito:

“Aos vinte sette dias do mes de Mayo de mil oitocentos e onze nesta Villa de Porto Alegre, falleceo de molestia interior com os Sacramentos da Penitencia, e Extrema unção, o Sargento-Mayor Miguel Pedroso Leite, viuvo de Dona Inocencia Pereira Pinto, filho legitimo do Capitão Antonio Pedroso de Oliveira Leite e de Dona Maria Paes de Almeida Cavalheira, natural e baptizado na Cidade de Sam Paulo, de idade de oitenta e cinco annos, pouco mais ou menos: foi encomendado pelo Reverendo Coadjutor Agostinhô Joseph de Sam Payo, e sepultado no Cemiterio desta Matriz. E para constar fiz este assento.

Vigario José Ignacio dos Santos Per.^{an}.

(Livro 2.^o de Obitos, de Porto Alegre, página 193).

CARTA HISTÓRICA

de Domingos José de Almeida

Oferecida pelo digno conterrâneo sr. Antonio José Gonçalves Chaves, recebemos a preciosa carta do grande lidador farroupilha, escrita aos 2 de março de 1824, a outro vulto insígne da vida riograndense, Antônio José Gonçalves Chaves, ilustre bisavô de nosso inteligente ofertante, a quem agradecemos. Trata-se de admirável documento histórico-político, que tão ao vivo retrata a incerteza e desassossego nacionais que os aziagos dias da Independência acarretaram.

Eram missivista e destinatário dois grandes amigos, que, sem serem riograndenses, foram expressões representativas da sociedade gaúcha, que exalçaram e dignificaram. Ambos empreendedores e cultos, exímios organizadores e possuidores de talentos de escol, — ponteiaram as atividades progressistas da época, dotados, ambos, de iniciativas fecundas e realizações esplêndidas. Ambos glorificam a agitada e nobilíssima história do Rio Grande do Sul.

Em homenagem ao grande ministro da fazenda do Governo farroupilha, divulgamos, em nossas colunas, na íntegra, a carta do insígne compatriota Domingos José de Almeida, a qual versa assuntos históricos, de vivo interesse nacionalista.

“Snr. Antonio Joze Gonçalves Chaves (1).

São João 2 de Março de 1824

Meu estimado am.^o e Snr. Tenho pres. a sua de 5 do pp. q. em

(1) — DR. ANTONIO JOSE' GONÇALVES CHAVES.

Em 1780, junto ao Arroio Pelotas, em terrenos concedidos, no ano antecedente, pelo governador da capitania do Rio Grande, José Marcelino de Figueiredo, a Manoel Carvalho de Souza, fundou José Pinto Martins, vindo do Ceará, uma pequena charqueada.

Em torno dela e de outras que se crearam, logo depois se foram estabelecendo diversos moradores que, espalhando-se pelo interior, se fixaram mais tarde no sítio onde está hoje a cidade de Pelotas.

Em 1805, chegou ao Rio Grande do Sul Antonio José Gonçalves Chaves, natural da vila do Chaves, na provincia portuguesa de Traz-os-Montes.

resposta am.^a me informa dos successos tendes acontroversia do Pe. Az.do e seu modo de racio cinar a esse resp.to, persuadindo-se nada mais poderá resultar, q algu desabafo; porem q de toda aforma não lhe faltará com q se divertir, em razão deestar já no R.^o Gr.de o Mand.^o p.^a nova Devassa. Tão bem me assevera, q dos papeis publicos mais modernos secolhe hua marcha firmemente Constitucional; q as Provincias do Norte permanecem no Systhema; q os sentimentos universaes daq.les povos concordão com as providencias praticadas pelo Governo do R.^o eq os elementos descordantes,ou estão barra fora, ou aembarcar. Q no R.^o se tem posto energicas providencias em ação, afim de repelir as forças, q se desconfia mandarem de Lx.^a q o Imp.dor vai p.r 12\$ homens em campo, eq tudo ali são preparativos belicos. Q ja se acha na Camara desse Distr.^o 2 L.os, p.^a a imitação do R.^o de Janr.^o, assignarem pro, ou contra (q Deos nos livre) o Projectode Ley fundamental dado pelo Imp.dor, eq ha diversas opiniões, como he natural&&&... Emq.to ao P.e direi, q mui breve overemos na Igreja, eq talvez demais a mais sejamos constrangidos aimplorar-lhe clemencia... (menos eu) p.r q segundo appropri expressão do Imp.dor no seu Proclama da dissolução da Assembla, q.do diz-q se a Assembla não fosse dissolvida, nossa S.ta Religião seria destruida, e nossas vestes tintas de sangue— deixa ver, q o fanatismo religioso está embraçado com o politico, germen ou garante do despotismo, q assoma nosso paiz; e q portanto só nos resta gemer... Santo Deos com q presteza se mudão as cenas, efenecem as esperanças do homem!!!

Eu não tenho lido papel publico algu, posterior a 4 de Dezembro, e apezar da lisongeira noção, q vem delles me dá, não posso p.r mais, q queira convencer-me da legalid.e das medidas, q elles como m.to Constitucionaes transmitem; principalm.te s enas m.as combinações vejo esse m.mo aparato belico, como só destinado a aterrar os espiritos; a

Atico, metódico, inteligente, empreendedor e instruído, devia Chaves ser bem sucedido em qualquer empresa que empreendesse.

Foi ele o primeiro que organizou uma estatística do comércio de importação da provincia.

Em setembro de 1820, foi visitá-lo em sua charqueada o sábio Augusto de Saint-Hilaire, que em seu livro "Viagem ao Rio Grande do Sul", talvez a obra mais interessante que até hoje se tenha publicado sobre o Estado, se refere a ele nos termos mais lisongeiros.

"Chaves (são suas palavras textuais) é um homem instruído, que conhece o latim e o francês, estudou história e conversa muito bem".

Não se limitavam a isso, porém, seus trabalhos intellectuais. Em 1822 e 1823, publicou as "Memórias Ecônomo-politicas" sobre a administração pública do Brasil.

A 4 de agosto de 1871, no Rio de Janeiro, onde se achava com a familia, faleceu o Dr. Antonio José Gonçalves Chaves, no pleno vigor de sua actividade, contando 58 anos de idade

Alfredo Ferreira Rodrigues

inthusiasmar os monstros inimigos da Liberdade dos Povos; e aos menos intruhidos a pegar em armas, p.^a o depois tingilas no sangue de seus Conciudadãos: eoq inda mais faz disconfiar detal Constitucionalidade, são as deportações dos descontentes, sem mais formalidade de processo&&& Avinda de tropas Portuguezas, p.^a mim sempre foi illuzoria, eqm não vê q sem hu sem.e pretexto, o numeram.to de 12\$ homens no R.^o de Janr.^o, patentearia emediatam.te as outras Provincias do Imperio, qual a sorte, q as espera, se ouzarem fallar em Liberdade, ou reccuarem hú só apece do Systhema do R.^o, eassim debaixo deste especiozo pretexto descansarão em boa fé, etem o Imp.dor campo vasto p.^a com novas merces, e novos postos adquirir prozelitos, e levar avante o grande plano comessado. Com effeito, sebem reflectirmos nos meios com q vai por-se em vigor o Projeto de Constituição; qm deixará de estremecer ao ponderar q seu fucturo destino vai fixar-se com as subscripções de huns Joaqm Miz, Luiz Marq.s, e outros sem.es, sem criterio, p.^a de hú volver d'olhos penetrar o são, e podre de tal Projecto!!! Grande lembrança ?!! Louvores sejam dados a Ill.ma Camara do R.^o de Janr.^o, que soffrega p.r Constituição, e temendo as discussões tardias de Corpos deliberantes, onde não he possivel q todos os seus membros estejam ao facto das difficuldades q se encontrão (suas palavras) recorra as assignaturas p.r q o povo está aofato detudo...&&&

Que factalidade he anossa — ter apenas provado o saborozo pômo da Liberdade, e vélo tão depressa precipitado no cahos do nada, e com elle milhares de victimas ? Eu não me avanço ajulgar do tal Projecto, p.r q inda o não vi, mas o 4.^o poder politico Imperial faz-me disconfiar m.to de sua duração, em razão deq no meu ver, o Imp.dor pode m.dar aforja otal Projecto, edar-lhe as ligas mais ou menos fortes como lhe parecer; paralizar os outros poderes; ep.r fim absoluctam.te absolucto, como q.r, e aquelle direito lhe facilita, ou permite. Isto supposto se as intenções são boas, os meios não são os mais proprios; e o tempo resolverá o problema.

Dos sucessos posteriores á dissolução da Assembleia tenho corroborado, o q sempre pensei a esse respeito, pois atodas as luzes sevê, q toda amanobra he p.^a q mais senão veja Assembleia Constituinte, e sim a Ordinaria creatura do Imp.dor, sugeita aos seus caprixos, ep.r isso submissa executora de seus decretos, ou devontades Ministeriais &; por tanto, do ponderado seconhece o delicto dos Deputados espatriados, e orisco q corre pensa liberalmente, como vg-o Creado de S.m Raimundo; porem paciencia: com o tempo se mudão as opiniões, eas circumstancias faz o homem.

Do deduzido pondere vm.ce a agitação, q terei soffrido na contemplação das desgraças, q podem sobrevir a húa Nação como a nossa, digna-naverde de m.or sorte; ou pelo menos no regresso do Snr Desputismo, q de necessid.e não hade ser m.to indulgente, p.^a p.r meio do terrorismo consolidar seu imperio; e se não diga-o os deportados. En-

fim não tardaremos aver até os mais pequenos Comm.des fazerem des-terros, ou pelo menos enviando ainquizição politica Listas de Cidadãos pacificos, ebenemeritos como merecedores de proscripção; e se estes sucessos tivessem apparecido amais tempo, talvez o Sr. Pinto se en-saiasse comigo, ep.m sabe com q vontade dez.^a omeu regresso.

A vista pois do q levo ponderado m.tas vezes mejulgo feliz p.r estar neste campo em ocazião tão critica, e sem pessoas com q.m no calor de expressões desenvolvesse algú sentim.to menos frizante, pelo q me resultasse dissabores e encomodos de maior monta; e persuada-se vm.ce q senão fôra as m.as circumstancias, e estar devendo algúas pa-tacas, eu me desagradaria dahi p.r von.te e com m.to prazer, restando-me som.te o pezar de sua amavel amiz.de e de outros mui poucos, q eternam.te saberei agradecer.

Neste ponlo sinto sensações bem violentas, vou p.r isso mudar de sentido. Remetto-lhe tres pequenas mostras de ouro de tres diversas minas, q p.^a não estar malucando nestas couzas, tenho vizitado. Vão numeradas, p.^a juntam dar ideia da abundancia, equalid.e. A mostra N.^o 1 assim classificada p.r me parecer m.or ouro, edemais subido Ky-late, he do Leito dehú pequeno arroio, eachava-se nalguns cabeços de pissarrão, ou argilla quase petrificada, em cujas frestes se introduzio pela violencia das cheias; deixando p.r isso ver-se, q o ouro não tem ali a sua matriz, e sim em algú vieiro, q despeje p.^a ali suas vertentes, e corrobora bem esta m.^a persuasão húa pequena folhetinha, q verá en-cravada nhúa pedra crestalenta mui defferente daquella do leito do arroio. A mineiração do arroio de persi não deixaria defazer conta, e o vieiro, ou matriz deve necessariam.te ser mui rico, mas perciza explo-rar-se, e isso se não pode fazer sem concessão do governo. A mostra N.^o 2 he tão bem do leito dehú arroio, q desagoa em Camaquã; eu me admi-rei dever tanta grandeza, etão mal aproveitada; pois de trezentos homens, ou pouco menos q ali vi, nenhú sabia lavar húa bateia de cascalho, eposso asseverar q aproveitavão só húa decima p.te eassim m.mo fazião dejornaes, q.do m.to infelizes de oitava p.^a cima p.r dia: apropriã areia, q o rio na força de suas cheias atirou p.^a fora, faz destes jornaes, e p.r aqui pode-se julgar da grandeza dos poços; nhú dos quaes, q dava agoa pelos peitos, osmergulha dores fazião seu jornal dè 4 a 5 oitavas p.r dia: este ouro apezar de ser mais geral, ecom maior abundancia, tão bem mostra q tem em algú vieiro dos montes sua matriz, o qual deve ser abund.emte rico. He p.^a dezejar q o Governo de S.M.I. estabeleça Comp.as, p.r q só p.r meio destas se pode extrahir dos poços tão abund.e, e tão preciozo metal; nodia q ali estive, eq em menos de hú quarto dehora extrahi o da amostra, chegou húa partida, q a requerim.to da proprie-taria da estancia despejou todos os faiscadores, pela maior p.te mize-raveis, q achando sempre a cultura, e afortuna avara, p.^a com elles, dali tiravão p.^a sua subsistencia, e eu calculo terem extrahido de 4 a 5 arro-bas de ouro. Emq.to amim acho ser hú dever do Governo repartir os

logares faceis com esta pobreza, eos logares deficeis reservar p.^a a Comp.^a q acima menciono; pois adizer aver.d.e he pena q durma sepultado por mais tempo hú cabedal, q p.r abundante copia podia, ou ajudaria florecer m.to nossa Provincia. P.^a a recepção do 5.^o e evitar-se o contrabando, q olevará todo da Provincia deve-se estabelecer em Cassapaba húa Caza defundição; e eis hú novo bem publico encarado não só q.to bem q pode resultar ahúa povoação central; ao Comercio, e civilização, como tão bem pelas barras q não faltão ambiciosos q as conserve, e isto sempre he ouro q fica no paiz. Cassapaba pois como Destricto ou-rifiro promette elevar-se acima de todas as povoações centraes desta Provincia, e permita a providencia breve se verifiquem os meus votos. Do ouro da amostra N.^o 2 comprei húa lt., que já remetti p.^a o R.^o p.r via do nosso am.^o Canarim, onde poderá ver, se ainda não tiver seguido seu destino; eu classifiquei em 2.^a ordem p.r me parecer mais inferior; porem veremos o q nos dizem do R.^o&

O ouro da amostra n.^o 3 he extrahido dehú Serrito longe bast.e de arroio, ehe hú evidente signal de q o seu Vieiro deve ser requissimo; porem hade custar adar-se com a linha, q odeve mostrar, em razão da rusticidade dos novos mineiros, eo nehú trabalho q empregão neste ministerio, pois contentão se em arrancar o capim, enada deprofundar, ou seja p.r medo das patrulhas ou m.mo p.r preguiça. Assim m.mo na flor da terra tem aparecido pedras encravadas, q tendo de pezo 15 lt. depois de secada tem dado 5 de ouro; cousa mais rica tão bem não he facil achar, mas tudo se virá a perder se o Governo não fizer as Comp.as q menciono; p.r opovo ja vai saboreando o tal modo de vida, ep.r isso hade tentar sempre novos serv.os, q p.r sua natureza, e má determinação vem p.^a o fucturo entulhar os arroios eesbandalham as pontas de linhas q devem mostrar as matrizes, ou vieiros, q depois defficulta os m.mos, ou só o acazo poderá patentealos. Eu classifiquei em 3.^a ordem p.r me parecer dos tres o mais inferior, porem algú naturalista decidirá. Eis aqui dezenhado o méu emprego ca p.r fora nos dias q omeu negocio me tem dispensado. Tão bem me tenho empregado na leitura dos livros dos Reis, q apezar de serem assaz fastidiosos ostenho devorado, não só p.r me instruir em alguns pontos q servem de baze a nossa religião como p.r não entregar-me inteiram.te amim m.mo. Com effeito acha-se ali cozinhas bem dignas dememoria. P.^a variar de pensam.tos tenho o nosso D. João de Castro, Luziades de Camões — Odes Pindaricas de Diniz, e assim vou passando otempo, ejuntam.te aproveitando atradução pelo Am.^o Ferr.^a de Condorcé, e Ruinas de Palmira &&

Finalm.te meu am.^o na contemplação da natureza, nas cauzas q tem dado logar ao aviltam.to da humanidade e nos fenomenos q detemp-os emtempos apparecem, mas sem fructo, p.^a libertar os povos do oppressivo jugo do despotismo, passo admiravelm.te livre dos barulhos do Az.do da impostura do M.el Pinto, dos enrêdos do Affonso Muzulmano,

e da raiva dos pez de chumbo; tenho engordado bastante, e como disse volto p.r q caresso dar contas demim. Bem sabe q nada he mais grato a hú am.º, q a comunicação, p.r tanto não seja omissio, escreva-me pois bem sabe q sou

Sempre am.º m.to obr.º

Domingos Joze d'Almeida".

NOTULAS EXPLICATIVAS.

Domingos José de Almeida era mineiro, natural de Mariana, onde nasceu a 9 de julho de 1797. O acaso fê-lo residente no Rio Grande do Sul, onde ganhou justa nomeada e se tornára tipo representativo do seu tempo, — energia de vontade, honradez impoluta, sinceridade de convicções e largo espírito de sacrificio, na defesa de seus nobres ideais patrióticos. "Espírito de tendencias acentuadamente liberais, — diz dele desvelado e inteligente cultor da História — Domingos José de Almeida integrou-se de imediato no movimento de idéias que agitava o velho Continente. Possuindo cultura superior, para o seu tempo, ele não demonstraria a ser figura saliente e destacada". (Otelo Rosa, "Vultos da Epopéia Farrroupilha", p. 106).

Ministro da Fazenda do governo farroupilha, "é aí que se vai afirmar, de forma impressionante, a capacidade desse homem, a visão política que o faz uma figura máxima da revolução. Esclarecido, enérgico, culto, de uma atividade singular, Domingos Almeida centraliza em suas mãos hábeis e honradas a administração — árdua, penosa administração — do novo Estado. Organiza o Tesouro da República e promove uma série de medidas eficientes, no sentido de assegurar nos negócios públicos continuidade e ordem.

"E", enfim, o verdadeiro estadista de 1835. E revela-se, no decênio, um exemplo de probidade administrativa, reflexo, aliás, de uma honradez individual que o levará, depois da paz, a convocar os credores e apresentar-lhes um balanço de seus bens, em que estavam incluídos os "brincos" de sua esposa, e o seu relógio de algibeira..." (Otelo Rosa, obr. cit. p. 107).

Exaltado liberal e incorruptível patrióta, Domingos Almeida, em plena terra natal, onde fôra a negócios, escreve, de São João del Rei, ao grande amigo, a carta, ora saída do arquivo da importante família Gonçalves Chaves, e divulgada na Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Nessa missiva amistosa se revela o moço nacionalista e observador dos fastos que agitavam a alma nacional daqueles tormentosos dias, arguto analista e penetrante pensador. De começo mete a ridículo o pobre do sacerdote absolutista e outro anônimo — Pinto — com cujas expressões caricaturais se diverte. Foi essa nuga cruelmente absolutista, que assinalaria o eterno dissídio entre a alma nacional, e

volvida para a independência republicano-federativa, detida pela intromissão bragantina, que levanta o unitário trono postigo, destinado a ver banir-se o seu fundador, nove anos depois. Longamente seria a mentalidade lusitana que se assenhoraria dos postos dirigentes, na administração e no exército, e forjaria inconjurável incompatibilidade entre o puro espírito da nacionalidade e o retrogradismo “pés de chumbo”, como o crismaria a ironia dos patriotas, para entrar, em definitivo, na História.

A época da preciosa missiva, vivia-se no calor de gravíssimos acontecimentos políticos, desde a dissolução violenta da Constituinte, até as ameaças de franco absolutismo. Daí, as considerações do jovem patriota: — “...não posso, por mais que queira, convencer-me da legalidade das medidas que eles, como muito constitucionais, transmitem, principalmente nas mesmas combinações vejo esse mesmo aparato bélico, como só destinado a aterrar os espíritos; a entusiasmar os monstros inimigos da liberdade dos povos; e, aos menos instruídos, a pegar em armas, para o depois tingi-las no sangue...” Ele receava a implantação, pura e simples, do absolutismo imperial: — “...e assim, debaixo deste especioso pretexto, descansarão em boa fé, e tem o Imperador campo vasto para com novas mercês e novos postos adquirir prosélitos...”

Cedo madrugou, no moço patriótico, o senso das cogitações nos problemas culminantes da nacionalidade, na aurora do seu nascimento, em que o volúvel e irrefletido espírito de Pedro I gerava as maiores dúvidas pelo futuro da incipiente Pátria livre. Vale a esplêndida missiva como alto depoimento das apreensões e fundados receios que assinalam o agitado primeiro reinado e conturbavam os verdadeiros nacionalistas.

Mas, temperamento vibrante de iniciativas, estuda, pensa e crê, em plena campanha da natalícia terra mineira, onde se detém na austera leitura clássica. Alí, assiste ao drama dos garimpeiros. Faz justas apreciações e mostra de quanto é capaz a sua lúcida inteligência, ao traçar linhas sóbrias, tão diretamente ligadas ao futuro econômico do nacionalismo.

Manoel Duarte

SUBSÍDIOS PARA O HISTÓRICO DA INTRODUÇÃO DO CAVALO NO RIO GRANDE DO SUL - Da Raça Árabe

coronel Luis Carlos de Moraes

E' sabido que o cavalo, como o boi, nossos contemporâneos, não existiam no Brasil antes de Colombo. Tanto nas lendas dos aborígenes, como nas línguas faladas por eles, não se encontra nenhuma referência a êsses animais, que nos autorize a afirmar o contrário dessa asserção. O que ficou dito a tal respeito sôbre o nosso país, applica-se a toda a América pre-colombiana.

Os índios, tanto os daqui, como os do Norte do Continente, mostraram-se grandemente surpresos ao avistarem, pela primeira vez, o extranho animal.

Os do México assustaram-se com a cavalaria de Fernão Cortez, julgando que homens e cavalos formavam uma só pessoa, e que êsses monstros eram capazes de devorá-los. Por sua vez Montaigne cita o fato de terem os índios do Rio de Janeiro, matado a pauladas o primeiro cavalo que viram, assustados ante o extranho **personagem**. Na falta de um nome próprio para o animal desconhecido, até então, deturpam o português e o castelhano: **cavarú cavajú**, formando tambem para ele o neologismo **mbaé-porá**, a coisa boa, na sua língua, querendo se referir ao sabor da carne, que muito estimavam.

Tenho para mim que o nosso vocábulo, nosso e do Prata, **bagual**, é tambem outro neologismo guaraní, creado pela necessidade do índio para exprimir cavalo: **mbaé=coisa, o que; guara=o que é de fora, o extranho, não natural do lugar**. **Mbaé** e **guara**, pela evolução, passaram a **ba** e **gual**, respectivamente, na boca dos europeus. A palavra primitivamente seria **mbaeguara, baguara**, e finalmente transformada em **bagual**, com a introdução dessa última letra, inexistente na língua do índio. Estarei fantasiando? Que digam os sábios no assunto.

Do exórdio feito, conclue-se, em suma, a não existência do cavalo na América, antes de Colombo. Trazidos pelos conquistadores, aqui se expandiram, tomando caracteres peculiares ao novo meio, guardando, embora longe, a feição dos seus ancestrais — o cavalo fíbero. Nada podendo afirmar sôbre autoctonismo desse, podemos, entretanto, dizer que

recebeu ele forte contingente de sangue bérbere e do cavalo oriental, já trazidos pelos mouros para a Península, já levados para ali pelas legiões romanas.

No velho casco da manada Sul-Riograndense, apesar da distância em tempo que decorre, desde a sua introdução aqui até o presente, encontra-se, a cada passo, os dois tipos específicos daquelas raças: ora o chanfro curvilíneo, herança do animal africano, ora o de chanfro retilíneo, denunciante da sua origem oriental. Radicado no meio rio-grandense, o rebanho oriundo da Ibéria, continuou a receber novos influxos do sangue ancestral, como passaremos a ver.

A mais antiga referência que encontrei a este respeito, consta da carta do Sargento Mór José Corrêa da Câmara, ao Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, datada de 18-3-1776, escrita das imediações do Forte de Santa Tecla, em Bagé. Diz assim: "Os cavalos arábios estão totalmente incapazes, os reyunos, e os das Companhias Ligeiras, tomáráo folego"... Continuando: "A cavallhada que pode ainda aturar hé a dos granadeiros, e a do Cipriano; a primeira porque tinha quatro mudas, e se lhe deo hua dos Arabios" (Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul). —

Segue-se em ordem cronológica, o grande espaço de tempo decorrido dessa data até o ano 1894-1895, quando o então Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário junto à Côrte de Portugal, o Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, importou do Nedje, (*) a leva de reprodutores, conforme informa na carta que teve a gentileza de escrever, prestando-me informações que lhe solicitara:

"Rio, 11 de agosto, 1931

Coronel Luiz Carlos de Moraes

Quartel General

Prezado Patrício,

Respondo à sua estimada desta data.

Já de Buenos Aires lhe havia escrito, em resposta à sua anterior, na qual me pedia informação sobre a introdução do cavalo Árabe no Brasil, que faz objeto da presente. Não me maravilha o extravio da minha correspondência. Ele foi frequente.

Em falta da copia da lacônica resposta, procurarei reproduzir o essencial do que nela dizia.

Depois de aludir à minha incapacidade para historiar com verdade a introdução do sangue árabe entre nós, limitava-me a dizer apenas o que comigo próprio se passou. Importei em 1894-95 do Nedje, (*) nas vizinhanças do porto de Gaza, (*) três reprodutores puros, que eu próprio

NOTAS — NEDJED é o nome de vasta região interior da Arabia, e GAZA, hoje GHAZZEH, é uma cidade maritima da Palestina, célebre na história judaica.

E' por esse porto, no Mar Mediterraneo, que se escoa grande parte do comércio árabe.

fui escolher, auxiliado por pessoas competentes. Dei a esses três garanhões os nomes de **Malek, Amir e Uazir**.

Tive-os por cerca de um ano em Lisboa, onde exercia o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário. Remeti-os depois (1896) para a minha estância de Ibirapuitan, Rio Grande do Sul, onde serviram, como reprodutores, durante cerca de 10 anos, menos Amir, que foi cedido a uma coudelaria do Estado do Rio Grande, onde deixou vasta descendência.

Em 1908 adquiri mais dois garanhões puros e algumas éguas novas, igualmente puras, do criador Argentino, Sr. Herman Ayerza, sendo um dos garanhões importados da Síria.

Entretanto, nunca me dediquei à cria do Árabe puro, tendo-o usado especialmente como regenerador. Desde a última década do século passado, me dedico a fixar, mediante um tipo, ou **standard**, estabelecido, uma nova raça cavalar, adaptada ao solo e meio ambiente do Rio Grande. Os sangues originais dessa combinação (a que se tem dado o nome de Raça A. B.) foram o Árabe, o Inrish Trotter e o Morgan, americano. E' um animal para vários fins, mas especialmente destinado ao exército, com um pouco mais de massa do que o Árabe, com muito mais tolerância do que ele para a humidade do penso e do clima e de muito bela apresentação.

Quanto a outras introduções de Árabes, nada posso afirmar com segurança. Sabe-se, entretanto, que em várias oportunidades, desde os tempos coloniais, entraram no Brasil cavalos de sangue oriental, alguns mesmo de origem pura. No Estado do Rio Grande, de quarenta anos para cá, têm entrado, segundo o meu conhecimento, mais de 20 garanhões orientais, mas infelizmente, nem todos escolhidos com o melhor critério.

Estas linhas, feitas a correr, entre tantas preocupações como as que me rodeiam, encerram tudo quanto eu poderia dizer em satisfação ao seu pedido.

Creia-me, caro coronel, muito seu

Am.º e cr.º obr.º

J. F. de Assis Brasil"

Nas 3 primeiras décadas deste século, foi continuada a introdução do sangue oriental nas nossas manadas, já por iniciativa governamental, já por importação por parte de criadores particulares.

O Governo Federal, querendo incrementar a criação de equídeos, mandou vir da França alguns reprodutores árabes ali nascidos e criados nos seus haras, vindo nesse número o célebre ALOZOPÓTO, célebre e quasi lendário, pela sua longevidade e grande descendência que deixou no Estado, onde padreava na Coudelaria de Saicã, por ter sido cedido

ao Ministério da Guerra. Mais tarde o General José de Assis Brasil, vai ao Oriente, em missão do referido Governo Federal, e adquire na Síria vários reprodutores, sendo alguns desses distribuídos a criadores do nosso Estado, a título de empréstimo. Em 1928 outro Assis Brasil, o General Ptolomeu de Assis Brasil, adquiriu para a sua Estância em S. Gabriel 1 reprodutor macho e 8 éguas, comprado ao Senhor Bernardino Matos, abastado estancieiro do Departamento de Artigas, no Uruguai. Já em 1932 o referido General contava no seu estabelecimento, com uma manada de cerca de 40 cabeças, árabes, crioulos seus, sendo que 30 dessas eram descendentes de Adjal, belo tipo de garanhão, importado pelo Ministério da Guerra, para a sua Coudelaria de Saicã, e adquirido do Senhor Hernan Ayerza, criador argentino. O senhor Cândido Borba, estancieiro em Bagé, criou também a raça árabe, com bons resultados, tendo nesse serviço um reprodutor de formas impecáveis e de grande poder transmissor das qualidades desejadas. O Ministério da Guerra, continuando com a política de incremento à criação de equíneos, importou diversas levadas de animais, entre machos e fêmeas, para as suas coudelarias, procedentes da França, Argentina e Uruguai. Da Argentina, foi o estabelecimento do Senhor Ayerza o principal fornecedor desses animais, e do Uruguai vieram do estabelecimento do senhor Buchareo y Oribe. Em 1928 o Governo português presenteou ao nosso com 4 reprodutores machos, sendo 2 luso-árabes e 2 espano-árabes. Lembro-me que vieram para Saicã o **Grainho** e outro, cujo nome não me ocorre agora.

O Dr. Guilherme Echenique Filho, culto e adiantado criador, em Pelotas, na sua estância na estação de Piratini, mantinha em 1929 um pequeno haras de árabes, ali vendo, em uma visita que lhe fiz, um bonito reprodutor tordilho, do Ministério da Agricultura, que lhe fôra cedido a título precário. Esse animal, mais tarde, foi entregue ao Ministério da Guerra para servir na sua Coudelaria do Rincão, em S. Borja.

Finalmente, nesse mesmo ano de 1929, sendo o autor destas notas, Diretor do Serviço de Remonta, mandou vir da Inglaterra, do célebre estabelecimento de Lady Wentwooth Blunt, autora da obra **Pilgrimage in the Desert**, um lote de reprodutores árabes, sendo 2 machos e 1 égua, respectivamente Narawan, Melwan e Rishwar, todos de fina e nobre origem, que, recolhidos à coudelaria de Saicã, aí produziram e enriqueceram as nossas manadas.

Fazendo este bosquejo histórico, penso ter concorrido com alguma coisa útil para a história da formação das manadas rio-grandenses, esperando que melhores dados sejam apresentados por outros mais bem informados. São, pois, tais notas, simples informações subsidiárias, e nada mais.

PÓSSE DO Sr. GENERAL VALENTIM BENÍCIO DA SILVA:

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,
Em 6—12—1943.

Discurso de recepção feito, em nome
do Instituto, pelo

Dr. Felix Contreiras Rodrigues

Ilmo. Sr. Presidente.

Exmo. Sr. General Valentim Benício da Silva.

A indicação do meu nome para dar-vos as boas vindas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul corresponde apenas à nímia generosidade dos nossos confrades, sem relação com os meus méritos. Ao mesmo tempo que vos recebem com todas as galas, houveram por bem honrar-me com a incumbência de dar-vos o primeiro apêrto de mão e a notícia do nosso alvoroço com a vossa chegada.

Quizera focar com duas palavras toda a História do Rio Grande, como informadora auxiliar da Nação Brasileira, e todo o papel do nosso Exército na gestação desta História, para colocar-me na altura da dignidade que recebo, recebendo e saudando um culto General e um avisado historiador que vem ser nosso companheiro de trabalho.

Mas a tarefa é impossível, diante do vulto dos nossos gestos, ante a magnitude de um passado que, breve no tempo, está repleto de conteúdo. Em um século e meio apenas — de 1740 a 1870 — ajudamos com tropel ininterrupto de cavalarias a fixar o Brasil pelo Sul. Foi um tumultuar de acontecimentos que ensurdeceu os nossos antepassados e entontece o historiador do presente ao analisá-los e ordená-los. Diria: — Pobres Continentinos, aos quais coube sustentar nos ombros grande parte do peso do Norte do país, condensado em armas! Diria, si essa

não fosse a razão da nossa existência, a nossa própria função histórica, a nossa honra, e o orgulho de gritarmos que somos Brasileiros por isso mesmo.

Qual a significação da República de Piratini, sinão a de crear um Estado preparatório de uma Federação de Estados brasileiros? de acôrdo com os manifestos de Bento Gonçalves.

“O sangue do primeiro estrangeiro inimigo que pise o solo da Pátria servirá para assignar a paz com o Império” — foi a resposta de Canabarro às solicitações de Rosas, numa afirmação solene de brasilidade.

Para a Guerra do Paraguai despovoamos os nossos lares, cobrindo-nos de luto ao ponto de esquecermos costumes tradicionais e a jovialidade com que os exibiamos. Entristecemos com os nossos irmãos.

Em 1892, Silveira Martins grita de longe a Joca Tavares, que se levantara em armas contra o Governo do Rio Grande: — **“Como em 35 guerra pode tornar-se de independencia, como em 35, intervindo Repúblicas vizinhas, pode tornar-se externa; nossa grande Pátria dilacerada pelos ódios, enfraquecida pela intolerância se dissolverá. Que brasileiro hesitará fazer máximo sacrifício para evitar irreparavel calamidade?... Chefe partido aconselho, correligionário peço, riograndense suplico: — guerra civil, não”**.

Aí está o Brasil enchendo o coração de um dos nossos mais salientes pro-homens, filho do Rio Grande do Sul.

Em 30, os Riograndenses foram impôr a sua brasilidade ao Centro; em 32 abater pruridos de separatismo em S. Paulo.

Sempre quizemos ser brasileiros; e assim conquistamos o nosso lugar sob o Cruzeiro do Sul.

Este foi o sentido da nossa vida de povo do Brasil para o Brasil. Servindo-o sentimo-nos felizes. Reproduzimos ao Sul as façanhas do Nordeste no século XVII. E' uma História política imutavel, em que as vitórias econômicas e intellectuais não tiveram lugar, porque o tempo esteve sempre tomado pelo tilintar das armas e o espaço occupado por um povo ambulante.

Pobres economicamente, sim, ainda que tivéssemos sido um ceileiro; pobres intellectualmente, sim, ainda que tivéssemos gerado um Araujo Ribeiro, um Barão de S. Angelo, um Apolinário Porto Alegre, um Silveira Martins, um Mauá. Mas ricos de glórias, das glórias de um Pinto Bandeira, de um José de Abreu, dos Marques de Souza, dos Menna Barreto, dos Câmara, de um Andrade Neves, de um Osório. Estamos ufanos com a parte que nos tocou da formação do Brasil; porque sabiamos que mais tarde empenhariamos as nossas capacidades nas lutas e nas vitórias da paz, empunhando utensílios, dando à Pátria comum o que não lhe pudemos dar, empunhando armas, por falta do divino dom da ubicuidade. Eramos poucos para obra tão grande e complexa.

Bem haja, pois, a presença de mais um historiador, e um histo-

riador militar, entre os que já tanto têm feito pela reconstrução da tarefa monumental que nos coube e para a formação da consciência nacional dos Rio-Grandenses. Nossa pessoa se adapta perfeitamente nesta casa, que é nossa casa. Aqui a labuta intelectual desvendará os motivos da vossa militância, identificando-vos com o passado. A nossa História desabrocha refloreando nos vossos bordados de General, e se aninha no vosso coração esperando novos surtos. Ninguém mais idóneo para cultivá-la do que um membro do nosso glorioso Exército, que cultivando-a, vive duas vezes a sua própria existência; ninguém mais indicado para honrar o nosso Instituto Histórico do que vós mesmo, com quem nos congratulamos, dignificados pelas vossas insígnias acumuladas através de uma carreira sem jaça.

Estudante distinto, militante cômico dos seus deveres, promovido sempre por merecimento, preferido mais de uma vez pela Missão Francesa, vanguardeiro em 32 à frente do invicto Andrade Neves, cabal executor da Comissão pacificadora da Baía e Goiás, incansável exumador de fastos históricos, presidente de um Instituto Histórico Militar, autor de obras intelectuais, de que conta vários volumes, representante diplomático na Argentina e no Perú, com o peito cintilante de condecorações ao mérito.

O Instituto está recebendo, pois, e abraçando um lidador de várias arenas, de onde tem saído sempre com galhardia de soldado brasileiro, de homem, de gaúcho.

E' mistér ler os vossos trabalhos de investigação e de exposição para conhecer-vos.

Como soldado brasileiro, sois o mestre da disciplina e da formação do caráter dos vossos camaradas. Aí estão as lições ministradas através do "**Livro do Soldado Brasileiro**", as vossas conferências, que são lapidares, os vossos exemplos deixados no estágio de Mato Grosso, na missão de Goiás e Baía, no posto de vanguarda em 32.

Não sois um militar anônimo, porque estais batizado pelo fogo das refregas.

Como homem sois uma centelha brilhante do espírito e um coração em brasa.

Aí estão os escritos em que vasastes vossa alma.

Com que amor acendrado, com que estilo terso, com que senso de brasilidade está descrito o episódio de Antonio João! E com que oportunidade se lê hoje o que foi escrito em 1938!

Comentando-o, sinto-me à vontade; porque minha existência foi forjada na bigorna do patriotismo, tanto mais dura, quanto mais ao contato do estrangeiro; e porque falo a um militar que sintoniza comigo, a um discípulo de Antonio João, que fica sendo um dos grandes mestres dessa Escola que ele mesmo cursara e onde, sem dúvida, ouviria aquela lição sublime deixada em testamento para patrimônio moral de uma nação que quer viver e crescer. "**Um oficial brasileiro morre mas não**

se rende” exclamou para princípio da formação militar J. L. Menna Barreto, no Rincão das Galinhas, antes de ser afogado no próprio sangue que lhe borbulhava na garganta.

“Sei que morro, mas o meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo da minha Pátria”, escreveu Antonio João algumas décadas mais tarde, batendo na mesma tecla de som grave, como grave é o momento da suprema renúncia.

Alguns meses depois, em Humaitá, é o bravo dos Bravos quem repete a mesma lição do dever militar: **“Hoje não retira nenhum soldado brasileiro”** afirmou Andrade Neves arrancando por exaltação do dever um chumaço da sua máscula barba. E em 93 é Saldanha da Gama quem repete a lição: — **Agora, a baioneta. Para a frente!** Um exército formado nesta escola, que é a vossa, dificilmente será batido.

Ha longos anos, desde que comecei a buscar na História da minha jovem e bela Pátria as razões de tanto amor por ela, mais instintivo do que conciente, ouço o baque desses nobres corpos, habilitados por almas embriagadoras de paixão pelo Brasil, que recém-nascia.

E hoje, graças à ressurreição de Antonio João sob a vossa pena milagrosa, e ao vosso culto dos Heróis, repercute nos nossos corações mais esse ruído surdo da queda de outro defensor do solo em que nascemos.

E ha outros, ha muitos, ha milhares, que caíram por nós, para nós, a bem desta imensa propriedade, que é nossa ventura, deste céu dos nossos sonhos de grandeza.

* * *

Ah! meu General, meu confrade; os nossos Heróis! Nós os sentimos, nós os compreendemos, nós ambos, e todos os membros do Instituto, identificados com eles, frequentadores assíduos da sua mansão de glória. E, si vos atraímos e recebemos com abraço fraternal, é com a certeza de que trazemos para a nossa sociedade um portador da clássica tradição e um intérprete dos grandes lances dos nossos gestos. Os nossos Heróis! Eles, os de nomeada e os anônimos, não são esquecidos nos ritos do culto à Pátria; porque ha uma comunhão dos heróis fortalecendo o patriotismo, como ha uma comunhão dos Santos a fortalecer-nos a fé, cada vez que rezamos. Todos, mortos e vivos, nos ajudam na ascensão espiritual. Os nossos heróis são os santos das aras da Pátria. O pensamento, a paixão que presidiu o seu martírio incorpora-se conosco formando almas brasileiras. Quando se nomeia um Antonio João, surgem para a consciência dezesseis espectros de mártires num vulto só, com um nome só, com só uma significação. Quando se nomeia um Menna Barreto, é um grupo de oficiais que caem com ele, um Andrade Neves, um Osório, são legiões que nos animam. E, quando se nomeia Caxias, são

todos os sacrificados pelo Brasil, são os exércitos trucidados por um ideal. Os Heróis de nomeada são feixes de Heróis, são símbolos.

O Rio Grande ainda é um ente que deve a melhor parte do seu ser aos feitos bélicos; ainda tem a mentalidade das crianças, cujas mãos se crispam com prazer ao empunhar as armas do Natal, cujos nervos se agitam sentindo o rufo dos tambores de brinquedo. Hoje, por exemplo, estamos em guerra; e como sempre, dispostos a imolar-nos entusiasmamente.

Como homem, sois a inteligência, o amor, a clareza, a simplicidade, que é atributo da própria alma. Tendes a alma nos lábios e nos gestos com toda a perfeição que lhe deu o Creador. Sois o superior, mas o amigo do primeiro momento; e a vossa espada é um prolongamento dos braços com que sabeis apertar amplos. E já que a vossa personalidade é a de um General, sois um General irresistível, desses que se fazem para nunca serem derrotados.

General, sois um chefe fortemente humano, da estofa do grande Caxias, que no dizer do nosso Otelo Rosa, executou a 1.º de Março de 1845, não a paz do Império sobre os Farrapos exaustos, mas a paz de Caxias tocado por seus sentimentos fraternais e pelo seu respeito aos Heróis que o Brasil consubstanciava na sua existência gloriosa, e que recusou as homenagens festivas de Bagé, para que se louvasse a Deus num ofício de gratidão pela paz e de votos pela bemaventurança dos patrícios que haviam tombado nas refregas.

Sois da estôfa de um Leovigildo Paiva, que tendo aprisionado um grupo de donzelas no Contestado entre Sta. Catarina e o Paraná, mandou conduzi-las a ponto seguro, com sentinela à vista, para que não fossem desacatadas na sua honra feminina.

Da estôfa de um Saldanha da Gama, que proibia a caçada dos soldados inimigos, quando passeavam inermes na praia; que permitia guardarem suas espadas a todos os oficiais florianistas dele prisioneiros; e que liberta o estudante Belisario Barata Ribeiro, gravemente ferido, para que se fosse curar na casa paterna, do Dr. Barata Ribeiro, ardente adversário, fogaço partidário de Floriano, Prefeito da Capital Federal. Sois dessa mesma estôfa do povo da nossa grande e nobre Nação, que será cada vez mais nobre e maior, porque pode tirar da alma as chispas ardentes com que se mantem aceso o fogo sagrado da humanidade.

General, venha o que vier, nós seremos sempre o que temos sido, cidadãos de um Império moral, como o de Constantino, sob o signo de uma cruz do céu, entre os braços do Cristo do Corcovado.

Já fomos creados para aninhar em nossos corações, por natureza própria, todo o espírito da verdadeira civilização. Não fazemos guerra de conquista, e menos ainda a idéia monstruosa da guerra total, inventada pelos prodígios do Diabo, que nunca triunfará contra o sinal da nossa Cruz, eternamente estampada no firmamento. Não é esse o fim do nosso Exército, nem dos nossos Generais, que, quando bem formados

pelo espírito brasileiro, são sempre magníficos cidadãos. A um deles recebemos hoje, podendo exclamar: Que satisfação para o Instituto contar entre seus membros o Gal. Valentim Benício da Silva!

No vosso trabalho — a **Batalha de Tuiuti**, revela-se, por exemplo, a paixão da justiça que é a paixão dos desapaixonados, daqueles que aprenderam a sublimar a sua humanidade, dos que se exaltam com a certeza da verdade.

Escritor, sob o bico da vossa pena aflora sempre um grande coração, dulcificado ainda pela evidência das cousas. A divisão da batalha em três monumentos — “o da batalha de soldados, o da batalha de generais e o da batalha do comando superior” — é um modelo de análise, uma evidência que nenhum leitor poderá esquecer; mas que só enumera quem sabe projetar luz nas sombras do pretérito, quem sabe por ordem na confusão.

Como homem, conquistastes os membros do Instituto Histórico, os membros da Academia Riograndense de Letras, toda a sociedade portoalegrense.

Como Brasileiro, enxergo em vossa farda gloriosa um chefe com quem contamos hoje, para provar às nações agressoras que é capaz de levar-nos à vitória, desfazendo a suposição de que esta é privilégio dos povos mais fortes materialmente, e inacessível aos mais animosos apenas.

Sois um comandante da Nação em marcha para os campos de batalha nos confins do mundo. Aonde vamos parar? Só vós sabeis, e nós não precisamos mais do que seguir-vos.

Quem sabe si convosco à frente não nos tocará ainda entrar em outra Assunção, podendo exclamar como Felix da Cunha no seu leito de morte — **Que glória para a nossa Pátria!**

Vós sois um repositório de esperanças por vosso saber, vossa profissão, vossa grande humanidade.

Enfim, como gaúcho, enxergo sob a vossa farda a bombacha do campeiro campeador, armado de utensílios na paz e de engenhos bélicos na guerra, com todos os seus sonhos românticos, de sacrifício pelo sacrifício, e todas as ilusões de reformadores de mapas e de nações.

Como gaúcho, tenho descoberto nas vossas aflorações psíquicas o caudilho condutor de populações inteiras, de exércitos coletícios, na direção de uma estrela, que leva a bom termo, ou de uma miragem, que ilude mas estimula. Entre nós têm aparecido alucinações tais, inspiradas pela sede de chefes insaciáveis de ideal, ou pelo afastamento progressivo do ponto do horizonte em que o céu acaricia a terra e promete propiciar a escada de Jacó ou a torre de Babel.

Quando os Farrapos pressentiram o declínio de suas forças, sua causa comprometer-se por falta de um porto de mar, seu grande Caudilho imaginou seccionar a Confederação Argentina, para formar uma

nação independente — com o Rio Grande, Uruguai, Corrientes, Entre Rios, — que dominasse o Rio da Prata, e contasse com os mais acentuados limites naturais que a terra oferece.

Que risonha utópia, cabível só na mente de povos românticos como o nosso!

Quando Gumercindo Saraiva se despediu, em S. Catarina, do seu amigo inseparável e auxiliar indefesso — Tte.-Coronel Estácio Azambuja — que discordara da invasão do Paraná, para não distrair as forças do teatro imediato da luta, que era o solo do Rio Grande, nem da sua verdadeira finalidade, que era apelar o Governo de Julio de Castilhos, o grande Caudilho contou-lhe o sonho que o alentava em desespero de causa: — **“Vá, Estácio, como meu representante no Governo Provisório do Alnte. Custódio, que eu marchô para o Paraná, com o fim de conseguir armas com que levar a revolução ao Uruguai. Lá me apoderearei do Governo com meus destemidos companheiros e o Partido Blanco, para voltar ao Brasil, derrotar este Governo e formar uma Confederação dos dois povos”.**

Outro devaneio que reproduz o primeiro, talvez sem seu conhecimento; mas brotado da mesma fonte — o romantismo gauchesco preenhe de grandes lances, articulado com a necessidade de um porto que desse acesso às comunicações exteriores, e com as ambições privadas. Tudo se conjuga no momento de gerar um ideal: — os interesses gerais e os interesses particulares com as forças psíquicas. Um devaneio que, sem dúvida, estaria alentando o celebrado gaúcho em Caroví, para romper o cêrco a cargas de lança e flecha sobre a fronteira do Sul, com a nova bandeira desfraldada aos olhos das legiões que o seguiam incondicionalmente. Mas o Caudilho aí cerrou os olhos e escondeu para sempre, sob as pálpebras a imagem do seu sonho. Este passo pitoresco da nossa História regional, que me foi transmitido pelo mesmo sr. Estácio Azambuja, quando chefe das forças revolucionárias de 23, lego hoje à consideração do Instituto, como primícia oferecida a vós mesmo, que gostarieis de achar alguma novidade nesta casa.

Sempre o mesmo problema do porto de mar a pedir solução pelos idealistas da Política, pelos formadores de Estado, conforme Lindolfo Collor em **Garibaldi e a Guerra dos Farrapos**. Sempre os interesses privados conexos com os públicos.

Com a criação do Quadrilátero estavam de acôrdo os estancieiros da fronteira, que assim apagariam as linhas divisórias entre as suas propriedades de um e de outro país. Para a Confederação projetada por Gumercindo é de crer que secretamente pesasse a mesma intenção de enquadrar dentro do mesmo país as suas estâncias de Sta. Vitória, no Brasil, e a de Cerro Largo, no Uruguai. O grande empório de carnes nesses tempos pretéritos era Pelotas, aonde afluíam as tropas do Rio Grande e do Uruguai: Porque, então, fronteira ? Porque o estorvo de

uma barreira que empecia os movimentos de tantos e tantos interessados de uma e outra banda ?

Arrastar multidões, fazendo valer, dotes pessoais é o segredo dos chefes à frente de homens predispostos como nós pelo fermento histórico, e ainda vacilantes quanto à estabilidade de lindes frescas e de noções recém-creadas.

As mais poderosas armas do Caudilho brasileiro são a inteligência natural e um grande coração; as mesmas que esgrimem como cidadãos nos prélíos da paz, para fundar nações idealmente livres.

E nisto nos distinguimos dos povos em que o Caudilhismo tocou as raias da barbaria. Não tivemos entre nós nenhum Facundo, nenhum Rosas, nenhum Oribe; porque os nossos foram um Bento Gonçalves, que abandona uma praça, que seria a cabeça de ponte e a chave da vitória, para não sacrificar as famílias homisiadas ali; um Antonio da Silveira, varão nobre entre os nobres, um Lucas de Oliveira, um Antonio Neto, que se fez lendário cavaleiro, um Gumerindo Saraiva, um Prestes Guimarães, um Felipe Portinho, um Estácio Azambuja, um Flores da Cunha, que passavam deixando no rastro a ordem e a justiça aplicada aos próprios companheiros transviados. Já é tempo de esquecer os ódios e começar a sua habilitação para a posteridade reconhecida.

E vós, general Benício, sois feito desta mesma argila.

Parece-me, como gaúcho também, que um general riograndense é sempre um caudilho em potência, cuja espada freme por brilhar ao sol de um ideal e por sair da sombra da bainha. O romantismo é visceral na nossa índole; esta constantemente pedindo rasgos que nos encham a vida.

O Barão de Cerro-Largo recrutou suas hostes por conta e risco, para levá-las ao Passo do Rosário, onde se sacrificaram; o Barão de Jacuí levou as suas às Califórrias do Estado Oriental; Bento Gonçalves arrebatou a maior parte do povo gaúcho; Souza Neto levantou a Brigada de lanceiros que se illustrou em Paisandú; Osório reuniu num grito o 3.º Corpo de Exército; e em Tuiuti foi ainda o caudilho que empolgou os batalhões brasileiros e argentinos, com seu pala flamejante como estandarte; Joca Tavares abalou a República reunindo em poucos dias um exército em Bagé; Oliveira Salgado desprendeuse de Uruguaiana à frente de uma coluna. E, si Manuel Luiz da Rocha Osório não antecipeou de meio século a marcha de 30 sobre o Centro, foi porque Deodoro abandonou o poder a tempo.

Assim em 30, todo o Rio Grande arrancou para o Norte sob o comando de generais gaúchos

Assim vós, si vos coubesse mobilizar uma legião de voluntários para a campanha da Europa.

Um General gaúcho é um General temível, porque sempre tem soldados à sua disposição, que só esperam a palavra de ordem e a chamada às armas.

Certo, não o fareis sinão em cumprimento a ordens superiores. Mas a capacidade é vossa, das vossas qualidades de homem aprimorado, de brasileiro apaixonado pela Pátria, de soldado conscio dos seus deveres, de gaúcho cordial e franco. E nós, que já somos companheiros vossos, vos convidamos a penetrar no nosso recinto, onde palpita a vida do Rio Grande como último rebento do Brasil, como irmão mais moço da prole, incumbido, pela sua fortaleza de ânimo, a montar guarda nas fronteiras do Sul para sossego da família brasileira. Aqui nos encontrareis com aqueles que vos precederam no cumprimento desta missão.

Sêde bemvindo.

**DISCURSO DE POSSE DO SR. GAL. VALENTIM BENICIO DA SILVA,
NO INSTITUTO, EM 6-12-1943**

A gentileza e a sinceridade são feições características da gente do Rio Grande do Sul.

Mas naqueles que, como eu, da fronteira, em contato com os vizinhos do Prata, a gentileza, por influência castelhana, sem excluir a sinceridade, sói frequentemente suplantá-la.

E' o que ocorre no momento, à lisongeira oração do meu ilustre paraninfo que, sem o perceber, atribuiu-me conceitos por demais superiores aos meus méritos.

Quanto à confiança que em mim deposita, enaltecendo excepcionais virtudes de soldado que eu aspiro, mas lamento não poder atingir, quanto a essa confiança, que me lisongeia, não me posso a ela esquivar. Consagrado ao cumprimento do dever profissional, as palavras do meu ilustre confrade constituem um estímulo; um poderoso tônico para quem, ao aproximar-se do ocaso, sente que lhe diminuem as energias, exatamente quando lhe são impostas maiores responsabilidades.

Possa eu, sob o estímulo dos que me honraram com sua confiança, levar a bom termo o último quinquênio de minha vida militar, toda ela sem ambições, consagrada exclusivamente ao serviço da Pátria.

Meu ilustre paraninfo:

Senhor absoluto, como sois, da palavra oral e escrita; possuidor de um vocabulário fácil e ornamentado de uma terminologia regional que se vai perdendo à distância, mas que sabeis cultivar como preciosa joia; dotado de imaginação privilegiada e de recursos intelectuais invejáveis, o que vos permite, falando ou escrevendo, dar vida à paisagem, movimento aos racionais que a enobrecem e até mesmo raciocínio aos irracionais que a enriquecem como fazeis no vosso recente e delicioso "FARRAPO"); vós que conseguis — apaixonado gaúcho — fazer gine-tearem em cavalgaduras heróicas; vós, Piá do Sul, desses que se vão perdendo na última quebrada — fizestes desfilar, em magnífica apresentação militar, aos nossos ouvidos atentos e aos olhos empanados pela emoção, uma escolhida vanguarda de heróis, dos que contamos em legiões.

Rememorastes, com exatidão e oportunidade, a feição característica de muitos deles.

Fizeste-nos relembrar as glórias de que se engalanaram, nas arrancadas de heroísmo, nos atos de bravura, em suas exclamações ofuscantes.

E aí está, não o que me coube por gentileza, mas nas belas verdades que sobre eles enunciastes, o grande mérito de vossa oração e o que me exalta e estimula na árdua tarefa de prosseguir na larga estrada em que me lançastes — vós, Dr. FELIX CONTREIRAS, e os ilustres confrades deste Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

E' a segunda vez, em poucos dias, que a gente da minha terra, exercitando com exagero aquela virtude que salientei, concede-me honras que não procurei e a que não podia aspirar. Ontem foi a Academia Riograndense de Letras e hoje é o Instituto Histórico que me acolhem em seu seio.

Já disse, e repito agora: para tanto falecem-me credenciais.

Não sou literato. Escrevo por dever profissional, empenhado em me fazer entender. (E — permitam-me o parêntesis — muita cousa que assino não é de minha autoria, embora seja de minha responsabilidade. Faço esta ressalva para que não me venham parabens, como tem ocorrido, por excelentes escritos de auxiliares meus).

Não sou historiador nem geógrafo. Mas também, por dever de officio, não posso ser alheio a tão interessantes disciplinas. Ao contrário, impõe-se-me exercitá-las, em atenção a título conquistado, no interesse da própria profissão abraçada.

Eis-me, portanto, aqui, melhor do que na Academia de Letras.

Mas, no momento que atravessamos, ao meu temperamento empreendedor não basta uma simples recepção, um ato cerimonioso de ingresso a uma ilustre companhia. Impõe-se-me uma tarefa, um objetivo, neste meu primeiro contato com velhos mestres.

Não me proponho doutrinar, pontificar. Contento-me em convidar, solicitar.

Sem pretender criticar vossas atividades, e as de outros Institutos congêneres, permiti que vos enuncie o que penso, e consigo pensam os que vivem fora deste ambiente, com respeito ao que se exige, modernamente, de instituições culturais como esta, onde se congregam mentalidades dignas do melhor conceito, portadoras das melhores credenciais.

Não compreendo um Instituto em atitude contemplativa, estática, mergulhado na inércia, ou, quando muito, absorvido pela crítica demolidora, despida de ensinamentos.

O mundo moderno é o império do dinamismo, do movimento, da atividade. Quem lhe não acompanha o itinerário fica na reçaga, retarda a marcha, desorganiza a coluna que avança, estorva, em suma.

Já não se compreende a atitude egoistica do anacoreta, que se isola com os seus pensamentos, as suas penitências, sofrendo pelos males que não praticou e recusando-se a corrigir o males que se multipli-

cam. Cristo não foi assim: em uma vida curtíssima realizou o que milhares de apóstolos não conseguiram fazer.

E na senda do progresso há lugar para todos: crianças, moços, velhos, robustos e doentes, homens e mulheres. Cada um fará o que puder, para si, para a família, para a sociedade, para a Pátria, para a Humanidade. Aos moços, aos fortes, cumpre explorar as energias, aos velhos, aos fracos, impõe-se evidenciar que não estão sobrando.

Nesta ordem de idéias muito temos a fazer; muito vos cabe realizar.

As bibliotecas não podem ser coleções de preciosidades, cobertas de pó, mais ou menos consumidas pelas traças, mas vedadas aos consulentes. Precisam estar ao alcance de todos, nas melhores horas de consulta e não franqueadas apenas nas horas mais inconvenientes aos zeladores.

As coleções não se devem resumir em alfarrábios, preciosidades úteis aos eruditos e sem grande interesse para o comum dos mortais.

Devem encerrar matéria nova, hodierna, a mais desejada pelos que se deliciam na contemplação de livros caros, sem os lerem, por falta de recursos.

Cumpre facilitar a saída dos livros, mediante responsabilidade moral e pecuniária, para consultas, para demorada leitura em domicílio, pois nem todos os leitores podem frequentar as bibliotecas. A vida ativa que levamos só nos deixa tempo de isolamento, para leitura, nas primeiras horas da manhã ou nas últimas horas da noite.

Ao lado das coleções, da parte estática da biblioteca, deve existir a secção que alguém, com propriedade, chamou dinâmica. Edições e re-edições de livros, mas de livros escolhidos por comissões idôneas, e não edições mercantis, dessas que por aí andam, como sempre andaram, deseducando, pervertendo o caráter, envenenando a inteligência.

Prezamo-nos, muitos de nós, de conhecer obras preciosas, que possuímos com avareza ou sabemos onde estão escondidas. Mas esquecemos de divulgá-las, de promover novas edições, de proporcionar a outrem o que nos é útil e agradável. Há indivíduos que se fazem donos, proprietários exclusivos de certos conhecimentos históricos e sentem verdadeira volúpia ao ministrarem homeopaticamente uma erudição muitas vezes surripiada.

Os museus precisam ser visitados, conhecidos, consultados. Como as bibliotecas, devem ser acessíveis. Si o povo, si a mocidade não os visita, é necessário promover a sua frequência por estudantes acompanhados de professores, de cicerones.

Ainda há pouco o Museu da Polícia Civil e o Museu do Estado Novo constituíram as mais interessantes atrações e proporcionaram os melhores ensinamentos de ordem política, econômica e social, na recente Exposição do 1.º Centenário de Uruguaiana.

A mocidade está ao alcance de pregadores tendenciosos, no livro, no jornal, em conferências, em palestras de rua, no famigerado boato.

E' preciso que os velhos, os experientes, os responsáveis, dela se aproximem, façam ouvir a sua palavra avisada, o seu conselho amigo, antes que ela seja, como tem sido, levada por seu arrebatamento juvenil, a caminhos errados, muitas vezes criminosos. E' preciso denunciar, ostensivamente, desassombradamente, aqueles que lhe procuram perverter o caráter.

Certo os que assim procederem não se eximirão da crítica, mordaz, solerte, demolidora. Mas é preciso afrontá-la para vencê-la, aplicando ao caso o princípio militar decisivo — "Só a ofensiva conduz à vitória".

As conferências públicas, as preleções oportunas por aqueles que dispõem de cátedras, a orientação nos círculos sociais, tudo isto pode ser confiado a cada um de nós, praticado por todos nós.

As datas nacionais, os monumentos patrióticos, aos nossos heróis, aos nossos grandes feitos, merecem nosso especial carinho.

E neste particular podeis orgulhar-vos da iniciativa que é vossa, qual a de erigir nesta Capital um monumento soberbo, imponente, ao Duque de Caxias, ao maior soldado da América, ao maior cidadão do Brasil.

Desfraldastes, neste empreendimento, magnífica bandeira. Não deveis esmorecer em caminho. Levai avante a incomparavel cruzada. E que ela vos sirva de estímulo para outros e outros empreendimentos.

Enquanto uns marcharem para a guerra, enquanto outros para ela se prepararem, cabe-vos missão de vulto nas linhas do interior. Aqui trabalhará a quinta coluna, dissociando, desunindo, promovendo guerra de nervos, tentando e realizando perturbações da ordem, fomentando o descrédito da autoridade. Tereis de combatê-la, montar guarda no front interno, pela pregação, pela propaganda, pelo ensinamento, pelo exemplo.

E' esta a missão das instituições culturais neste momento de angústia para os que se consagram ao serviço da Pátria. E' esta a vossa incumbência precípua, no denominado esforço de guerra, antes que outra colaboração vos seja imposta.

Empenhados na luta não ficareis incólumes às agressões. Certo sereis por elas atingidos; mas tereis forças e capacidade para reagir.

Como nós outros, combatentes, confiai na vitória, que é certa.

Em resposta aos demolidores lembrai, comigo, o sábio conselho de Teodoro Roosevelt.: "E' lastimavel que um homem caia ao tentar uma empresa; mais lastimável é nunca haver tentado cousa alguma".

A História e a Geografia são vastos campos, abertos a arrojadadas cavalgadas da inteligência.

Mas fazer história não é apenas repetir os fatos passados, lembrar os vultos de que restam apenas as memórias. Fazer História é confrontar, comparar e do exame do passado tirar ensinamentos para o presente, balizar o futuro.

No domínio da Geografia não basta seguir o curso dos rios, re-

montar às montanhas, delinear as fronteiras, enfileirar dados estatísticos, e enumerar zonas de produção.

O que se impõe, hodiernamente, é solicitar à natureza a delícia da vida. E' mostrar ao homem o que mais lhe convem explorar, para utilidade da sociedade em que vive; é assinalar no mapa os percursos mais fáceis à marcha dos itinerantes; é examinar as condições do solo para assinalar as riquezas que ele encerra; é medir a caudal dos cursos d'água para definir-lhes a energia, o melhor destino; é desvendar as belezas da paisagem para salientar as delícias em sua contemplação, o prazer em sua posse, a utilidade em seu aproveitamento.

E assim revelando a puerdade desta ou daquela zona, desvendando as melhores possibilidades de transporte, aproximaremos o produtor do consumidor, quasi sempre distanciados pelas artimanhas do intermediário, colaborando com os governos, em proveito da sociedade, em um dos mais graves problemas econômicos da atualidade.

A descrição monótona dos acidentes horográficos, dos cursos dos rios, da extensão e profundidade dos lagos, da posição e limite das florestas, da vastidão dos mares — tudo isto é pouco e enfadonho para as exigências da atualidade.

O que mais importa é apontar às massas humanas o que mais lhes convem para o exercício da vida agradável e sadia, o que mais lhes pode interessar para alcançar a felicidade que naturalmente ambicionam.

Mostrai ao homem da cidade, fascinado pelo urbanismo, ignorante das riquezas da terra, mostrai ao cidadão a uberdade do solo, a prodigalidade da terra, mãe fecunda e dadivosa.

Lançai-vos neste caminho e tereis feito obra de utilidade, obra social e generosa. Sereis colaboradores dos governos, daqueles que têm o dever e a obrigação de apontar o melhor caminho às massas que se deixam estiolar na imobilidade, ameaçadas de inoção, por ignorarem as possibilidades dos nossos campos, das nossas matas, das nossas águas, cujas riquezas surpreendem a quem se dá ao trabalho de explorá-las.

Movimento exige vida, força, energia; e movimento se repete em energia, força, vida. Estagnação, imobilidade, é enfraquecimento, decomposição, aniquilamento.

Assim é na vida material; assim é na vida social.

E' em vertiginosa atividade que eu compreendo a existência de uma instituição como esta, que me recebe com carinho, com entusiasmo e com estímulo, impondo-me talvez o que as minhas energias já produzem com esforço, esforço que não recusarei, mesmo em detrimento das reservas que se vão esvaindo.

Amigos, aquí me tendes trabalhando, pronto para trabalhar, onde me permitirem as últimas energias, onde me facultarem os conhecimentos e a capacidade intelectual.

Bem sei que me estais a repetir a magnífica e psicológica ver-

dade do herói que tão bem soube interpretar e explorar as virtudes dos vossos, dos nossos antepassados, as nossas próprias virtudes, as virtudes da gente moça desta gloriosa terra: "E' fácil comandar homens livres; basta apontar-lhes o caminho do dever".

E é essa — dignos membros deste Instituto — a honrosa e utilíssima missão que vos cabe, neste momento de vacilações, de falência da confiança.

Si os moços, mal orientados, enveredam pelo caminho do erro, a indiferença, a complacência dos maiores passa a ser estímulo e até mesmo cumplicidade.

O horror à responsabilidade é o mais eloquente sintoma de pusilanimidade. E esta pusilanimidade não devem tê-la os professores, os guias da mocidade, aqueles que se consagram ao estudo para dele tirar ensinamentos.

A modéstia exagerada, essa que esconde o saber e a inteligência, longe de ser um bem, é um grande mal, porque é muitas vzes debilidade, cobardia, egoismo. O que nos foi dado armazenar em conhecimentos, ilustração, experiência, não nos é dado esconder com avareza, maximé quando tanta gente tem necessidade do nosso conselho, da nossa orientação.

E de onde melhor podem sair estes ensinamentos senão de instituições culturais como esta, instituições que congregam professores, intelectuais, pensadores, estudiosos, moços ou velhos, todos portadores de títulos que lhes foram exigidos por ocasião do ingresso ?

Aí está, o momento atual, a exigir vossos ensinamentos. A guerra prossegue em suas devastações; até onde, até quando, não o sabemos. Mas os teatros que se ampliam ou restringem devem ser previamente conhecidos, no interesse da sociedade, no interesse dos homens de governo. E vossa colaboração, no domínio antropogeográfico, na esfera de vossas atribuições precípuas, é preciosa e, consoante as circunstâncias, pode ser decisiva, nesta ou naquela deliberação.

Os problemas de após-guerra multiplicam-se. Para não falar em outros limito-me a lembrar um, de capital importância para a região em que vivemos: o problema social migratório. A todos interessa conhecer a história e a evolução dos que vieram em busca do nosso território, em particular daqueles que o Visconde de São Leopoldo localizou às portas desta Capital e que hoje formam densa e opulenta região industrial e agrícola. Importa conhecer os perigos do processo imigratório de que nos desinteressamos e cujos males hoje sofremos, assim como importa conhecer os proveitos trazidos pelos emigrantes aqui localizados.

De interesse geral é a divulgação da obra de conquista e nacionalização, empreendida pela Secretaria de Educação, integrando no ambiente nacional milhares de brasileiros que mais se interessavam pela terra de seus pais do que pela magnífica Pátria que lhes foi herço, que lhes é campo de atividade, que lhes servirá de túmulo.

Não pode continuar desconhecida a disciplina e respeito impostos pela Polícia do Estado aos estrangeiros que aqui labutam, qui enriquecem, à sombra de nossa legislação acolhedora, de nossos processos coercitivos de uma benignidade cujo confronto é edificante si os puzermos em face das violências e atrocidades praticadas alhures.

Passada a guerra esta ação corretiva terá de prosseguir, não apenas em relação às massas aqui domiciliadas, cuja integração no ambiente nacional precisa ser continuada, mas visando a onda que virá, inevitavelmente, fugindo ao cataclismo, em busca de bonança, quiçá à procura de melhor campo para expansões irrefreáveis e para nós indesejáveis — nas hordas inassimiláveis pela raça, pela religião, pelos costumes; na avalanche de ideologias exóticas e repulsivas; nas teorias e doutrinas perturbadoras da evolução natural ditada pelas nossas tradições, pelas nossas conveniências, pelos nossos costumes, pela civilização de que já nos orgulhamos.

Neste simples enunciado quantos problemas se apresentam a vossa competência, meus ilustres confrades!...

O mundo inteiro está em estado de guerra. E esta guerra continuará mesmo depois que os beligerantes houverem deposto as armas. As agressões da barbarie só cessarão quando vencidas pelas conquistas da civilização. A América, menos sacrificada do que as outras partes do globo, será o formidável baluarte contra as ambições desmedidas dos que se não conformarão com esta nossa situação privilegiada. E da América será talvez o Brasil a mais cubiçada presa.

Defendamos com coragem este magnífico patrimônio. Exercitemos nossas energias em todos os setores de atividade. Aparelhem-nos para a luta, enfrentemos o inimigo, si não quisermos sofrer-lhe o jugo que nos ameaça.

Esqueçamos ou silenciemos as nossas dissensões e arregimentemo-nos em defesa de um Brasil maior.

E' com esta orientação que aqui me vêdes, ao vosso lado, trabalhando e disposto a continuar labutando; não empenhado em criticar, demolir, destruir; mas consagrado a edificar, construir, na proporção de forças que já vão diminuindo, na medida de capacidade que não conseguiu ser grande mas presumo tê-la ainda proveitosa.

E aqui me tendes a vosso lado, disposto a partilhar convosco as agruras da luta.

Sei que já me vão falecendo as energias; lamento não serem maiores as que acumulei e as que me restam de uma longa vida de trabalho.

Mas, entrando nesta casa, já não me sinto tão só e o magnífico ambiente parece que me faz despertar energias dormidas.

Em vossa ilustre companhia sinto-me estimulado, engrandecido, agigantado.

NÓTULAS BIBLIOGRÁFICAS

W. Sp. e O. S.

A América e a Sucessão de D. Quixote — (450.^o aniversário da América). — Por **Castilhos Goycochêa**. — Rio de Janeiro, 1943.

O presente trabalho do dr. Goycochêa, pertence a esse grupo de trabalhos sobre o momento que atravessamos e, porisso, digno de ser meditado.

"A América há-de sair ovante da noite escura desta nova Idade-Média... e isso a Humanidade ficará devendo ao idealismo quixotesco redivivo no homem americano!" Nessa conclusão está sintetizado o pensamento do autor no presente folheto que é uma legítima apologia da América Americana — salvadora do mundo, — possuidora de consciência própria, capaz por si só de sustentar o resto do mundo, mas precisando ainda dar a si mesma o valor que tem, senhora como é de grande parte dos maiores inventos modernos.

O presente trabalho do dr. Castilhos Goycochêa, escrito naquele seu estilo ameno e delicado bem merece a mais ampla divulgação.

* * *

W. Sp.

Contribuição para o Estudo do Teatro Tupi de Anchieta. — Diálogo e Trilogia (segundo manuscritos originais do século XVI), — **M. de L. de Paula Martins** — Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — XXIV — Etnografia e Língua Tupi-Guaraní n.^o 3 — São Paulo.

Embora publicado em 1941, somente agora foi distribuído o Boletim XXIV da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que contém precioso estudo da senhorita Maria de Lourdes de Paula Martins, aluna do insigne mestre dr. Plínio Ayrosa.

A autora, senhora de grande capacidade e cultura, com a presente publicação provou cabalmente a grande superioridade intelectual do benemérito Anchieta, como poeta.

Aparece-nos ele aí com obra perfeita e não com aquelas poesias divulgadas até o presente, cheias de senões e, não raro falhas de lógica e sentido.

E' obra benemérita essa da ilustre discípula do insigne Plinio Ayrosa que bem poderia, para glória sua e bom nome do poeta Joseph de Anchieta, traduzir todas as poesias que escreveu o taumaturgo e que andam por aí afeiando sua memória em traduções péssimas. Seria um grande benefício à literatura brasílica.

W. Sp.

* * *

Índices Genealógicos Brasileiros — por Salvador de Moya — 1.^a série n.º 2 e n.º 3-4. — São Paulo — 1943.

Valiosos são os índices genealógicos Brasileiros que o sr. coronel Salvador de Moya acaba de dar à publicidade. Referem-se eles às obras genealógicas de Antônio José Vitorino da Fonseca, autor da preciosa Nobiliarquia Pernambucana; de Pedro Taques de Almeida Paes Leme autor da valiosa Nobiliarquia Paulistana, e de Jorge G. Felizardo — João Pinto da Fonseca Guimarães, autor da ótima Genealogia Riograndense (1.º Vol.) Embora de grande mérito, esses índices do sr. Salvador de Moya não preenchem a finalidade *in totum*, pois, organizados pelo nome apenas tornam-se deficientes e, para o estudioso de quasi nenhum valor, si ele se não recordar do nome todo do indivíduo procurado. Obras como estas, para serem completas e preencherem cabalmente suas finalidades, devem compreender duas partes: por nomes e por apelidos. Do contrário o trabalho de pouco adianta. Esperamos que em futura edição seja corrigido esse grave senão de uma obra que poderia ser de inestimavel valor.

* * *

W. Sp.

Três anos de Ortografia simplificada brasileira — pelo General Klinger. — Rio de Janeiro — 1943.

E' deveras curiosa a obra que o sr. General Klinger está fazendo com respeito à ortografia simplificada. O volume ora publicado, comemorando o 3.º aniversário da Campanha Ortográfica, encerra uma série de trabalhos sobre a ortografia creada pelo General Klinger e sua aplicação prática.

Liga de Defesa Nacional — 5 anos de Atividades (1937-1942) — Realizações cívicas, culturais e de Assistência Social — Coletânea organizada por **Fortunato Pimentel** — Porto Alegre — 1943.

Espécie de relatório organizado pelo Secretário da Liga de Defesa Nacional, dr. Fortunato Pimentel, fartamente ilustrado, que demonstra os grandes e beneméritos trabalhos feitos pela Liga nesses últimos 5 anos de sua atividade. Trabalho bem organizado será de valia para a história de nossa época fecunda de trabalho e patriotismo.

W. Sp.

* * *

Um momento da Vida do Município de Santa Maria — Notícias — Discursos e Reportagem fotográfica — Organizado por **Edmundo Cardoso** — Santa Maria — 1941.

Coletânea interessante, em que é historiada a vida de Santa Maria, a progressista cidade do centro do Rio Grande do Sul, ao ser comemorado o 3.º aniversário do Estado Nacional e 51.º da República, em 1940. Trabalho bem organizado e de bastante valor para o historiador de amanhã.

W. Sp.

* * *

Marquês de Tamandaré (Um indígete brasileiro) — pelo **Almirante Henrique Boiteux** — Rio, 1943.

E' das mais notáveis a atividade literária e histórica do sr Almirante Henrique Boiteux. Deu-nos, não faz muito, dois alentados tomos: — Santa Catarina no Exército — e, agora, volumosa biografia do grande Tamandaré.

Nas 590 páginas dessa obra de sã brasilidade, o sr. Almirante Boiteux não deixa ponto algum da vida benemérita do insigne almirante, da vitória sem uma nota especial, sem um comentário, sem exame. A obra é completa e, por isso, de inconfundível mérito. Ademais, tudo quanto adianta o autor, fica documentado. E a prolixidade de documentos que ornem esta biografia, si a tornam de leitura um tanto pesada, fazem dela verdadeiro monumento de cimento e granito e, portanto, de consulta obrigatória, para o futuro, a quantos queiram, com acerto, estudar a atuação de Tamandaré na guerra e na paz e, também, sua época. — Um dos mais curiosos capítulos dessa obra do sr. Almirante Henrique Boiteux é o intitulado "Singularidades" — as esquisitices de Tamandaré, capítulo precioso de psicologia e caráter.

Obra de inquestionável mérito, “O Marquês de Tamandaré” — terá a duração da eternidade, isto é: viverá e será lida e consultada enquanto o nome do “Nelson Brasileiro” figurar na constelação brilhante dos heróis brasileiros.

W. Sp.

* * *

A criação dos Correios em diversos folhetos do dr. **Walter B. L. Bose**, — editados entre 1940 e 1943 em Buenos Aires.

Pela bibliografia do sr. Bose nota-se que o autor é estudioso apaixonado do assunto de que tratam os cinco folhetos que temos sobre a mesa: a criação e instalação dos Correios na América do Sul.

A bibliografia do autor — **Trabalhos publicados** (1924-1940) editada a pedido de diversos amigos é variada ocupando, porém, a maioria das 45 páginas do folheto, assuntos sobre “História Postal” (pág. 8 a 20) e “Filatelia” (pág. 22 a 45). É a mais rica bibliografia postal que conhecemos.

Dentre os interessantes e úteis trabalhos que nos enviou — **El projecto sobre “Correos Maritimos” a las Indias, de 1713, — El correo em la Constitución Nacional de 1853,** — destacam-se, pela novidade e documentário inédito os ensaios: **Los orígenes del correo terrestre en Cuba** (1754-1769) — Buenos Aires — 1941, — e **Organizacion del correo en España y en las Indias occidentales** (Buenos Aires — 1942).

Por este último trabalho vemos que o serviço postal na Europa é antiquíssimo: “Acerca del primer periodo del Correo Terrestre en España, existen solamente breves conferencias, relativas a los “Correos Reales”, que fueron monteros y sayones de la Corte, encargados de llevar los mensajes y misivas a monarcas, grandes señores y caballeros, asi como a la Santa Sede. — Durante la Edad Media, las principales ciudades obtuvieron la facultad de organizar servicios postales municipales e regionales, como sucedió en Barcelona y Valencia, cuyos Correos se reunieron en gremios o “confradias” bajo la advocación de la Virgen de la Guia. Fundáronse hosterías y mesones donde se hospedaban los correos y desde los cuales eran despachados. Sus dueños o “hostes” fueron los primeros empresários particulares, que luego se llamaron “Correos Mayores”. — (O. del C. en E. y Indias, citado).

Instalados, assim, em Espanha, era bem de ver-se que, desde logo, a América Espanhola também usufruiria a organização dos “Correos Mayores” da mãe pátria.

Assim, em 1557 eram os correios instalados no Perú por Dn. Marcos Correo. Suspenso logo depois reiniciou-se definitivamente em 1561 com a chegada, a 4 de junho, do “Correo Mayor de las Indias al Perú, Dn. Diego Vargas de Carvajal”.

No México, os correios terrestres datam de 1579, quando Felipe II autorizou ao Vice-Rei Dn. Martín Enriquez a crear o cargo de "Correo Mayor" como "oficio vendible y renunciabile". O primeiro título outorgado no México data de 27-8-1580, a favor de Dn. Martín de Olivares.

Em 1602, era o "Correo Mayor" creado na Guatemala nomeando-se para o cargo Dn. Manuel de Esteves. E, a seguir, conforme os progressos, iam todos os outros países (então colonias) obtendo seus "Correos Mayores".

Mas, ao que parece, o primeiro "Correo Mayor" das Américas foi estabelecido na ilha de Cuba, antes de 1551 pois, diz Walter B. L. Bose, "entre los documentos más antiguos que se conocen relativos al despacho de correspondencia, hay una Real Cedula de 18 de Julio de 1551, en que se ordena que los vecinos pueden escribir libremente a S. M. (O. del C. en E. y Indias — citado).

Mas o reconhecimento official do "Correo Mayor" de Cuba data de 11-8-1607, quando o Governador de Cuba aprovou Dn. Diego de Carvajal y Vargas, "Correo Mayor de las Indias en el Perú", para exercer o officio na ilha.

No trabalho "Los origenes del Correo Terrestre en Cuba" (Buenos Aires — 1941) ha grande cópia de documentos inéditos, mas já da época (Século XVIII) de documentação abundante. O mais interessante neste trabalho são as taxas que vão de $\frac{1}{2}$ real a 2 pesos, unicamente para a ilha.

Nessas condições, as rendas no primeiro ano do estabelecimento do Correio terrestre, em Cuba (1756) foi de \$ 1.287 $\frac{1}{2}$, os gastos de \$ 946 $\frac{1}{2}$. No segundo ano a renda foi de \$ 1.558,2 e os gastos de \$ 1.168,3 $\frac{1}{2}$. — Os saldos eram, sempre, a favor da "Real Hacienda".

Em 1769 eram extintos os "Correos Mayores" em Cuba continuando, porém, os serviços postais a cargo da "Real Renta de Correos de España e Indias".

* * *

W. Sp.

O Brasil nos Destinos da América — por **Manoelito de Ornelas** — Porto Alegre — 1943.

Ao ser inaugurada em Uruguaiana a Exposição do Estado Nacional, a 3-10-1943, em comemoração do Centenário da bela cidade fronteiriça, o sr. Manoelito de Ornelas, nosso consócio e Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, pronunciou magnífico e expressivo discurso que, com o título acima, acaba de ser publicado em folheto.

Manoelito de Ornelas, é o escritor elegante e verboso que fala como escreve e escreve como fala. E por isso, tudo quanto produz tem brilho, tem arte e pensamento. Espírito culto e ponderado, o que Manoelito escreve se lê sempre com agrado e real proveito. E o presente discurso é uma de suas belas obras.

W. Sp.

El Desarrollo de las Ideas en los Estados Unidos
— Vernon Louis Carrington. — Lancaster Press. In.
— U. S. A. — 1943.

A iniciativa da Biblioteca Interamericana, divulgando, no idioma espanhol uma série de obras que trata da vida mental, espiritual e política dos Estados Unidos, merece os mais vivos e incondicionais aplausos — As 650 páginas de que se compõe a obra que temos em mão, sendo o tomo III, trata sobre o realismo literário compreendido de 1860 a 1920.

A obra completa no entanto, abrange toda a evolução literária desde o seu início até 1920. — E' uma ótima maneira de tornar conhecida a literatura da América Latina. — Um intercâmbio continuado impõe-se sem nenhuma dúvida, notadamente nos dias que correm em que o destino dos povos americanos determina uma unidade mais perfeita nos seus interesses e na sua espiritualidade.

Todo o trabalho de cultura será sempre um modo de tornar mais branda a idéia de luta estorricada entre os povos de maior índice civilizador.

O. S.

* * *

Nacionalização do Ensino — Ivo Aquino — Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina — Florianópolis — 1942.

E' um estudo metuculoso, bem pensado e raciocinado esse trabalho do dr. Ivo d'Aquino — Declara o autor que é apenas uma conferência proferida em 1942 na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, ampliada em alguns trechos — Isso não lhe tira em nada a feição de um ótimo ensaio acompanhado de anexos elucidativos, leis estaduais e atos do poder executivo onde fica evidenciado a dedicação com que o problema da nacionalização do ensino e seus aspectos políticos no visinho Estado são encarados e solucionados.

E' um livro de palpitante interesse, meditado e muito bem escrito.

O. S.

* * *

The Problems of Lasting Peace — Herbert Hoover — Hugh Gibson — Doubledoy, Doran and Co. — New York — 1942.

Os grandes e imprevistos problemas do após-guerra, estão movimentando o espírito dos chefes de Governos, dos estadistas, pensadores e estudiosos de todo o mundo. Já existe uma literatura a respeito a fora o que as conferências internacionais tem discutido e deliberado.

O trabalho que acaba de ser divulgado nos Estados Unidos e que chegou até nós, é um compêndio de alta expressão interpretativa, um estudo baseado em acontecimentos históricos dando orientação ao modo de se conseguir uma paz duradoura e justa.

O espetáculo que a civilização do nosso século apresenta, faz de fato pensar naquele sonho magnanimo do Abade Castel determinando ha mais de 2 séculos, a feição jurídica de uma paz perpétua. Todo o poder dialético de Kant estudando o mesmo problema pouco adiantou ao bom senso dos homens já que a guerra está integrada com a natureza da humanidade.

No entanto, é sempre consolador o estudo desse problema altamente transcendental. — O mais complexo dos casos não será propriamente a utopia de uma paz perpétua mas sim os problemas imediatos como o econômico e o moral que implica com a estabilidade da família e suas instituições — Será a grande batalha, a mais nobre e cristã onde o homem deverá integrar-se no seu próprio destino.

O. S.

* * *

A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro.
— **Afranio Peixoto** — Publicações do S. do P. H. e
Artístico Nacional — Rio 1943.

Um excelente trabalho e ótima contribuição histórica o pequeno volume ricamente ilustrado que o Ministério de Educação e Saúde acaba de divulgar — A parte literária do ilustrado escritor Afranio Peixoto, membro da Academia Brasileira de Letras, está admiravelmente lançada, formando assim um harmonioso conjunto de acordo com as coisas belas e artísticas do Brasil de antanho.

Quanta riqueza artística ainda existe em nosso vasto território e que aos poucos está sendo inventariada sob orientação do nosso governo, a cultura dos nossos artistas e a inteligência dos nossos intelectuais!

O. S.

* * *

Antonio José — o judeu — Candido Jucá — Li-
vraria Civilização Brasileira — Rio — 1940.

Um sereno e judicioso estudo do nosso grande teatrólogo, é o que o sr. Candido Jucá acaba de divulgar nessas duas conferências proferidas na Federação das Academias de Letras do Brasil e Silogeu Brasileiro.

Antonio José felizmente não ficou esquecido, não ficou no abandono dos arquivos. E' que seu talento nada vulgar, impôs essa tarefa às gerações futuras de intellectuais brasileiros.

Nem seu martírio, vítima do Santo Officio de tenebrosa memória, nem as teses do seu teatro, exigiram essa veneração, mas unicamente sua inteligência, sua capacidade coordenadora — Todos os valores de Antonio José, judeu carioca, Candido Tucá, com muito engenho os classifica, os analisa, dando-lhe seu exato mérito.

Um admiravel ensaio, cheio de méritos, de observações e conceitos exatos.

O. S.

* * *

Obras do General V. Benício da Silva.

O General Valentim Benício da Silva, que acaba de ser eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico o Rio Grande do Sul, acaba de oferecer à sua biblioteca as seguintes obras históricas:

O oficial de Cavalaria: Como é, como deve ser — Rio — 1936.

Mas é infâmia demais — Rio — 1936.

Mais uma carga, Camaradas! — Tradução do francês — Marcel Dupont — Rio — 1938.

Antonio João — Rio — 1938.

Osório — Rio — 1939.

Caxias — Rio — 1939.

A influência dos Pais de Família na defesa nacional — Rio — 1940.

A Batalha de Tuiuti — Rio — 1941.

Livro do Soldado Brasileiro — 1942.

Todos estes livros, muitos deles estudos aprofundados, outros conferências mas onde a inteligência do autor sempre se destaca, são verdadeiros códigos de civismo e de alta expressão moral.

O Gal. Valentim Benício da Silva sabe perfeitamente conceituar as múltiplas manifestações sociais no angulo histórico, e seus trabalhos, mais de pensamento que de literatura, mais de amor às glórias do Brasil que de simples palavras coordenadas, são livros que fazem crer na consciência de uma nacionalidade digna e forte. Ha sempre a preocupação do acerto, da análise dos acontecimentos — causas remotas com seus coloridos psicológicos.

Por muito que se tenha escrito sobre o passado brasileiro, sempre ha setores que merecem a atenção dos investigadores, quando não seja no sentido de elementos essencialmente novos, ao menos para elucidar, esclarecer, retificar fatos já passados em julgado — O historiador tem assim essa dupla missão nos seus estudos e nunca é injustificavel discutir e recordar o que o tempo tenta demolir.

A obra histórica do General Valentim Benício se reveste de todos os característicos das obras sérias e profundamente honestas — Um esplêndido talento ao serviço da Pátria e das letras históricas do Brasil.

O. S.

PUBLICAÇÕES VARIAS

Recebemos e muito agradecemos as publicações abaixo relacionadas:

NOTES ON LATIN AMERICAN STUDIES — n.º 1 — April — 1943.
Publicação semestral da Smithsonian Institution — Washington, D. C.
— U.S.A.

THE HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW — Vol. XXIII,
1943 — n.º 2 e 3 — Ótima publicação trimestral da Duke University
Press — Durhan, North Carolina — U.S.A.

PUBLICACIONES DEL MUSEU ETNOGRAFICO DE LA FACUL-
TAD DE FILOSOFIA Y LETRAS — Dirigidas por Francisco de Aparicio
— Série A IV — Buenos Aires — 1940-1942. Museu Etnográfico — Mo-
reno 350 — Buenos Aires — Publicação notável, preciosíssima, repleta
de seleta matéria indispensável aos estudiosos.

BOLETIM DEL ARCHIVO GENERAL DEL GOBIERNO — Tomo
VIII — n.º 1 — Guatemala, G. A. Marzo de 1943. — Diretor Prof. J. Joa-
quim Pardo, — Cuarta Avenida Norte, n.º 4 — Guatemala.

BOLETIM DEL INSTITUTO DE INVESTIGACIONES HISTORI-
CAS — Índice alfabético, etc. del Tomo XXIV — (año XVIII — ns. 81-84)
— Buenos Aires — 1940-1943.

UNIVERSIDAD — n.º 15 — Publicacion de la Universidad Nacio-
nal del Litoral — agosto 1943 — Santa Fé — Rep. Argentina. Muito útil
publicação essa da Universidad Nacional del Litoral.

REVISTA MILITAR Y NAVAL — Agosto, 1943 — Año XXIV — ns.
269-276. Editada bajo la Direccion del Ministerio de Defensa Nacional
Calle 25 de Mayo, 279 — Montevideo — R.O.U. — Ótima publicação mi-
litar com parte de material histórico selecionado.

BOLETIM DE HISTORIA Y ANTIGUEDADES — Organo de la
Academia de Historia de Colombia — Diretor: Luiz Augusto Cuervo —
ns. 341 — 343 — Vol. XXX — Bogotá — Publicação mensal de grande
valor. Os presentes ns. são dedicados, o primeiro à memória do insigne
historiador Eduardo Posada, uma das glórias da América latina inte-
lectual, e os seguintes à matéria variada.

UNIVERSIDADE CATOLICA BOLIVARIANA — Vol. IX — n.º 29
— Febrero-marzo — 1943. Medellin — Colombia — É uma das melhores
publicações, no gênero, das Américas. O material é de primeira ordem.

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO — Vol. XXVII — 1941-1942. — Recife. — Comissão de redação: Mario Melo — Olimpio Costa Junior — João Peretti. — A Revista do Instituto Pernambucano é das mais antigas do Brasil e traz, sempre, material precioso para o estudo de nossa história.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL — Diretor: Francisco Pati — Ano XIII — Vol. XC — maio-junho — 1943. Rua Cantareira, 216 — São Paulo — Excelente publicação que honra a administração municipal da grande cidade de S. Paulo.

REVISTA GENEALÓGICA BRASILEIRA — órgão do Instituto Genealógico Brasileiro — Diretor: Salvador de Moya — Ano IV — n.º 8 — 2.º sem. de 1943. — Rua Voluntários da Pátria, 2912 — S. Paulo. — É uma publicação que honra os estudos genealógicos nacionais e, porisso, preciosa fonte de informações.

LANTERNA VERDE — Boletim da Sociedade Felipe d'Oliveira — n.º 7 — agosto de 1943 — Rio de Janeiro — Revista literária consagrada emespecial, à memória do magnífico poeta que foi Felipe d'Oliveira.

BOLETIM DEL INSTITUTO DE CULTURA LATINO-AMERICANA DE LA FACULDAD de Filosofia y Letras. — Diretor: Arturo Gimenez Pastor. — Ano VII — Buenos Aires — junho-agosto de 1943, n.º 40 — Traz interessante "Notas Bibliográficas" e "Bibliografia literária de la America española".

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA — órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia — Ano V — Abril-junho de 1943 — n.º 2 — Como sempre, com notável matéria de interesse geográfico. E', esta Revista, uma das mais notáveis publicações geográficas da América.

EM GUARDA — Ano II — n.ºs 10 a 12 e Ano III — n.º 1 — Publicação do Bureau do Coordenador de Assuntos Interamericanos — Valiosíssima publicação — Documento sobre a época presente — Em Guarda — será manancial precioso para pesquisas futuras.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Ano IV — julho-setembro de 1943 — n.º 15 — Publica, como aliás, os anteriores números, excelente matéria de colaboração.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO — Vol. 180 — Julho-setembro de 1943. — Diretor: Claudio

Ganns. — Rio de Janeiro. — E' a seguinte a interessante e útil matéria do presente n.º do Instituto Histórico Brasileiro: — Notas etnográficas sobre os Ticunas, por Frei Fidelis de Alviano; — Os antecedentes do Tribunal de Contas do Brasil, pelo min. Rubem Rosa; A pequena imprensa na Regência Trina Pernambucana, por Helio Viana; além de conferências de Lucio dos Santos, Carlos da Silveira Carneiro, A. Tavares de Lira e Dom José Gaspar de Afonseca e Bibliografia.

NATURAL HISTORY — September 1943 — Vol. LII — n.º 2 — Uma das melhores revistas americanas, profusamente ilustrada, de estudos dedicados à História Natural. Esta excelente publicação é órgão do American Museum of Natural History — New York.

ARCHIVOS DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES — Ano XVIII — Abril-junio de 1943 — Contém atos e atas da Universidade de Buenos Aires.

O SEMINÁRIO — Ano XVIII — n.º IV de 1943 — órgão dos Seminaristas brasileiros — São Leopoldo.

ACTA AMERICANA — Vol. I — 1943 — n.º 1 — Janeiro-março. — Publicada em inglês, Português e espanhol nos Estados Unidos pela Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia. — E' uma publicação que promete ser das mais notáveis no gênero. O número de estréia é primoroso.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS — Ano IV — n.º 55 — Anais de 1943 — Rio de Janeiro. — E' o pensamento literário brasileiro em excelentes trabalhos e notas da Academia.

BOLETIN DEL ARCHIVO — Tomo VIII — n.º 2 — Guatemala — Junio de 1943 — Como todos os anteriores repleta de informações e documentos sobre a História Guatemalteca.

RECORDATORIO — Breve panorama historico de la medicina — por Dr. Francisco Asturias — Guatemala — 1943.

BOLETIM MUNICIPAL — Porto Alegre — Maio-agosto de 1943 — Ano V — n.º XIV. — Publicado pela Diretoria Geral do Expediente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre — Redator: Walter Spalding. — Como os anteriores é excelente e traz, além de legislação, variada matéria documental e noticiário.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL — Publicação do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo — Ano IX — Vol. XCI —

Julho de 1943 — Diretor: Francisco Pati — Secretário: Rubens Borba de Moraes. — Publicação que honra a Prefeitura Paulista e seu Departamento de Cultura. Traz variada e valiosa colaboração.

RELATÓRIO — Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, DD. Presidente da República, pelo **General Osvaldo Cordeiro de Farias**, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943. — Porto Alegre — Imprensa Oficial — 1943.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL — Ministério da Educação e Saúde — Rio de Janeiro — n.º 6 — 1942. — Excelente como os números anteriores, vem repleta de notável matéria de colaborações de renome.

REVISTA BRASILEIRA — Ano III — n.º 7 — Setembro de 1943. — Magnífica revista publicada pela Academia Brasileira de Letras sob a direção de Rodrigo Otávio, Gustavo Barroso, Alceu Amoroso Lima, João Neves e Levi Carneiro (diretor responsável).

REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO — Tomo XLIX — 1942. — Excelente este número da antiga Revista a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro que obedece à redação dos srs. Alberto Couto Fernandes, Alexandre E. Somier, C. Domingues, F. Bittencourt e Rodrigo Otávio F.º.

REVISTA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES — Ano I, n.º 1 — Terceira Epoca — Julho-Setembro 1943 — ótimo número com excelente matéria de texto.

CADERNOS n.º 6 e 7 — Biblioteca da Academia Carioca de Letras. — Gráfica Sauer — Rio — 1943. — Com trabalhos dos escritores Castilhos Gayochêa, Joan Lins, Mello e Souza e Focion Serpa.

Índice dos números 91 e 92

(III/IV Trimestres de 1943)

PERCY ALVIN MARTIN — <i>Prof. Walter Spalding</i>	3
ALFREDO VARELA — <i>Dr. Olinto Sanmartin</i>	9
ORIGEM DOS "AUZENTES" — <i>Dr. Manuel Duarte</i>	11
ASPECTOS DO BRASIL — Viagens de estudo — <i>P. Balduino Rambo, S. I.</i>	21
A CARRETA DO RIO GRANDE DO SUL E DO SUL DE MATO GROSSO — <i>Prof. Bernardino José de Souza</i>	77
TAQUARÍ — <i>Prof. Otelo Rosa</i>	89
RIO PARDO — <i>Prof. Otelo Rosa</i>	97
MAMÍFEROS FÓSSEIS DO BRASIL — <i>Carlos de Paula Couto</i>	105
PECUÁRIA, CHARQUE E CHARQUEADORES NO RIO GRANDE DO SUL — <i>Prof. Walter Spalding</i>	123
LENDA SACRÍLEGA — <i>Dr. Manuel Duarte</i>	141
DOCUMENTÁRIO:	
a) A Primeira Sesmaria Riograndense	153
b) Velhos Documentos Riograndenses, copiados e anotados pelo <i>Dr. Manuel Duarte</i> :	
I — Mensagem do Conde de Caxias, em 1-3-1845....	156
II — Relação dos que de 1777 a 1780, abandonaram suas fazendas no Destricto de Vacaria	159
III — Miguel Pedroso Leite	164
IV — Carta Histórica de Domingos José de Almeida	166
SUBSÍDIOS PARA O HISTÓRICO DA INTRODUÇÃO DO CAVALO NO RIO GRANDE DO SUL — <i>Da Raça Árabe — Coronel Luis Carlos de Moraes</i>	173
POSSE DO SR. GENERAL VALENTIM BENÍCIO DA SILVA:	
1) Discurso de saudação do <i>Dr. Felix Contreiras Rodrigues</i>	177
2) Discurso de posse do <i>General Valentim Benício da Silva</i>	186
NÓTULAS BIBLIOGRÁFICAS — <i>W. Sp. e O. S.</i>	193